



**ROSIMAR REGINA RODRIGUES DE OLIVEIRA**

**A “MARCHA PARA O OESTE” NO BRASIL: ENTRE A CIVILIZAÇÃO E O  
SERTÃO**

**CAMPINAS**

**2013**





**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

**ROSIMAR REGINA RODRIGUES DE OLIVEIRA**

**A “MARCHA PARA O OESTE” NO BRASIL: ENTRE A CIVILIZAÇÃO E O  
SERTÃO**

Tese apresentada à banca de defesa do Programa de  
Doutorado em Linguística no Instituto de Estudos da  
Linguagem da Universidade Estadual de Campinas  
para obtenção do título de Doutora em Linguística.

**Orientador: Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães.**

**CAMPINAS**

**2013**

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem  
Teresinha de Jesus Jacintho - CRB 8/6879

OL4m Oliveira, Rosimar Regina Rodrigues de, 1974-  
A "marcha para o Oeste" no Brasil : entre a civilização e o sertão / Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira. – Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador: Eduardo Roberto Junqueira Guimarães.  
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Enunciação. 2. Semântica do acontecimento. 3. Civilização. 4. Brasil - Expedições exploradas. 5. Desenvolvimento social. I. Guimarães, Eduardo, 1948-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** The "march of progress" in Brazil : between the civilization and hinterland

**Palavras-chave em inglês:**

Enunciation

Semantic event

Civilization

Brazil - Exploring expeditions

Social development

**Área de concentração:** Linguística

**Titulação:** Doutora em Linguística

**Banca examinadora:**

Eduardo Roberto Junqueira Guimarães [Orientador]

Sheila Elias de Oliveira

Marlon Leal Rodrigues

Carolina de Paula Machado

Lauro José Siqueira Baldini

**Data de defesa:** 29-07-2013

**Programa de Pós-Graduação:** Linguística

BANCA EXAMINADORA:

Eduardo Roberto Junqueira Guimarães

Sheila Elias de Oliveira

Marlon Leal Rodrigues

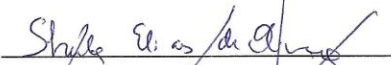
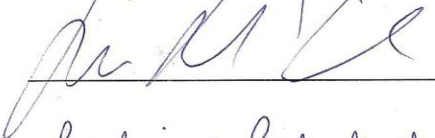
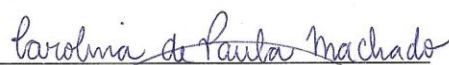
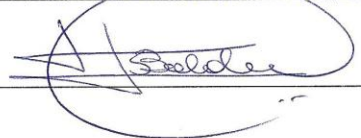
Carolina de Paula Machado

Lauro José Siqueira Baldini

Cristiane Pereira Dias

Ana Cláudia Fernandes Ferreira

Elizete Beatriz Azambuja

IEL/UNICAMP  
2013



## RESUMO

Neste trabalho objetivamos compreender o funcionamento semântico-enunciativo e a argumentação constituída em torno da expressão *marcha para Oeste* na relação com as palavras *progresso*, *moderno* e seus derivados, em um momento específico da sociedade brasileira. Momento este em que o projeto da *marcha para Oeste* foi proposto, pelo então Presidente do Brasil, Getúlio Vargas, enquanto movimento de “colonização” do Estado de Mato Grosso. Desse modo, analisamos dois tipos específicos de textos: os do **jornal O Estado de Mato Grosso**; e um relatório do **Conselho Nacional de Proteção aos Índios**, do Ministério da Agricultura, destinado à conclusão da Carta de Mato Grosso, portanto, um documento oficial do Estado. Para o desenvolvimento das análises desses textos lançamos mão do aparato teórico da Semântica da Enunciação ou Semântica do Acontecimento. Assim, tomamos os textos como acontecimentos de linguagem, ou seja, lugares de produção de sentido que, neste caso, apresentou como temporalidade o memorável da condição do Brasil enquanto país colonizado a partir do litoral, Leste; instalando como presente de enunciação o lugar da divisão social, econômica e geográfica/regional do país, que opõem o Leste ao Oeste; e apresentando como futuro de significação o rompimento dessas fronteiras sociais, econômicas e geográficas. Desse modo, esses acontecimentos funcionam politicamente e possibilitam a afirmação de pertencimento da região Centro-Oeste ao Brasil. Como parte do funcionamento semântico-enunciativo que constitui a designação de *marcha para Oeste*, encontramos, como determinação desta expressão, em todos os acontecimentos analisados, os sentidos de *progresso* e *civilização* e a oposição apresentada entre o Leste, que é tomado como civilizado e progressista, e o Oeste, como incivilizado, remoto, despovoado e estagnado. A única possibilidade apresentada para que o Oeste se torne civilizado e progressista é a realização da *marcha para Oeste*. A cena enunciativa observada nesses acontecimentos apresenta diferentes locutores-x que argumentam para diferentes alocutários-x em uma só direção: a realização da *marcha para Oeste*. Além disso, observamos que em alguns desses acontecimentos enunciativos a argumentação é fundamentada no discurso do presidente Getúlio Vargas, seja na direção da realização da *marcha para Oeste* ou como forma de sustentar sua posição no governo.

Desse modo, embora tenhamos como evidência de sentido da *marcha para Oeste* ser um projeto do governo, observamos que há outros sentidos que circulam afetando a determinação e a argumentação em relação a essa expressão.

**Palavras-chave:** enunciação, acontecimento enunciativo, designação, argumentação, marcha para Oeste, progresso.

## ABSTRACT

In this work we aim to understand the argumentation and the semantic-enunciative functioning constituted around the Westward march expression in relation to the words progress, modern and its derivatives at a specific moment of "Brazilian society. At that point the Westward march project was proposed by the then President of Brazil, Getúlio Vargas, as a movement of the State of Mato Grosso's colonization". Thus, we analyzed two specific types of texts: the ones of the newspaper O Estado de Mato Grosso and a report of the National Council for the Indian Protection, from the Ministry of the Agriculture, for the completion of the Mato Grosso's Letter. For the development of the analysis of these texts we used the Semantics of the Enunciation or the Semantics of the Event's theoretical apparatus. Thus, we took the texts as language events, in other words, places of meaning production that, in this case, presented as temporality the memorable of the Brazil condition as a colonized country from the coast, East; installing as present of the enunciation the place of the country's social, economic and geographical/regional division that opposes the East to the West; and presenting as a future signification the disruption of these social, economic and geographic boundaries. Thus, these events work politically and enable the assertion of belonging in the Midwest to Brazil. As part of the semantic-enunciative operation which is the designation of Westward march, we found as the determination of this expression, in all events analyzed, the senses of progress and civilization and the opposition presented between East, which is taken as civilized and progressive, and the West, such as uncivilized, remote, unpopulated and stagnant. The only option presented to the West to become civilized and progressive is the realization of the Westward march. The enunciative scene observed in these events has different speakers-x who argue for different alocutarius-x in one direction: the realization of the Westward march. Furthermore, we observed that in some of these enunciative events the argumentation was based on the President Getúlio Vargas speech as toward the realization of the Westward march or as a way to sustain his position in government. Thus, although we have as evidence sense of the Westward march to be a government project, we found that there are other senses which circulate affecting the determination and the argumentation in relation to this expression.

**KEYWORDS:** enunciation, enunciative event, designation, argumentation, Westward march, progress.

## RÉSUMÉ

Dans ce travail, nous cherchons à comprendre le fonctionnement sémantique-énonciatif et l'argumentation constituée autour de l'expression *la marche vers l'Ouest* par rapport aux mots *progrès*, *moderne* et leurs dérivés, à un moment précis de la société brésilienne. A tel point que le projet de la marche vers l'Ouest a été proposé par l'ancien Président du Brésil, Getúlio Vargas, comme un mouvement de "colonisation" de l'Etat du Mato Grosso. Ainsi, nous analysons deux types spécifiques de textes: le journal **O Estado de Mato Grosso** et un rapport du **Conseil National pour la Protection des Indiens**, du Ministère de l'Agriculture, destiné à l'achèvement de la Lettre du Mato Grosso, donc un document officiel de l'Etat. Pour le développement de l'analyse de ces textes, nous avons utilisé l'appareil théorique de la Sémantique de l'énonciation et de la Sémantique de l'événement. De cette façon, nous prenons les textes comme d'événements de la langue, en tant que de lieux de production de sens que, dans ce cas, a présenté comme temporalité le mémorable de la condition du Brésil comme un pays colonisé à partir du littoral, à l'Est; en installant comme le présent de l'énonciation le lieu de la division sociale, économique et géographique/régionale du pays, qui oppose l'Est à l'Ouest; et en présentant comme un future de signification de ces frontières sociales, économiques et géographiques. Ainsi, ces événements travaillent politiquement et permettent l'affirmation d'appartenance de la région Centre-Ouest au Brésil. Dans le cadre du fonctionnement sémantique-énonciatif qui constitue la désignation de *marche vers l'Ouest*, nous trouvons comme la détermination de cette expression, dans tous les événements analysés, les sens de *progrès* et de *civilisation* et l'opposition présentée entre l'Est, qui est considéré comme civilisé et progressiste, et l'Ouest, comme barbare, éloigné, inhabité et stagnant. La seule option présentée pour que l'Ouest puisse devenir civilisé et progressiste est la réalisation de la *marche vers l'Ouest*. La scène énonciative observée dans ces événements présente de différents annonceurs-x qui argumentent pour de différents allocutaires-x dans une seule direction: la réalisation de la *marche vers l'Ouest*. En outre, nous avons observé que dans certains de ces événements énonciatifs l'argumentation est basée sur le discours du président Getúlio Vargas, soit à la réalisation de la marche vers l'Ouest ou comme un moyen de maintenir sa position au sein

du gouvernement. Ainsi, bien que nous ayons comme évidence de sens être la *marche vers l'Ouest* un projet du gouvernement, nous avons constaté qu'il y a d'autres sens qui circulent en affectant la détermination et l'argumentation par rapport à cette expression.

**Mots-clés:** énonciation, événement énonciatif, désignation, argumentation, marche vers l'Ouest, progrès.

## SUMÁRIO

|                                                                                   |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| INTRODUÇÃO.....                                                                   | 25        |
| <b>PARTE I – ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA .....</b>                             | <b>37</b> |
| CAPÍTULO I – SEMÂNTICA: O ESTUDO DO SENTIDO NA LINGUAGEM .....                    | 39        |
| 1.1 O sentido na linguagem .....                                                  | 41        |
| 1.2 Enunciação: o enunciado se constitui no acontecimento da linguagem.....       | 44        |
| 1.3 O acontecimento é político .....                                              | 47        |
| 1.4 O espaço de funcionamento das línguas.....                                    | 49        |
| <br>CAPÍTULO II - OS LUGARES DE ENUNCIAÇÃO E A ARGUMENTAÇÃO.....                  | <br>53    |
| 2.1 Ducrot e a polifonia na enunciação .....                                      | 54        |
| 2.2 Guimarães e a constituição do lugar de Locutor – A Cena Enunciativa .....     | 63        |
| 2.3 A Argumentação: relação do Locutor com o que ele fala .....                   | 67        |
| <br>CAPÍTULO III - AS RELAÇÕES DE SENTIDO E A CONSTITUIÇÃO DA<br>DESIGNAÇÃO ..... | <br>73    |
| 3.1 As relações enunciativas no Domínio Semântico de Determinação .....           | 75        |
| 3.2 Articulação: uma relação de sentido.....                                      | 76        |
| 3.3 Reescrituração: um procedimento na enunciação .....                           | 79        |

|                                                                                            |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| CAPÍTULO IV - PROGRESSO E MODERNIDADE: DUAS PALAVRAS QUE<br>“MARCHAM” JUNTAS.....          | 87  |
| 4.1 Algumas relações entre o progresso e a modernidade.....                                | 88  |
| 4.2 O progresso na sociedade brasileira .....                                              | 97  |
| <br>CAPÍTULO V - DIFERENTES MATÉRIAS JORNALÍSTICAS .....                                   | 101 |
| 5.1 A imprensa escrita no Brasil.....                                                      | 102 |
| 5.2 O jornal e a produção de sentidos.....                                                 | 105 |
| 5.3 Configurações da matéria jornalística .....                                            | 107 |
| <br><b>PARTE II – AS ANÁLISES .....</b>                                                    | 109 |
| <br>CAPÍTULO VI - O SENTIDO DE MARCHA PARA OESTE: ENTRE O CIVILIZADO E<br>O SELVAGEM ..... | 111 |
| 6. Texto 1 – “Como tornar prática a marcha para o Oeste”.....                              | 112 |
| 6.1 A análise .....                                                                        | 114 |
| 6.1.1A constituição da Cena Enunciativa.....                                               | 114 |
| 6.1.2 A <i>marcha para Oeste</i> e o progresso .....                                       | 115 |
| 6.1.3 A construção da argumentação para: “é preciso a marcha para Oeste” .....             | 122 |
| 6.1.4 Algumas considerações .....                                                          | 127 |
| <br>CAPÍTULO VII - O SENTIDO DE MARCHA PARA OESTE: UM OUTRO MUNDO NO<br>BRASIL.....        | 129 |
| 7. Texto 2 – “A marcha para Oeste”.....                                                    | 130 |

|                                                                                                                             |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 7.1 A análise .....                                                                                                         | 131 |
| 7.1.1 A constituição da Cena Enunciativa.....                                                                               | 131 |
| 7.1.2 O DSD de <i>marcha para Oeste e progresso</i> .....                                                                   | 132 |
| 7.1.3 A construção da argumentação para “é possível realizar a marcha para Oeste” .....                                     | 142 |
| 7.1.4 Algumas considerações .....                                                                                           | 148 |
| <br>CAPÍTULO VIII - A MARCHA PARA O PROGRESSO .....                                                                         | 151 |
| 8. Texto 3 – “Para o Oeste” .....                                                                                           | 152 |
| 8.1 A análise .....                                                                                                         | 153 |
| 8.1.1 A constituição da Cena Enunciativa.....                                                                               | 153 |
| 8.1.2 O DSD de marcha para Oeste e progresso .....                                                                          | 155 |
| 8.1.3 A construção da argumentação para “é preciso marchar para Oeste” .....                                                | 161 |
| 8.1.4 Algumas considerações .....                                                                                           | 164 |
| <br>CAPÍTULO IX - A MARCHA PARA OESTE E AS OBRAS REALIZADAS EM MATO GROSSO .....                                            | 167 |
| 9. Texto 4 – “Concluídas e entregues ao Govêrno Federal as obras do Aprendizado Agrícola de S. Vicente” ( <i>sic</i> )..... | 168 |
| 9.1 A análise .....                                                                                                         | 169 |
| 9.1.1 A constituição da cena enunciativa .....                                                                              | 169 |
| 9.1.2 O DSD de <i>marcha para Oeste: o sentido da marcha e o progresso</i> .....                                            | 172 |
| 9.1.3 A construção da argumentação para: marchar para Oeste é civilizar.....                                                | 177 |
| 9.1.4 Algumas considerações .....                                                                                           | 180 |

|                                                                                                                 |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| CAPÍTULO X - RELATÓRIO: A MARCHA PARA OESTE E A CIVILIZAÇÃO.....                                                | 181 |
| 10. Texto 5 - Rumo ao Oeste: viagem ao Sertão do Estado de Mato-Grosso ( <i>sic</i> ) .....                     | 182 |
| 10.1. A análise .....                                                                                           | 185 |
| 10.1.1 A constituição da cena enunciativa .....                                                                 | 185 |
| 10.2 O DSD de Rumo ao Oeste: programa de desenvolvimento econômico ou ocupação?.....                            | 187 |
| 10.3 A construção da argumentação para: é preciso ocupar o Oeste para produzir o progresso e a civilização..... | 190 |
| 10.4 Algumas considerações .....                                                                                | 195 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....                                                                                      | 197 |
| A marcha para Oeste enquanto um projeto de civilização e progresso .....                                        | 197 |
| REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....                                                                                   | 205 |

À memória do meu querido pai, Moacir Rodrigues de Oliveira.  
Às minhas filhas Larissa e Letícia, à minha mãe  
Astrogilda e ao meu companheiro Edimar.



## Meus Agradecimentos:

a Deus, razão de tudo e a Maria, mãe de Jesus, minha mãe e companheira;

ao prof. Eduardo Guimarães pelas orientações, o acompanhamento e os tantos incentivos; agradeço ainda pelas oportunidades concedidas ao longo desse período em que foi um orientador sensacional e um amigo em cada momento; desse modo apontou os caminhos com enorme paciência e dedicação;

à professora Sheila Elias de Oliveira que orientou-me no trabalho de qualificação de área, pela paciência, pela dedicação e pelos tantos ensinamentos e reflexões teóricas; pela avaliação e as indicações seguras na qualificação desta tese e ainda por compor a Comissão Julgadora da Defesa desta tese. Muito obrigada por fazer da minha caminhada em tantos momentos especiais...

ao prof. Lauro Baldini pela leitura, avaliação e apontamentos cuidadosos realizados no texto da qualificação e pelo aceite em compor a Comissão Julgadora da Defesa desta tese;

ao professor e amigo Marlon Leal Rodrigues pelo incentivo, pelas orientações desde a graduação, pelas discussões teóricas, por muitas oportunidades e também por compor a Comissão Julgadora da Defesa desta tese;

à Carolina de Paula Machado por muitas discussões teóricas, pela amizade desde o mestrado, pelos conselhos e por tudo o que vivemos e compartilhamos ao longo desta jornada; obrigada também por compor a Comissão Julgadora da Defesa desta tese;

a Mariângela Joasilho e a Mariza Vieira pela leitura, pelas correções e apontamentos apresentados no texto de qualificação, na área de História das Ideias Linguísticas;

ao meu pai querido, Moacir (*In memoriam*), meu grande exemplo de vida (em todos os sentidos e em todos os momentos) e também de luta e de dedicação à família;

à minha mãe, Astrogilda, pelo incentivo, desde o começo, pela compreensão, pela dedicação e pelo amor incondicional;

às minhas filhas, que amo mais que tudo neste mundo, Larissa e Letícia, pelo amor, pela confiança, dedicação e paciência em todos os momentos, principalmente nos mais difíceis;

ao meu companheiro Edimar, por viver ao meu lado em cada momento desta jornada me apoiando, me compreendendo...

ao meu irmão, Itamar, à minha cunhada, Sildete, e aos meus sobrinhos, Lohana, Lanyla e Leonardo, por cada momento juntos;

à minha irmã, Rosane, ao meu cunhado, Lírío, e à minha sobrinha, Luíza, por se fazerem presentes mesmo a distância;

à minha querida vozinha, Maria, por todo o seu amor, sua dedicação e suas orações e ao seu companheiro Valdivino pelos momentos de atenção e de alegria;

ao anjinho Nathan, pela alegria e ternura, que me permitiram relaxar, mesmo nos momentos de grande tensão;

à minha sobrinha de coração, Lis, por ter sido a florzinha que me alegrou tantas vezes, mesmo tendo morado pouco tempo em Campinas;

aos meus sogros, Maria José e Odair, pelo apoio e pela compreensão;

aos queridos tios Natal, Alcindo e Geni (tia Preta), Altino e Maria José, e àqueles que estão no lugar de tios, Ademir e Lucimar, Pedro e Neusa, Gonçalo e Iolanda, Lázaro e Benedita, Clóvis e Conceição pelas bênçãos a cada dia;

aos amigos, que também trilharam esse caminho da pós-graduação e que se tornaram tão especiais para mim, a Ana Cláudia, Gabriel, Verinha, Isaias, Marilda, Nilce, Paulo, Águeda, Mônica, Sandra Straub, Lucimar e Adailton, pelo incentivo e pelas conversas tão importantes ao longo dessa caminhada;

aos amigos com os quais compartilhei mais que angústias e alegrias, pois foram luz, nos momentos de escuridão, paz nos momentos de conflito, calma nos momentos de tempestade, esses anjos são: Carol, Carla, Elizete, Cícero e Taize, Tiago e Francieli, Ana e Douglas, Anelise e Éric, Patrícia, obrigada por fazerem parte da minha história;

à Dirce, que tem sido uma grande companheira e amiga em tantos momentos, meu muito obrigada pelas palavras amigas, por me ouvir e me aconselhar tantas vezes...

à dona Mara, minha querida vizinha, que tem sido para mim um grande exemplo de vida e ao Sr. Gilberto, irmão de D. Mara, que me surpreendeu com a sua sensacional biblioteca e me surpreende a cada dia com a sua sabedoria e conhecimento;

aos colegas e companheiros do Dinter pelos encontros, pela amizade, por compartilhar das angústias e alegrias;

aos professores da UNEMAT, em especial à profa. Cássia Regina Tomanim e ao prof. Roberto Leiser Baronas, pois foi no contato com eles, com suas pesquisas e por meio de suas orientações que foi despertado o meu interesse pela pesquisa, em princípio pela Sociolinguística e pela Análise do Discurso, mas que me possibilitou chegar à semântica da enunciação.

a todos os meus professores desde a infância, pois foram fundamentais para o meu desenvolvimento enquanto estudante e enquanto ser humano;

às irmãs salesianas e franciscanas com as quais convivi ao longo dos meus estudos e da minha formação, em especial às do Colégio Maria Auxiliadora, em Alto Araguaia, escola em que estudei boa parte da minha vida e em que, posteriormente, tive a felicidade de compor o corpo docente por alguns anos. Nesse colégio tive a felicidade de ter como diretora a Irmã Nazaré, que agradeço por ser uma grande amiga;

ao Colégio Fundamentum, de Valinhos/SP, por entrar para a minha história já neste final da caminhada do doutorado, mas que está sendo muito importante para mim. Obrigada, em especial à Laura e à Alessandra pela oportunidade e por acreditarem no meu trabalho;

aos amigos Maia Neto e Néia Maia pelo apoio e pelo incentivo em tantos momentos;

aos funcionários do IEL, em especial ao Cláudio, ao Miguel, à Rose, à Rita, ao Bruno pela dedicação, pelas orientações seguras, pela paciência...;

aos funcionários do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso que colaboraram irrestritamente na realização da minha pesquisa;

ao Luiz, historiador e funcionário da Universidade Federal de Mato Grosso, pelo apoio e auxílio na obtenção de materiais para a realização das minhas pesquisas;

à UNICAMP, pois neste espaço tive infinitas lições que levarei para toda a minha vida. Aqui eu estudei, eu chorei, eu sorri, me diverti, me angustiei, refleti, aprendi, amadureci... foram tantas as experiências que é impossível citar todas.

à UNEMAT pelas oportunidades a mim concedidas ao longo da minha formação profissional;

à FAPEMAT pelo apoio financeiro;

à CAPES pelo apoio ao DINTER;

São tantas as pessoas com as quais compartilhei alegrias, tristezas, dificuldades, vitórias... ao longo desta caminhada que tenho certeza de que não consigo citar o nome de todas nestes agradecimentos, mas sou grata a cada pessoa, a cada instituição que esteve comigo. Cada uma dessas pessoas e instituições tem uma importância infinita, pois se faltasse alguma a jornada não teria sido tão gratificante, tão importante...

Muito obrigada!



## **Uma Palavra**

Palavra prima  
Uma palavra só, a crua palavra  
Que quer dizer  
Tudo  
Anterior ao entendimento, palavra

Palavra viva  
Palavra com temperatura, palavra  
Que se produz  
Muda  
Feita de luz mais que de vento, palavra

Palavra dócil  
Palavra d'água pra qualquer moldura  
Que se acomoda em balde, em verso, em mágoa  
Qualquer feição de se manter palavra

Palavra minha  
Matéria, minha criatura, palavra  
Que me conduz  
Mudo  
E que me escreve desatento, palavra

Talvez à noite  
Quase-palavra que um de nós murmura  
Que ela mistura as letras que eu invento  
Outras pronúncias do prazer, palavra

Palavra boa  
Não de fazer literatura, palavra  
Mas de habitar  
Fundo  
O coração do pensamento, palavra

(Chico Buarque)

“Somente o funcionamento semântico da língua permite a  
integração da sociedade e a adequação ao mundo”.

(Benveniste, 1989, p. 229)

“Criamos a época da velocidade, mas nos sentimos enclausurados dentro  
dela [...]. Nossos conhecimentos fizeram-nos céticos; nossa inteligência,  
empedernidos e cruéis. Pensamos em demasia e sentimos bem pouco.  
Mais do que de máquinas, precisamos de humanidade”.

(Charles Chaplin, 1940 – O grande ditador)



## INTRODUÇÃO

Compreender o movimento de sentido das palavras *progresso*, *moderno* e suas cognatas é uma questão que se coloca para nós desde a graduação que foi realizada na Universidade Estadual de Mato Grosso, campus de Alto Araguaia. Naquele momento o que despertou nossa atenção foi o fato de que falar de progresso, de modernidade, naquele município, era muito frequente. Essas palavras estavam presentes especialmente nos discursos de políticos como o Governador do Estado, os Deputados, o Prefeito, os Vereadores e até mesmo o Presidente da República, que fizeram discursos em Alto Araguaia a respeito da chegada do *progresso*, da *modernidade*.

Esses discursos estavam constantemente relacionados à construção da Ferronorte<sup>1</sup> e de possíveis empresas que seriam construídas na cidade com a chegada dessa ferrovia reconhecida como um “importantíssimo meio de transporte que é a ferrovia. Transporte moderno<sup>2</sup>” (DANTE DE OLIVEIRA, 2000, *apud* OLIVEIRA, 2006). Os discursos dos políticos evidenciavam sempre as vantagens que seriam produzidas para a sociedade mato-grossense com a chegada desses recursos que representavam o *desenvolvimento*, o *progresso*, a *modernidade*, como é possível observar na citação apresentada acima. Assim como entre os políticos, esses discursos eram recorrentes na sociedade em geral. Desse modo, dentre os diversos grupos sociais, interessou-me analisar quais sentidos esses termos produziam, particularmente nos discursos dos acadêmicos<sup>3</sup> dos cursos de Licenciatura em Letras e de Licenciatura em Computação<sup>4</sup>, da Universidade do Estado de Mato Grosso.

Em outro momento, já no mestrado, nos dedicamos a observar a argumentação em relação à *marcha para o Oeste*, mas apresentando como objetivo analisar em que medida os sentidos de *progresso* e de *moderno* afetavam os sentidos da *marcha*. Desse

---

<sup>1</sup> Empresa ferroviária criada com o objetivo de ligar o porto de Santos/SP a Rondonópolis/MT para o escoamento de cargas. Para cumprir esse itinerário a ferrovia passaria por Alto Araguaia/MT.

<sup>2</sup> Esta citação compõe o corpus de análise de um artigo publicado em 2009a e é parte de um discurso realizado pelo então governador do Estado de Mato Grosso, Dante de Oliveira, em uma audiência pública ocorrida na cidade de Alto Araguaia.

<sup>3</sup> A análise dos discursos desses acadêmicos pode ser encontrada em OLIVEIRA, 2009.

<sup>4</sup> Esses eram os únicos cursos superiores que havia no município de Alto Araguaia.

modo, nosso olhar se voltou para o passado e observamos, nos jornais publicados em Mato Grosso, a *designação* (GUIMARÃES, 2002) da expressão *marcha para o Oeste* na relação com as palavras *progresso* e *moderno*.

Nessas relações, buscamos compreender como o *progresso*, o *moderno* e a *marcha para o Oeste* produziam sentidos, especialmente considerando que as palavras não significam sempre a mesma coisa. Elas mudam de sentido a partir das relações que estabelecem com outras palavras ou expressões nos enunciados em que ocorrem e ainda pelas relações que estabelecem com a história e, portanto, com a sociedade.

A pesquisa desenvolvida no mestrado produziu resultados relevantes, mas devido às limitações próprias a uma dissertação, houve a necessidade de que essas análises fossem continuadas sobre textos posteriores. De modo especial, para observarmos se as relações apresentadas entre a expressão *marcha para o Oeste* e as palavras *progresso*, *moderno*, produzem algum movimento de sentido nas relações com o movimento da sociedade, e se nesses movimentos são produzidos novos sentidos.

É preciso considerar que falar de *marcha para o Oeste* é tratar de vários momentos na história do Brasil, entre esses momentos está, por exemplo: o período em que as expedições chamadas Entradas, Bandeiras e Monções se dirigiam ao Oeste em busca de ouro, pedras preciosas, índios para trabalhar na agricultura e mesmo em busca da expansão do território, especialmente por volta dos séculos XVI e XVII; a entrada de Rondon com sua comissão para as regiões do Oeste, no período de 1892 a 1915, com o objetivo político de chefiar a construção de linhas telegráficas e “facilitar” a relação dos brancos com os índios; e momentos posteriores ao que estamos pesquisando, em que muitos brasileiros de diversas regiões foram incentivados pelo governo a adentrarem os “sertões do Oeste” para explorar os recursos naturais oferecidos, isso nas décadas de 60 e 80, por exemplo, quando um grande número de sulistas se dirigiu às regiões do interior de Mato Grosso.

Diante dessas considerações precisamos então esclarecer que o momento da *marcha para o Oeste* que estamos pesquisando teve início por volta de 1939, e se tratava de um projeto Político de “colonização” proposto pelo presidente Getúlio Vargas, ou seja, tinha como objetivo ocupar uma região “despovoada” do Brasil, e podemos dizer, estabelecendo melhor as fronteiras do país. Desse modo, buscaremos desenvolver

conhecimentos em relação aos sentidos produzidos na língua a partir de um projeto de governo que causou um grande movimento social em todo o Brasil, pois a partir desse projeto um grande número de pessoas migrou das regiões Sudeste, Nordeste e Sul para o Centro-Oeste aumentando o povoamento dessa região, criando novas cidades e definindo novos espaços, e ainda gerando uma divisão entre brancos e índios com a criação do Parque Nacional do Xingu<sup>5</sup>.

Esse movimento de colonização, conforme Villas Bôas e Villas Bôas (1994), consistia em um impulso expansionista liderado pelo próprio governo, com o propósito de desbravar o sertão do Brasil Central, que se apresentava como

um verdadeiro mundo ignorado que abrangia toda a região central do território brasileiro, com uma população altamente rarefeita [...] via-se também naquilo tudo um conjunto verdadeiramente formidável de recursos e condições indispensáveis para o completo desenvolvimento futuro do país. (*ibidem*, p. 41).

Naquele momento, o objetivo da *marcha para o Oeste*, de acordo com esses autores (*idem*) era a investida da população das outras regiões do Brasil, especialmente da “faixa litorânea”, para a Centro-Oeste, com o intuito de ampliar os núcleos habitacionais já existentes nessa região, aproveitando melhor os recursos praticamente inexplorados dentro das próprias fronteiras políticas.

Lenharo (1986, p. 56) ao abordar a *marcha para o Oeste*, diz que ela “foi calcada propositadamente na imagem da Nação que caminha pelas próprias forças em busca de sua concretização”. Conforme o autor (*idem*) “procede do discurso de Vargas a afirmação de que a conquista da brasilidade seria ultimada através da interiorização do país: ‘O verdadeiro sentido da brasilidade é a marcha para o Oeste’”.

Quanto ao período em que ocorreu a *marcha para o Oeste*, entre a década de 30 e meados do século XX, de acordo com Ianni (2004) representa um momento de grande importância para o Brasil, pois foi marcado pela aceleração dos acontecimentos das décadas anteriores, pela nacionalização e pela industrialização. Foi a partir de meados do

---

<sup>5</sup> Esse Parque foi criado estabelecendo uma divisão entre brancos e índios, sendo que o Parque destinava-se aos índios e constituía um espaço em que não deveria haver a intromissão dos brancos.

século XIX que alguns políticos e escritores “expressaram as inquietações com um país atrasado na corrente da história, anacrônico do seu tempo. Quiseram realizar reformas institucionais e sociais, de modo a jogar o país mais próximo ao seu presente [...], preconizavam **modernização, naquele tempo denominada progresso**” (p.16. grifo nosso), mas foi somente a partir da década de 30 do século XX que começaram a formular “as principais interpretações do Brasil moderno, configurando ‘uma compreensão mais exata do país’” (p. 26).

Esse período em que serão analisados os sentidos dessas palavras é um momento em que a sociedade brasileira buscava novas configurações. Trata-se de um período posterior à extinção do trabalho escravo e do fim da Monarquia. Momento em que, conforme Ianni (2004), todos se preocupavam com as transformações que essas extinções poderiam causar ao país. De acordo com o autor, foi nessa época, em 1930, que o Brasil tentou entrar no ritmo da história. O autor comenta ainda que, nesse momento,

Formularam-se algumas matrizes do pensamento social brasileiro, no que se refere a questões básicas: a vocação agrária e as possibilidades da industrialização, o capitalismo nacional e associado, o federalismo o centralismo, o civilismo e o militarismo, a democracia e o autoritarismo, a região e a nação, a multiplicidade racial e a formação do povo, o capitalismo e o socialismo, a modernidade e a tradição (p.26).

Essas observações evidenciam as questões que se entrecruzam no movimento das análises e configuram nossa proposta. Desse modo, considerando que a *marcha para o Oeste* representa um movimento social e político, ela interessa a essa pesquisa enquanto materialidade histórica presente no funcionamento da língua em que se enuncia e que representa momentos históricos de uma sociedade (GUIMARÃES, 2002). Nessas relações, o objeto de estudo dessa tese são os sentidos da expressão *marcha para Oeste* na relação com as palavras *moderno* e *progresso* em *acontecimentos*<sup>6</sup> enunciativos produzidos nesse período da marcha para Oeste, que vai de 1939 a 1945. Observaremos como essas palavras

---

<sup>6</sup> Esse conceito empregado conforme Guimarães será explanado mais a diante.

se relacionam com o movimento da sociedade sendo significadas em alguns textos de jornais e também no texto produzido no âmbito do governo.

Buscamos compreender como os sentidos de dão, e se ocorre uma manutenção desses sentidos em ambos os tipos de textos que analisamos, considerando que o discurso jornalístico é parte constitutiva do processo histórico em que são selecionados os acontecimentos a serem lembrados futuramente. Não se trata de um simples jogo de palavras, “uma vez que ao selecionar está engendrando e fixando sentido para estes acontecimentos, a imprensa acaba por constituir no discurso um modo (possível) de recordação do passado” (MARIANI, 1993, p. 33). Esse passado produz sentidos também nos acontecimentos registrados como documentos de uma sociedade. Assim, consideramos que os documentos oficiais, como o jornal, funcionam como lugar de produção de sentidos. Esses documentos, conforme Le Goff (2003, p. 525), são “suportes de memória coletiva”. Sendo que “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (p.536). Nessa direção, Le Goff comenta que, segundo Foucault (1969, p. 13), é preciso questionar o documento, pois “o documento não é o feliz instrumento de uma história que seja, em si própria e com pleno direito, *memória*: a história é uma certa maneira de uma sociedade dar estatuto e elaboração a uma massa documental de que se não separa”.

Desse modo, a investigação que realizamos incorpora dois tipos distintos de materiais a serem analisados. De um lado, alguns textos publicados no jornal “O Estado de Mato Grosso”; de outro lado um documento oficial do Estado, ambos são textos, na medida em que Guimarães (2011, p. 9) conceitua o texto, como “uma unidade de significação”. Em relação ao primeiro tipo, foram selecionados os seguintes textos:

1. “Como tornar prática a marcha para o Oeste” – Artigo – Ildefonso Escobar – do Conselho Nacional de Geografia (01/12/1940).
2. “A Marcha para Oeste” – Artigo – Angyone Costa (17/01/1941).
3. “Para o Oeste” – Artigo – de Manuel Duarte – ex-presidente do Estado do Rio (06/04/1941).

4. Concluídas e entregues ao Governo Federal as obras do Aprendizado Agrícola de S. Vicente – Notícia/reportagem – (05/09/1942).

A seleção desses textos se deu mediante várias pesquisas em todos os jornais publicados no Estado de Mato Grosso, no período entre 1938 e 1945, que tratam da marcha para Oeste. As pesquisas realizadas para a localização dessas informações e, posteriormente constituição do corpus, ocorreram nos documentos do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso e da Universidade Federal de Mato Grosso. Nessas pesquisas percebemos que, em relação aos jornais publicados no Estado, apenas o jornal “O Estado de Mato Grosso” apresentava as questões relevantes à nossa proposta, os demais jornais correntes naquele momento: A Cruz, O Liceu, A Pena Evangélica, A Razão, A Tribuna e o Jornal do Comércio, abordavam de forma muito escassa a *marcha para Oeste* e não apresentavam as palavras *progresso* nem *moderno* na relação com aquela expressão, desse modo não apresentavam os dados necessários à análise que propomos. Nas configurações que buscamos somente os textos citados acima foram encontrados.

Em relação ao segundo tipo, será analisado o seguinte documento:

1. Relatório dos trabalhos realizados em 1941-1942 – Levantamento do rio Jaucuara e de outros trechos do Estado, destinados à conclusão da Carta de Mato Grosso. Publicação nº 108 – Apresentado ao Exmo. Sr. General Cândido Mariano da Silva Rondon - Diretor do Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso – pelo 2º Tenente Luiz Moreira de Paula – do quadro Auxiliar da Arma de Engenharia. (Departamento de Imprensa Nacional – Rio de Janeiro – Brasil – 1952).

Em relação aos documentos que propusemos analisar, nos relatórios e regulamentos de órgãos como a Agricultura, Departamento Administrativo do Estado, Departamento de Terras, Minas e Colonização, Departamento geral de estatística, Diretoria de luz e água, Força Pública e Polícia Militar, Obras públicas, Instrução Pública do Estado, Procuradoria geral/Ministério Público, Secretaria Geral, Tesouro do Estado, Typographia

Oficial, não foram encontrados materiais que apresentassem os dados que buscamos. Porém, em momento posterior, em uma pesquisa realizada em um alfarrabista em Campinas, foi encontrado um Relatório dos trabalhos realizados em 1941-1942, destinados à conclusão da Carta de Mato Grosso, que apresenta os dados necessários à realização da análise que propomos.

A produção desses textos ocorre no final da Ditadura Vargas, e coincide com o período inicial da Segunda Guerra Mundial. Considerando essas configurações, interessamos observar como nesses acontecimentos se constituem as relações de sentido entre a expressão *marcha para Oeste* e as palavras *progresso*, *moderno* e suas cognatas. Essa análise é possível por considerarmos que, como afirma Guimarães (1996, p. 7), “saber o que significa uma forma é dizer como seu funcionamento é parte da constituição do sentido do enunciado”, e ainda, que essa forma funciona num texto e é parte constitutiva de seu sentido (Guimarães, 2006). A partir dessas relações podemos estabelecer a designação dessas palavras e expressões, no Domínio Semântico de Determinação<sup>7</sup> e, ao lado disso, vamos observar como está sendo sustentada uma argumentação a propósito da *marcha para Oeste*.

A situação apresentada nos permite questionar:

- a) Qual a designação que *marcha para Oeste* apresenta em diferentes tipos de textos?
- b) Como se constitui a argumentação que sustenta a *marcha para Oeste* nesses tipos de textos?

Esses questionamentos nos levam a colocar como hipótese que o argumento fundamental nessa relação é de que o *progresso* sustenta a argumentação da *marcha para Oeste*. Esta hipótese nos leva a outras questões que direcionarão as análises, e que são as seguintes:

- c) Como o sentido de *progresso* se relaciona com o sentido da *marcha para Oeste*?

---

<sup>7</sup> Esse conceito é apresentado mais abaixo.

- d) Como se dá a argumentação em relação à *marcha para Oeste* juntamente com *progresso*?

A importância desta pesquisa se deve a que ela nos possibilita compreender como a *marcha para Oeste*, compreendida como um movimento social, produz sentido a partir da sustentação argumentativa apresentada nesses diferentes acontecimentos enunciativos; e ainda como seu sentido pode ser afetado na relação com o *progresso*, e/ou o *moderno* em textos da imprensa mato-grossense e em documentos oficiais do Estado de Mato Grosso, produzidos entre o final da década de 30 e meados da década de 40 do século XX. Essas observações são importantes por considerarmos que as palavras produzem sentidos no *acontecimento de linguagem*, na *enunciação*, que, conforme Guimarães (2002) se dá na relação do sujeito com a língua e, por isso, deve ser pensada na relação com a história, com o social. Desse modo, por meio da análise dos acontecimentos de linguagem, poderemos compreender os sentidos dessas palavras na conjuntura social e política em que elas funcionavam, em um *espaço de enunciação*<sup>8</sup> específico.

Diante dessas considerações, o sentido da expressão *marcha para Oeste* na relação com as palavras *moderno* e *progresso* serão analisados considerando o momento histórico em que foram produzidos os textos, ou seja, momento em que o Brasil era governado, numa ditadura, por Getúlio Vargas. E era proposto para o Estado de Mato Grosso um movimento de “colonização” chamado *marcha para Oeste*.

Para a realização das propostas apresentadas neste trabalho, que consiste no desenvolvimento de uma análise enunciativa, em que tomaremos como base a constituição histórica dos sentidos, nos apoiaremos em conceitos teórico-metodológicos apresentados, em princípio, por Benveniste (1976) e Ducrot (1984), e num outro momento, já no Brasil, por Guimarães (1987, 1995, 1996, 2001, 2002, 2004, 2004<sup>a</sup>, 2006, 2011), de acordo com a teoria da Semântica Histórica da Enunciação, ou Semântica do Acontecimento.

Nesta teoria, conforme os conceitos apresentados no capítulo I dessa tese, as palavras ou “expressões linguísticas significam no enunciado pela relação que têm com o acontecimento em que funcionam”, com o texto (GUIMARÃES, 2002, p. 5). Nessa

---

<sup>8</sup> O estudo desta noção é apresentado no capítulo I desta tese.

medida, a enunciação se dá pelo funcionamento da língua, enquanto *acontecimento* de linguagem. Acontecimento que funciona porque o seu presente projeta um futuro e, por outro lado, tem um passado enquanto memorável, que o faz significar. Desse modo, o passado é tomado não enquanto lembrança (individual), mas enquanto rememoração de enunciações, e é considerada, na constituição do acontecimento, a sua temporalidade e ainda ao real enquanto materialidade histórica.

Nesse sentido, o texto é compreendido, tal como conceituado por Guimarães (2011, p. 9), como “uma unidade de significação” e caracterizado “não como composto por segmentos, mas como integrado por elementos linguísticos de diferentes níveis e que significam em virtude de integrarem esta unidade. O sentido dos enunciados é produzido por esta relação de integração” (*idem*, ps. 22-23). Conforme esse autor a relação de integração é constituída na enunciação, acontecimento de linguagem, que significa o modo de presença do falante/locutor nos elementos linguísticos dos enunciados.

Essas questões nos levam a apresentar, no capítulo II, uma explanação em relação aos *lugares de enunciação* e à *argumentação*. Abordamos os lugares de enunciação, conforme são apresentados por Ducrot no desenvolvimento dos estudos da *polifonia* na linguagem e por Guimarães na *cena enunciativa*. Nessa medida, a enunciação é remetida a um sujeito, que ao enunciar se divide configurando diferentes lugares de enunciação. Esses lugares de enunciação, conforme Guimarães (2002), são configurados pelo *agenciamento enunciativo*. Quanto à argumentação, ela é exposta a partir dos estudos desenvolvidos por Ducrot. Segundo o autor a argumentação está na língua e se manifesta na enunciação. Para o desenvolvimento da análise argumentativa, Ducrot apresenta os conceitos de *orientação argumentativa*, *classe argumentativa* e *escala argumentativa*. Os conceitos apresentados por Ducrot são utilizados por Guimarães que além deles considera na argumentação as relações com a constituição histórica dos sentidos. Esses conceitos são fundamentais para o desenvolvimento das análises argumentativas que compõem esta tese, eles nos possibilitam observar a *orientação argumentativa* presente nos textos e os *lugares de enunciação* ocupados pelos sujeitos ao argumentarem em relação à *marcha para Oeste*.

Para Guimarães a análise dos sentidos deve ser desenvolvida também considerando a *designação* das palavras. Desse modo, será apresentado no capítulo III o

estudo da constituição da *designação*, que, conforme Guimarães (2004a, p. 5) deve ser considerado a partir da constituição do *Domínio Semântico de Determinação* (DSD) que é um modo de “pensar as palavras nas suas relações com outras palavras”, tendo como unidade de análise os enunciados em que funcionam as palavras pela enunciação. Para isso é preciso considerar que há dois procedimentos fundamentais que constituem a enunciação: a *articulação* e a *reescrituração* (GUIMARÃES, 2002, 2004, 2007). Esses procedimentos nos permitem: a *articulação* - observar como as palavras significam nas relações de proximidade com outras palavras no texto; e a *reescrituração* - observar como o movimento de uma palavra (retomadas, reescrituras), no texto, afeta o sentido tanto da própria palavra como de outras palavras e do texto, de modo geral. Desse modo, para apresentar os sentidos da expressão *marcha para Oeste* na relação com as palavras *progresso* e *moderno* será necessário observar as relações que elas estabelecem entre si e com outras palavras, nos acontecimentos enunciativos, estabelecendo o seu DSD. Essas observações nos permitirão apresentar um conjunto de interpretações sobre o sentido dessas palavras.

No capítulo IV são apresentadas algumas relações entre o *progresso* e o *moderno*. Para tanto, foi desenvolvida uma reflexão a partir da leitura de alguns autores como Giddens (1991), Souza (1999), Le Goff (2003), Koselleck (2006). A leitura desses autores nos possibilitou compreender algumas relações de sentido entre as palavras *progresso* e *moderno* e ainda algumas mudanças já estabelecidas no sentido dessas palavras. Uma questão que pudemos observar foi a recorrência da utilização dessas palavras como sinônimas, especialmente em alguns momentos da história em que o *moderno* e o *progresso* parecem se confundir. Nesses momentos, os sentidos dessas palavras apontam para a mesma direção. Outra questão observada nesse capítulo foi em relação à proposta de modernização do Brasil e às condições sociais, de acordo com Ianni (2004).

Ainda compondo nosso aparato teórico, apresentamos no capítulo V, uma breve abordagem em relação às diferentes matérias jornalísticas que analisamos nessa tese. Com esse capítulo buscamos evidenciar que as matérias publicadas em jornais como, por exemplo, o artigo de opinião e a reportagem apresentam certas características que as

diferenciam umas das outras. Essas características são importantes no momento das análises, pois estão relacionadas ao lugar de enunciação do qual o locutor é agenciado como “aquele que fala” e “aquele para quem se fala” (GUIMARÃES, 2002, p. 23).

O capítulo VI trata do desenvolvimento da primeira análise proposta. Nela observamos que a cena enunciativa apresenta um locutor-geógrafo como lugar social de enunciação. Esse locutor defende que há uma e única possibilidade de realização da marcha para Oeste e que é necessário realizá-la, como pode ser observado na orientação argumentativa apresentada no texto. Esses sentidos podem ser observados ainda na constituição do DSD de marcha para Oeste em que observamos que há uma antonímia entre o Leste e o Oeste e que é estabelecida uma oposição, uma relação de tensão entre civilizado e não civilizado determinando a marcha e colocando-a como uma necessidade para que seja estabelecida a civilização e produzindo o progresso.

No capítulo VII a análise desenvolvida apresenta como lugar social de enunciação um locutor-cientista social que argumenta sobre a necessidade de realização da marcha para Oeste e da forma como ela precisa ser realizada: do Leste para o Oeste. Na análise argumentativa e também no DSD, é possível observar uma oposição entre as regiões Oeste e Leste e, ainda, que o Oeste é significado como incivilizado, estagnado, porém com riquezas naturais que precisam ser exploradas; sendo o Leste civilizado, desenvolvido e progressista. Desse modo, a marcha ao ocorrer do Leste para o Oeste, levará ao Oeste a civilização e o progresso do Leste e, em contrapartida, trará do Oeste para o Leste as “riquezas em potencial”.

Em “a Marcha para o progresso”, capítulo VIII, a análise da cena enunciativa mostra-nos um Locutor que fala do lugar social de locutor-político e estabelece um duplo alocutário: o alocutário-político e o alocutário-povo brasileiro. Sendo que o Locutor se coloca na posição de quem também participa do lugar desses alocutários. Esse Locutor sustenta a necessidade desses alocutários se dirigirem para o Oeste e, para tanto, criarem condições para a realização da marcha para Oeste. É apresentada uma oposição entre a civilização oceânica (do litoral) e a raça primitiva (do sertão). Esse sentido pode ser observado também no DSD em que a designação da marcha para Oeste é estabelecida

enquanto determinada por povoamento, economia, civilização e progresso em oposição ao Oeste.

No capítulo IX, “a marcha para Oeste e a necessidade de ser patriota” é apresentada a análise de três notícias publicadas em anos diferentes, mas que abordam questões relacionadas às construções realizadas, naquele período, no Estado de Mato Grosso. Essas obras são abordadas pelo locutor-jornalista como argumentos para seus alocutários: -não patriota e -patriota em relação à necessidade de acreditarem no discurso do presidente Getúlio Vargas e também na importância da realização da marcha para Oeste. Sendo a designação de marcha para Oeste estabelecida, no DSD, enquanto renovação, prosperidade, civilização e progresso.

No “relatório: a marcha para Oeste e a civilização”, capítulo X é analisado um relatório do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura, um documento do governo desenvolvido nos anos de 1941 e 1942. Nesse capítulo é observado um locutor-governo que argumenta para os alocutários: técnico, empreendedor e trabalhador brasileiro em relação à necessidade de realização do “Rumo ao Oeste” e o modo como ele precisa ser realizado, enquanto um “programa de desenvolvimento econômico” que é sustentado pelo presidente Getúlio Vargas. No DSD dessa análise a designação de “Rumo ao Oeste” é apresentada enquanto uma relação de determinação pelos substantivos economia, trabalho, ocupação, civilização e progresso.

Ao analisarmos esses acontecimentos observamos um momento de instituição de um projeto de governo muito relatado pela mídia jornalística mato-grossense e também tratado em documentos oficiais. Nesse momento foi suscitado todo um movimento migratório, sendo geradas novas condições sociais para o Brasil, inclusive por estabelecer novos espaços e evidenciar as fronteiras internas e externas do país. Nessas condições, analisarmos os sentidos de *marcha para Oeste* e *progresso* nos possibilitou observar, além da constituição do político na língua, a argumentação que se constitui em torno desse funcionamento político dos sentidos.

**PARTE I**

**ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA**



## **CAPÍTULO I**

### **SEMÂNTICA: O ESTUDO DO SENTIDO NA LINGUAGEM**

A Semântica é uma disciplina linguística que estuda a significação, o sentido na linguagem. Os estudos sobre a significação da linguagem são desenvolvidos, desde a antiguidade, em disciplinas como a filosofia e a retórica, porém é com Bréal, em seu artigo *Leis intelectuais da linguagem: fragmento de semântica*, publicado em 1883, que o termo semântica é empregado pela primeira vez. Esse tem sido tomado como um dos marcos da constituição da semântica como disciplina linguística. Conforme Guimarães (*in* Bréal, 2008) é necessário esclarecer que a importância desse autor não se restringe ao fato de ter sido ele o primeiro a empregar o termo semântica, tampouco ele foi considerado o fundador desta área por esta razão. É preciso ressaltar que o que o torna digno de ser considerado um dos fundadores da semântica é a qualidade das teorizações desenvolvidas por esse autor.

Após o marco de fundação da semântica na segunda metade do século XIX, os estudos da significação se desenvolveram em diversas direções. Sendo que, atualmente, conforme Guimarães (2006, p.116), três posições no modo de considerar a significação são as mais praticadas no campo da semântica e da pragmática, são elas: a Semântica Formal, a Semântica da Enunciação e a Pragmática. Cada um desses campos apresenta pelo menos uma posição na consideração do sentido<sup>9</sup> enquanto objeto.

Em nossos estudos teremos como foco a Semântica Histórica da Enunciação ou Semântica do Acontecimento, conforme proposta no Brasil por Guimarães (1989, 2002, 2004, 2006 e outros), e dela tomamos o aparato teórico-metodológico que utilizamos para desenvolver as análises que propomos. Diante dessas considerações, exporemos a seguir algumas abordagens de grande importância para a constituição desta teoria; exporemos também algumas relações já no interior da Semântica do acontecimento que são fundamentais para a compreensão das discussões que realizaremos; e, na sequência, apresentaremos os conceitos e procedimentos que serão utilizados para o desenvolvimento das análises.

---

<sup>9</sup> Não discutiremos aqui a questão das diferentes posições em relação aos estudos da significação, do sentido na linguagem, pois esse estudo não importa às nossas análises. Essa discussão pode ser encontrada em Guimarães (2005).

## 1.1 O sentido na linguagem

Os estudos semânticos, desde a sua formação, apresentam o sentido como seu objeto de investigação. Sobre isso, é importante observar um percurso de estudos a partir de Bréal, incluindo nele a publicação do Ensaio de Semântica em 1897, pois esse autor apresenta questões decisivas para os estudos semânticos tal como configurados atualmente.

Os estudos de Bréal, no que se refere à abordagem semântica em relação ao sentido, de modo mais geral, apresentam duas colocações que, conforme Guimarães (2005), merecem destaque nessas reflexões. Ambas dizem respeito ao tratamento do sentido das palavras. A primeira delas estabelece que o sentido somente deve ser considerado a partir do emprego das palavras, não pela etimologia; a segunda expõe que as palavras devem ser consideradas nas relações com outras palavras, nas frases. Ao questionar a forma como é realizado o estudo dos sentidos, Bréal traz para suas discussões a consideração da subjetividade na linguagem, na produção da significação.

Para melhor explanação dessas questões comentaremos, ainda que sucintamente, a forma como Bréal as considerava. Uma questão fundamental para esse autor é a de que as transformações da língua são históricas, na medida em que não ocorrem de forma automática. Para ele, diferentemente dos estudiosos daquele período, as transformações não ocorrem naturalmente, elas são determinadas pelas relações de sentido, por isso, para pensar a linguagem é preciso pensar a significação. Nessa direção, ao explicar semanticamente as transformações linguísticas, Bréal (2008, p. 23-25) as define através de “leis”, tal como a “lei da especialidade”. Conforme o autor,

se certas modificações no pensamento, expressas inicialmente por todas as palavras, são pouco a pouco reservadas a um pequeno número de palavras, ou mesmo a uma única palavra, que assume a função somente para si, dizemos que a especialidade é a lei que presidiu essas mudanças. Não se trata de uma *lei* previamente estabelecida, menos ainda de uma lei imposta em nome de uma autoridade superior (p.23).

As modificações causadas de acordo com a “lei da especialidade”, de acordo com Bréal, podem levar ao desaparecimento de certas formas.

Conforme Guimarães (2005, p. 16), a semântica, em Bréal, é construída como uma disciplina linguística “que considera a linguagem como fenômeno humano, portanto histórico”. Desse modo, é estabelecida, então, uma ruptura com os naturalistas, pois, ao considerar as mudanças na linguagem, Bréal (*idem*) diz que elas ocorrem pela intervenção humana e seguindo princípios de funcionamento da própria linguagem, de forma analógica. Assim, de acordo com Guimarães (2008, p. 11), em Bréal “o histórico diz respeito à intervenção da vontade na inteligência”. Essa posição difere da dos comparatistas que consideravam a transformação histórica como atomizada (in. Bréal, 2008, p.11), seguindo uma lei mecânica e necessária.

Ao abordar os estudos semânticos desenvolvidos por Bréal, Guimarães (*idem*) comenta ainda sobre a subjetividade na linguagem, que em Bréal é apresentada como a intervenção do sujeito na linguagem, pois esse sujeito é considerado “ao mesmo tempo expectador interessado e autor dos acontecimentos” (BRÉAL, 2008, p. 157). Bréal chama essa intervenção de *aspecto subjetivo da linguagem* e diz que ele pode ser representado “por palavras ou membros de frase”; “por formas gramaticais”; “pelo plano geral de nossas línguas” (p. 157). De acordo com a abordagem de Bréal o lugar mais importante da linguagem é atribuído ao ser humano.

Essas questões desenvolvidas por Bréal são de grande importância na configuração dos estudos semânticos apresentados atualmente. Esses estudos se constituem também na relação com a teoria desenvolvida por Saussure (1916) e, ainda, por autores como Frege, Tarski, Grice, Austin, Benveniste, Ducrot, Guimarães e outros<sup>10</sup>, dando formação às posições semânticas definidas atualmente. Entre esses estudos comentaremos algumas questões, apresentadas por Saussure, Benveniste e Ducrot, que estão mais relacionadas à constituição da Semântica do Acontecimento, conforme desenvolvida por Guimarães.

---

<sup>10</sup> Os caminhos percorridos por esses autores em relação ao sentido na linguagem são abordados por Guimarães 2005.

A definição do sentido, na configuração dos estudos semânticos, leva em consideração o tratamento da língua. É nessa medida que interessam os estudos desenvolvidos por Saussure, cuja abordagem é referente aos limites definidos por esse autor ao estudar a língua. Os estudos desenvolvidos por Saussure apresentam a língua como um sistema de signos, sendo que o signo é dividido em significante e significado, cujo significado é dado a partir da noção de valor, que é estabelecida na relação de um signo com outros signos, sendo que um signo só tem sentido enquanto se opondo a outro. Esta é a relação de sentido apresentada por Saussure (1915) que, ao estabelecer a língua como um sistema de signos, exclui dos seus estudos o sujeito, o objeto e a história. Estas são as exclusões com as quais, conforme Guimarães (2005, p. 11), os estudos semânticos tem procurado lidar, apresentando “a noção de sentido, ou significação, sempre como uma relação envolvendo algum dos elementos desta tripla exclusão”.

Nessa relação, Benveniste, ao lidar com as exclusões saussurianas também considera a língua como um sistema de signos, mas este autor estabelece algumas diferenças em relação a Saussure, por exemplo, ao dizer que “o signo é uma unidade semiótica” dotada de significação (*idem*, p. 224). Essa questão é abordada por Benveniste ao apresentar uma reflexão entre “a forma e o sentido na linguagem”, momento em que distingue o semiótico e o semântico (BENVENISTE, 1989). Desse modo, de acordo com o autor “a semiótica se caracteriza como uma propriedade da língua; a semântica resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação” (*idem*, p.230). Nessa direção, o sentido é definido na relação da língua com as coisas fora dela e com a atitude de um locutor, sendo considerado enunciativamente.

Essa consideração do sentido na relação com a enunciação é também abordada por Ducrot, (1976, 1984) que se filia em Benveniste. Ducrot realiza seus estudos desenvolvendo uma semântica argumentativa ou semântica da enunciação que, assim como Benveniste, considera a significação na linguagem na relação com a enunciação, mas que toma configurações diferentes das apresentadas por aquele autor. Nesta medida Ducrot desenvolve, por exemplo, questões relacionadas à enunciação e à polifonia<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Essas questões serão apresentadas logo a seguir.

A partir dos estudos apresentados por Ducrot, Guimarães (1989, 2002, 2004, 2006, 2011 e outros) desenvolve a teoria da Semântica Histórica da Enunciação ou Semântica do Acontecimento, apresentando uma nova forma de tratar o sentido. Nesta abordagem, Guimarães (2005, p. 11) comenta que são muitas as formas de estudar a significação, o sentido na linguagem. Diante disto, o autor expõe sua forma de considerar o sentido “a partir do funcionamento da linguagem no acontecimento da enunciação”. Desse modo, os sentidos não são determinados por nossa vontade, mas pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história. Essas questões serão retomadas e melhor comentadas mais adiante.

## **1.2 Enunciação: o enunciado se constitui no acontecimento da linguagem**

Enunciação é um conceito chave para se compreender a especificidade da Semântica do Acontecimento, conforme desenvolvida no Brasil por Guimarães. Na relação com esse conceito há muitos outros, como, por exemplo: enunciado, sujeito, Locutor, enunciator, história, político, agenciamento enunciativo, cena enunciativa e ainda outros.

Para o desenvolvimento desta teoria, no que se refere à enunciação, Guimarães (1989, 1996, 2001, 2002, 2004, 2005 etc.) sustentou-se nas formulações propostas anteriormente por Benveniste (1976), Ducrot e Anscombre (1976) e Ducrot (1984). Sendo que em Benveniste a enunciação é o colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização (p.83). Conforme o autor,

enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de *apropriação*. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor [...] Mas imediatamente, desde que ele se declara locutor e assume a língua, ele implanta o *outro* diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro. Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocução, ela postula um alocutário (BENVENISTE, *ibidem*, p. 84).

Desse modo, a enunciação em Benveniste é uma apropriação da língua e isso é suficiente para que o indivíduo se constitua em sujeito (locutor) e o outro também seja

constituído em sujeito (alocutário). Assim, conforme Guimarães (2008, p. 72) em Benveniste “a intersubjetividade é algo previsto no sistema da língua, não é uma construção da enunciação”.

Ao conceituar a enunciação, Ducrot e Anscombre (1976, p. 18) dizem que ela é “a atividade de linguagem exercida por aquele que fala no momento em que fala”. Desse modo, assim como em Benveniste, trata-se de uma ação do indivíduo relativamente à língua, mas diferentemente daquele autor, Ducrot e Anscombre não fazem referência ao ato de um Locutor se apropriar da língua.

Em outro momento, Ducrot (1984/1987) define a enunciação como “o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado”. Ele considera o surgimento do enunciado como

um acontecimento histórico: é dado existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois. É esta aparição momentânea que chamo “enunciação” [...] não introduzo, pois a noção de um sujeito autor da fala e dos atos de fala. Não digo que a enunciação é o ato de alguém que produz um enunciado. (DUCROT, *ibidem*, 168-169).

Para Benveniste (1976), a enunciação é definida em relação a uma ação individual, assim como em Ducrot e Anscombre (1976), mas, em reflexões posteriores, Ducrot (1984) define a enunciação como um acontecimento histórico e não há mais a inclusão de um indivíduo ou sujeito, pois como Ducrot ressalta a questão do “sujeito autor” não lhe interessa. Ducrot, ao se referir ao acontecimento histórico utiliza este conceito como cronologia, ou seja, considerando o seu caráter temporal.

As formulações desses autores são fundamentais para a constituição da abordagem dos estudos do sentido desenvolvida por Guimarães. Esta abordagem da teoria da enunciação é uma posição particular que toma a linguagem na relação com a exterioridade enquanto historicidade e apresenta o conceito de enunciação caracterizando-o, socialmente. Sendo assim, “a significação é histórica, não no sentido temporal, historiográfico, mas no sentido de que a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência. Sua materialidade é esta historicidade” (GUIMARÃES, 2005 p. 66).

Desse modo, pelo viés da Semântica do Acontecimento, para analisar o sentido de *progresso* na relação com o sentido de *marcha para Oeste* é preciso tomar como lugar de observação do sentido o enunciado que deve ser considerado na enunciação, no acontecimento da linguagem.

O acontecimento, conforme Guimarães (2011, p. 15), “faz diferença na sua própria ordem”, pois ele constitui uma temporalidade específica: funciona por estar no presente da formulação do locutor, além disso, projeta em si mesmo um futuro de sentidos e, por outro lado, tem um passado, enquanto memorável de enunciações; é esta temporalidade que o faz significar. Deste modo, é o acontecimento que constitui o tempo da enunciação, não o Locutor, conforme proposto por Benveniste (1959). Nesta medida, o acontecimento é um espaço de temporalização, sendo o passado uma rememoração de enunciações recortadas pelo acontecimento.

Nesta direção, Guimarães considera a enunciação como o acontecimento do funcionamento da língua, em um espaço de enunciação, produzindo sentido. Deste modo, o acontecimento, produz sentido “por expor a língua em funcionamento à sua exterioridade, sendo esta exterioridade significante, histórica, e não física” (2006, p. 126). Nessas relações, é preciso considerar, ainda, a enunciação como um acontecimento no qual ocorre a relação do falante, enquanto locutor, com a linguagem<sup>12</sup>. Relação em que são produzidos os textos, por exemplo: os artigos, as notícias, as reportagens, os documentos do governo, que serão analisados nesta tese, e quaisquer outros tipos de textos. Sendo os textos considerados como unidades de significação integradas por enunciados.

Conforme Guimarães (2006) o enunciado é correspondente à frase, porém considerando a situação em que o locutor fala, sendo, então, “um elemento linguístico próprio do acontecimento do funcionamento da língua quando um locutor diz algo” (p. 122). O autor diz ainda que o enunciado, na relação com as sequências linguísticas de que faz parte, funciona por ter uma consistência interna e uma independência relativa, pois há algo em cada enunciado (segmento), que é independente do funcionamento global. Para Guimarães, o enunciado é o lugar em que o sentido de uma forma, como, por exemplo:

---

<sup>12</sup> Esta relação entre o Locutor e a linguagem será apresentada mais adiante quando abordarmos a *cena enunciativa*.

*progresso, moderno, marcha para Oeste*, deve ser observado, pois, para apresentar o sentido de uma forma, é preciso analisar as relações que ela constitui no enunciado e, ainda, que este enunciado funciona enquanto integrado a um texto.

A relação do enunciado com o texto é chamada por Guimarães (2002, 2006, 2011) de relação integrativa<sup>13</sup>. Conforme este autor, esta relação ocorre de maneira não segmental, ou seja, de forma que o enunciado ao compor um texto não segue uma sequência lógica. Esta relação se dá pela forma como um enunciado se reporta a outro, constituindo modos específicos de relação e, conseqüentemente, de observação dos enunciados em cada texto/acontecimento em que eles ocorrem. Sendo preciso considerar que o sentido se constitui na relação do enunciado com o texto e com o falante/locutor no acontecimento da enunciação, que para Guimarães é um acontecimento político, na medida em que esse autor considera o político como uma relação que é própria do funcionamento da linguagem.

### 1.3 O acontecimento é político

O político, conforme configurado por Guimarães (2002) no domínio da Semântica do Acontecimento, é um conceito muito importante para as nossas análises, na medida em que para esse autor a enunciação é política. Desse modo, observaremos o sentido de *progresso* e de *moderno* na relação com os sentidos de “*marcha para Oeste*” considerando a não transparência do funcionamento da linguagem que é também afetada pela história de enunciação dessas palavras, pelos lugares de constituição do sujeito (enunciador, locutor-x) nas relações sociais e pelas relações dessas palavras com outras nos textos em que funcionam.

Ao configurar o político enquanto relação de linguagem, Guimarães (2002, p. 15) o considera como “algo que é próprio da divisão que afeta materialmente [...] o acontecimento da enunciação”. Sendo que o político é o conflito que se estabelece a partir da relação contraditória na divisão do real, divisão que é normativa e que ocorre de forma

---

<sup>13</sup> Guimarães traz esse termo de Benveniste (1966), porém o utiliza de forma diversa deste autor. É possível observar essas considerações em Guimarães (2002, p. 7).

desigual. Essa divisão, ao estabelecer uma desigualdade nas relações sociais, gera incluídos e excluídos (se faz como conflito).

Os excluídos são aqueles a quem a palavra é negada. Mas, é preciso considerar que o homem sempre assume a palavra, mesmo que ela lhe seja negada, desse modo os excluídos afirmam o seu pertencimento no conflito.

É essa contradição que instala o conflito no centro do dizer e produz para o político uma divisão “pela desmontagem da contradição que o constitui”. Nesse sentido Guimarães (*idem*, p. 16) diz ainda que a desigualdade é apresentada como necessária à sociedade, sendo a afirmação de pertencimento uma incoerência. Conforme o autor (*ibidem*) “esta desmontagem é o esforço do poder em silenciar<sup>14</sup> a contradição, na busca de um político como ação homogeneizadora que ora se esgota no administrativo, ora naquilo que Rancière chamou de *polícia*, e que ele opõe à *política*”.

Conforme Guimarães (*idem*, p. 17), enunciar é uma prática política na medida em que o político “se constitui pela contradição entre a normatividade das instituições sociais que organizam desigualmente o real e a afirmação de pertencimento dos não incluídos”. Sendo o político essa afirmação de igualdade e de pertencimento do povo ao povo e que está em conflito com a organização desigual do real. Essa relação produz sempre uma redivisão do político – que ocorre pela afirmação de pertencimento do excluídos em nome da igualdade, do pertencimento – e uma reconstituição da contradição.

Por essas relações o sentido se constitui no acontecimento da enunciação, que é um acontecimento político e, por isso, divide e organiza os lugares de enunciação de forma desigual, hierarquizada. Esses lugares de enunciação são estabelecidos a partir do agenciamento enunciativo que, ao estabelecer os lugares de dizer em que estão envolvidos os interlocutores, produz sentidos diferentes para cada lugar de enunciação.

Podemos citar como exemplo de político os espaços de produção dos textos em um jornal, em que uma notícia ou uma reportagem devem ser produzidas por um jornalista vinculado ao jornal ou pelo próprio editor, e para ser publicada precisa da autorização do editor. Já um artigo pode ser produzido por um convidado que tenha conhecimento do tema a ser abordado, um articulista, que assina o texto, se responsabilizando pelo que escreveu.

---

<sup>14</sup> Guimarães utiliza o conceito de *silenciamento* no sentido que é apresentado por Orlandi (1992).

Enquanto no primeiro caso o texto representa a posição do jornal, dispensando assinatura do autor; no segundo caso o nome do autor e, normalmente, certos dados a respeito dele (profissão, área de conhecimento) são apresentados. Cada um desses textos ocupa um espaço pré-estabelecido no jornal, espaço que se mantém. A divisão apresentada representa lugares de dizer que são estabelecidos de forma desigual. Essa divisão deixa claro que a palavra não pode ser utilizada da mesma maneira por todos.

#### **1.4 O espaço de funcionamento das línguas**

Estudar a enunciação inclui tratar aquele que enuncia, pois a *enunciação* é um *acontecimento* no qual ocorre a relação do sujeito com a linguagem. Partindo dessa relação entre falante e língua é que Guimarães desenvolve o conceito de *espaço de enunciação*, que “são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante” (GUIMARÃES, 2002, p. 18).

Conforme Guimarães (*ibidem*) o espaço de enunciação é um espaço político, na medida em que é neste espaço que ocorrem as relações entre as línguas e os falantes, esta é uma relação de disputa pela palavra e pelas línguas. Nesse sentido, se consideramos o espaço de enunciação brasileiro é preciso esclarecer que nele são faladas muitas línguas, mas que a língua oficial é o Português, sendo esta língua o elemento que identifica os cidadãos brasileiros.

Mas, além disso, segundo Guimarães, “falar português no Brasil é falar uma língua que são várias”. Isso na medida em que a relação do sujeito com a língua, no Brasil, é regulada por uma relação com a língua do Estado brasileiro, mas é regulada também pelo fato de existirem certas regiões em que há diferenças que são significativas no modo de falar, ou seja, na relação com a língua. Essas diferenças são perceptíveis, por exemplo, na forma como se fala [chá] em várias regiões e [tʃa], em Cuiabá, no Estado de Mato Grosso; e na forma como se fala [mesmo] em vários lugares e [mɛʃmu], no Rio de Janeiro, por exemplo. Esta divisão estabelece uma hierarquia de identidades. Ou seja, essas relações afetam o direito ao dizer que é distribuído de forma desigual para os falantes de cada uma dessas regiões.

De acordo com Guimarães (2002, p. 21) “estar identificado pela divisão da língua é estar destinado, por uma deontologia global da língua, a poder dizer certas coisas e não outras, a poder falar de certos lugares de locutor e não de outros, a ter certos interlocutores e não outros”. Desse modo, os falantes das regiões citadas acima, ocupam lugares distintos no espaço de enunciação brasileiro em que os falantes que são identificados por falarem [tʃa], não podem ocupar os mesmos lugares sociais que os falantes que são identificados por falarem [mɛʃmu]. Como exemplo de lugar de interdição Guimarães (*idem*) cita o lugar social de locutor-jornalista na mídia televisiva que não pode ser ocupado da mesma forma pelos falantes identificados por falarem [tʃa] e pelos falantes identificados por falarem [mɛʃmu]. Enquanto aos falantes identificados por falarem [mɛʃmu] é possibilitado estar na mídia televisiva por todo o país, sem interdição ao modo como falam, aos falantes identificados por falarem [tʃa] somente é possibilitado se apresentarem na mídia de Mato Grosso.

Desse modo, o espaço de enunciação da língua portuguesa no Brasil é afetado por essas divisões que, também, autorizam alguns falantes e interditam outros, sendo que o Locutor desconhece que fala de um lugar social e que esse lugar de fala sofre divisões e interdições. Conforme Guimarães (*idem*, p. 22) “operar sobre e contra este desconhecimento é o próprio do político no acontecimento da linguagem”. É no espaço de enunciação que são distribuídos os papéis sociais e que são atribuídos aos falantes seus direitos ao dizer e aos modos de dizer, a partir do agenciamento enunciativo. Nesse sentido, os falantes são constituídos por esse espaço de enunciação em que são determinados pelas línguas que falam, sendo, portanto, sujeitos políticos.

Conforme Guimarães (2006), os falantes não se constituem por serem falantes de uma língua enquanto pessoas no mundo, mas enquanto “pessoas qualificadas pela relação com a língua e com o dizer. O falante e o locutor não são categorias empíricas, são categorias sociais e políticas” (*ibidem*, p. 126), na medida em que enunciar é uma prática política, e que se dá em espaços de enunciação específicos, que são espaços de disputa pela palavra, por isso são espaços políticos (GUIMARÃES, 2002).

É no espaço de enunciação que a língua funciona no e pelo acontecimento, não porque um indivíduo assume a palavra. Assim, o espaço de enunciação é fundamental para

a consideração da enunciação como uma prática política. Desse modo, conforme Guimarães (ibidem) “enunciar é estar na língua em funcionamento”. Desse modo, conforme Guimarães (2002, p. 22),

o espaço de enunciação é assim decisivo para se tomar a enunciação como uma prática política e não individual ou subjetiva, nem como uma distribuição estratificada de características. Falar é assumir a palavra neste espaço dividido de línguas e falantes. É sempre, assim, uma obediência e/ou uma disputa. Se é que se pode falar em simples obediência.

Esses espaços de enunciação são compostos por *cenar enunciativas* que organizam, a partir de “especificações locais”, os diferentes modos de acesso à palavra de acordo com os lugares constituídos na e pela enunciação. Desse modo, a língua funciona “no acontecimento, pelo acontecimento e não pela assunção de um indivíduo [...] a enunciação se dá por agenciamentos específicos da língua. No acontecimento o que se dá é um agenciamento político da enunciação” (ibidem). Conforme o autor (ibidem), o embate entre línguas e falantes é próprio do espaço de enunciação em que os falantes “são tomados por agenciamentos enunciativos, configurados politicamente”.

Mais adiante falaremos da *cena enunciativa*, conforme apresentada por Guimarães, mas antes abordaremos a *polifonia* em Ducrot, pois a proposta deste autor foi importante para o desenvolvimento do conceito de cena enunciativa apresentado por Guimarães.



## **CAPÍTULO II**

### **OS LUGARES DE ENUNCIÇÃO E A ARGUMENTAÇÃO**

## 2.1 Ducrot e a polifonia na enunciação

O desenvolvimento dos estudos polifônicos propostos por Ducrot (1987), e que são apresentados no texto intitulado “Esboço de uma teoria polifônica da enunciação”, parte do conceito de polifonia elaborado por Bakhtine na teoria literária. Conforme Ducrot, Bakhtine reconhece em um texto a existência de “várias vozes que falam simultaneamente” sem que haja uma preponderante. A partir dessa consideração Ducrot (ibidem, p. 161) propõe que a teoria da polifonia (de Bakhtine) seja aplicada não a textos, mas a um enunciado isolado, contestando o postulado de que “cada enunciado possui um, e somente um autor”.

Antes de expor sua proposta Ducrot (1987) apresenta a disciplina na qual desenvolve suas pesquisas, a “pragmática semântica” ou “pragmática linguística” e justifica a sua importância para o desenvolvimento das pesquisas que realiza. Ele considera que o nome dessa disciplina pode designar “a ação humana realizada pela linguagem”, nesse sentido, o autor comenta que “o problema [...] é saber porque é possível servir-se de palavras para exercer uma influência, porque certas palavras, em certas circunstâncias, são dotadas de eficácia” (p. 163). Nessa relação, o autor aponta a questão do efeito produzido por certas palavras em determinadas circunstâncias como problema fundamental, porém esclarece que há outro problema, “propriamente linguístico”, o de se considerar o que a fala, a partir do enunciado, faz. Essa questão o autor exemplifica dizendo que ao utilizarmos um enunciado interrogativo pretendemos fazer com que o outro (o nosso interlocutor), se comporte respondendo; e quando usamos um enunciado imperativo pretendemos que o outro aja de certo modo. Desse modo, conforme o autor (ibidem, p. 163),

o ponto importante, a meu ver, é que esta incitação para agir ou esta obrigação de responder são *dadas como efeitos da enunciação*. O que generalizarei dizendo que todo enunciado traz consigo uma qualificação de sua enunciação, qualificação que constitui para mim o sentido do enunciado. O objeto da pragmática semântica (ou linguística) é assim dar conta do que, segundo o enunciado, é feito pela fala.

Após essa explanação o autor comenta que é necessário “descrever sistematicamente as imagens da enunciação que são veiculadas pelo enunciado” (p. 154). Para melhor compreensão dessa discussão Ducrot distingue o enunciado e a frase, sendo a frase um objeto teórico constituído pela gramática e que não serve às observações dos estudos linguísticos; e o enunciado se constitui enquanto uma manifestação particular (p. 164) e é conceituado como “fragmento de discurso” (p.166), é ele o objeto dos seus estudos.

Em relação ao discurso, Ducrot diz que ele, é um fenômeno observável, “constituído de uma sequência linear de enunciados”, pois é organizado como uma “sucessão de segmentos em que cada um corresponde a uma escolha [do sujeito falante] “relativamente autônoma” em relação à escolha dos outros” (p. 164). Nesta medida, para segmentar o discurso em enunciados é preciso considerar as escolhas que o sujeito falante acredita ter realizado, uma vez que, conforme o autor, elas são apenas “relativamente autônomas”. Essa “autonomia relativa” se deve à necessidade de satisfazer simultaneamente às condições de coesão e de independência de cada sequência. Nesse sentido é preciso considerar que para haver coesão é preciso que a escolha dos segmentos seja realizada em conjunto, e ainda uma outra condição, a da “independência”, em que conforme Ducrot “uma sequência é independente se sua escolha não é imposta pela escolha de um conjunto mais amplo de que faz parte”.

Ducrot (1987, p. 168) diferencia a enunciação, do par enunciado e frase, e define-a como:

o acontecimento constituído pelo aparecimento do enunciado. A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dado existência a alguma coisa que não exista antes de se falar e que não existirá mais depois. É esta aparição momentânea que chamo “enunciação”.

Em sua caracterização da enunciação, nesse momento, Ducrot não introduz a noção de um sujeito autor da fala, para ele o que importa é que o enunciado aparece. Não que autor desconsidere a existência de um sujeito falante, ele diz que apenas não se propõe a discutir essa questão.

Na sequência Ducrot (ibidem) diferencia também, a *significação* e o *sentido* correlacionando-os com a *frase* e o *enunciado*, respectivamente, e diz que para “caracterizar semanticamente uma frase”, falará de sua “significação”, e utilizará a palavra “sentido” para “a caracterização semântica do enunciado” (p. 169). Sendo o trabalho do semanticista explicar o(s) sentido(s) do(s) enunciado(s), ou seja, as interpretações a que um enunciado está suscetível. Desse modo, o sentido do enunciado é considerado como uma descrição da enunciação.

Diante dessa explanação Ducrot comenta que considerando que “é o objeto próprio de uma concepção polifônica do sentido mostrar como o enunciado assinala, em sua enunciação, a superposição de diversas vozes” (p. 172), então é importante detalhar melhor as relações entre os enunciados e as fontes da enunciação. Para explicar as formas como o sentido pode apresentar a enunciação, o autor expõe três questões: a do ato ilocutório, a da argumentação e as relativas às causas da fala (prolongamentos argumentativos).

Nessa direção, o autor fala da força ilocutória conferida aos enunciados pela filosofia da linguagem, e diz que atribuir a um enunciado uma força ilocutória é atribuir à sua enunciação um poder “jurídico”. De acordo com o autor, a consideração do ato ilocutório não deve ser introduzida nas descrições do semanticista, o que deve ser considerada é “uma caracterização da enunciação vinculada ao enunciado, e que leva a compreender porque o sujeito falante pode efetivamente, ao produzir um enunciado, realizar um ato” (p. 173). Nesse sentido, o sujeito falante, ao transmitir ao interlocutor um saber sobre sua própria enunciação, realiza atos.

Para expor o segundo exemplo de como “o sentido pode apresentar a enunciação”, Ducrot aborda o estudo da argumentação. Nesse estudo o autor se refere às reflexões já apresentadas por ele juntamente com Anscombre e diz que “o efeito, em uma frase, de morfemas como *quase*, *apenas*, *pouco*, *um pouco*, etc, é de impor certas restrições sobre o potencial argumentativo dos eventuais enunciados desta frase” (p. 173). Essas relações são definidas pela situação do discurso. Nessa medida, por exemplo, enquanto o uso do *quase* possibilita uma interpretação para mais, o uso do *apenas* possibilita uma

interpretação para menos. Conforme Ducrot (ibidem, p. 174) a argumentação é muito diferente do esforço de persuasão, sendo a argumentação,

um ato público aberto, não pode realizar-se sem se denunciar enquanto tal. Mas isto é dizer que um enunciado argumentativo apresenta sua enunciação como levando a admitir tal ou tal conclusão. Se, pois, se admite que o aspecto argumentativo de um enunciado faz parte de seu sentido [...] chega-se à mesma conclusão à qual levaria o estudo do ilocutório: o sentido é uma qualificação da enunciação, e consiste notadamente em atribuir à enunciação certos poderes ou certas consequências.

Na apresentação do terceiro exemplo, Ducrot expõe as frases exclamativas, considerando tanto as interjeições como as frases “completas”. Nessas reflexões o autor compara as frases exclamativas às afirmativas, apontando as diferenças entre elas e evidenciando as características das frases exclamativas. Ele conclui que, assim como as frases afirmativas são utilizadas para respostas, as exclamativas, de modo geral, também podem ter essa mesma finalidade. Nesta medida, no uso das frases exclamativas, “o enunciado comunica uma qualificação de sua enunciação, dada como efeito do que ela informa. E esta qualificação da fala por sua causa faz parte do sentido da enunciação” (p. 176) da mesma forma que ela é qualificada através do poder jurídico ou da argumentação.

Diante dessas considerações o autor comenta que, em relação ao sentido do enunciado, “esta representação da enunciação que constitui o sentido do enunciado, e que só através dela ele pode falar do mundo, não é objeto de um ato de asserção” (p. 176). Nesta medida, para que o sentido do enunciado seja afirmado é necessário apenas que um sujeito assegure que o que está dizendo corresponde à realidade. Desse modo, “na medida em que o enunciado e seu sentido são veiculados pela enunciação, as propriedades jurídicas, argumentativas, causais etc., por eles atribuídas a ela, não poderiam ser vistas como hipóteses feitas a propósito da enunciação, mas como a constituindo” (p. 177).

Apresentadas essas questões, Ducrot retoma a proposta de “criticar e substituir a teoria da unicidade do sujeito da enunciação” (p. 178), da origem da enunciação. Para tanto ele discute três propriedades que normalmente são atribuídas a um ser único – a

atividade psicofisiológica, a autoria (realização dos atos ilocutórios) e “a de ser designado em um enunciado pelas marcas da primeira pessoa” (p. 179). Em relação ao emprego dessas três propriedades, Ducrot comenta que elas são facilmente empregadas a um enunciado simples em um contexto simples, mas quando utilizado um enunciado simples em um diálogo mais complexo ou um enunciado complexo torna-se difícil empregar as três propriedades a um único falante, o que compromete a tese da unicidade. Conforme Ducrot essas dificuldades da concepção “unicitária” facilitam o desenvolvimento de uma teoria oposta, a da polifonia.

Para a exposição da teoria da polifonia é necessário apresentar algumas considerações como a do sentido do enunciado, que para Ducrot consiste na descrição de sua enunciação. Para estudar o sentido do enunciado é necessário considerar as

indicações mais primitivas que estão pressupostas por tudo que se pode dizer sobre os aspectos ilocutório, argumentativo e expressivo da linguagem. Trata-se de indicações, que o enunciado apresenta, no próprio sentido, sobre o (ou os) autor(es) eventual(ais) da enunciação (p. 181).

Desse modo, a enunciação pode ser atribuída a um ou vários sujeitos, no(s) qual(ais) ela teria sua origem. Nessa direção, o autor distingue, entre esses sujeitos, dois tipos de personagens, os enunciadores e os locutores de um mesmo enunciado.

São apresentados, então, os locutores e expostas as suas atribuições. Nessa direção, em relação a falar de locutores, no plural, conforme o autor, trata-se da “existência, para certos enunciados, de uma pluralidade de responsáveis, dados como distintos e irreduzíveis” (p. 182). Desse modo, o autor diz que compreende o locutor como aquele a quem se deve atribuir a responsabilidade pelo enunciado. É ao locutor que se referem as marcas de primeira pessoa, mas Ducrot diz que esse locutor pode não coincidir com o autor empírico do enunciado, ainda que no discurso oral essas personagens possam coincidir. Nessa relação é falado do papel da assinatura cujo autor empírico também deve coincidir com o locutor do enunciado.

Após sustentar que as marcas de primeira pessoa atribuem a enunciação a um locutor que se identifica ao sujeito do enunciado, Ducrot diz que é possível ocorrer, na

enunciação atribuída a um locutor “uma enunciação atribuída a outro locutor” (p. 184). Em relação a isso, ele expõe o discurso relatado em estilo direto que, posteriormente, ele chama de *relato em estilo direto* (RED), nesse tipo de relato podem ser apresentados dois locutores diferentes para um enunciado único. Conforme o autor, “do ponto de vista empírico, a enunciação é ação de um único sujeito falante, mas a imagem que o enunciado dá dela é a de uma troca, de um diálogo, ou ainda de uma hierarquia das falas”. Nessa direção, ele diz que não se pode confundir o locutor (ser do discurso), com o sujeito falante (ser empírico) (p. 187). Desse modo, o autor apresenta uma distinção entre o locutor e o sujeito falante e propõe distinguir a noção de locutor em “locutor enquanto tal” (L) e o “locutor enquanto ser do mundo” ( $\lambda$ ). Nessa direção,

L é o responsável pela enunciação, considerado unicamente enquanto tendo esta propriedade.  $\lambda$  é uma pessoa “completa” que possui, entre outras propriedades, a de ser a origem do enunciado – o que não impede que L e  $\lambda$  sejam seres de discurso, constituídos no sentido do enunciado, e cujo estatuto metodológico é, pois, totalmente diferente daquele do sujeito falante (p. 188).

Para ilustrar tal distinção o autor utiliza-se, primeiramente, do funcionamento de interjeições e diz que o sentimento apresentado ao utilizá-las deve ser atribuído a L, “o locutor visto em seu engajamento enunciativo. E é a  $\lambda$ , ao contrário, que ele [o sentimento] é atribuído nos enunciados declarativos, isto é, ao ser do mundo” (p. 188). Ducrot se vale também de alguns estudos desenvolvidos pela retórica que, a partir de Aristóteles, tem como foco a imagem que o orador quer transmitir de si mesmo, o *ethos*. Trata-se “da aparência que lhe confere a influência, a entonação, calorosa ou severa, a escolha das palavras, os argumentos” (p. 189). Nesse sentido, para o autor, “o *ethos* está ligado a L [...]. O que o orador poderia dizer de si, enquanto objeto da enunciação, diz, em contrapartida, repeito a  $\lambda$ ”. De acordo com o autor, essas duas características se distanciam e se tornam evidentes à medida que L ao humilhar  $\lambda$  ganha a benevolência do seu público.

Tendo assinalado a primeira forma de polifonia, ao apontar a “existência de dois locutores distintos em casos de “dupla enunciação” – fenômeno que se torna possível pelo fato de o locutor ser um ser de discurso, participando desta imagem da enunciação

fornecida pelo enunciado” (p. 191), Ducrot diz que a segunda forma de polifonia é descrita abordando a noção de enunciador. Para ilustrar o que chama de enunciador, Ducrot exemplifica a retomada de um discurso como forma de ironia. E diz que, nesse caso, as marcas de primeira pessoa refeririam ao Locutor, mas

o sentido do enunciado, na representação que ele dá da enunciação, pode fazer surgir aí vozes que não são as de um locutor. Chamo “enunciadores” estes seres que são considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto se lhe atribuam palavras precisas; se eles “falam” é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras (p. 192).

Ducrot define a noção de enunciador como “os sujeitos dos atos ilocutórios elementares” (p. 192), mas esclarece que para ele “realizar um ato ilocutório é, de uma maneira geral “apresentar sua definição como obrigando...””. O autor diz que sua definição de enunciador é difícil introduzir nessa proposta de teoria de enunciação que acaba de propor. Diante dessa dificuldade ele se propõe a apresentar comparações com o teatro e, depois com o romance. Em relação ao teatro, o autor comenta que “o enunciador está para o locutor assim como a personagem está para o autor” (*ibidem*). Nessa direção, conforme Ducrot, “o locutor, responsável pelo enunciado, dá existência, através deste, a enunciadores de quem ele organiza os pontos de vista e as atitudes” (p. 193). Desse modo, o enunciador não é responsável pelo conteúdo linguístico, da mesma forma, não é “atribuída à personagem de teatro a materialidade do texto escrito pelo autor e dito pelos atores” (*ibidem*). Sendo que, em relação ao teatro, “o mesmo ser, na cena, pode algumas vezes falar ao mesmo tempo como personagem e enquanto representante da personagem, fazendo, por exemplo, comentários sobre seu papel” (p. 194). Para essa representação Ducrot apresenta a seguinte distinção:

1. O ator X, sujeito falante;
2. Um primeiro locutor, para o qual reservo o termo de “intérprete”, definido pelo fato de ter tal papel particular, e que pode dizer *eu* enquanto titular deste papel.

3. Um segundo locutor, a personagem vivida pelo “intérprete”, personagem que se designa igualmente a si mesmo por *eu* (*ibidem*).

Quanto à teoria da narrativa, Ducrot cita Genette (1972) para o qual locutor e narrador são correspondentes, sendo que, para Ducrot, narrador se opõe a autor, assim como o locutor se opõe ao produtor do enunciado. Ducrot apresenta também uma diferença entre narrador e autor, que é relacionada ao tempo e baseada nos estudos de Weinrich (1964). Desse modo, “se para escrever é necessário existir, isto não é necessário para narrar” (p. 195), pois a existência empírica que é necessária ao autor é desnecessária ao narrador, que é um ser fictício. Considerando a explanação de Ducrot, exemplifico essa questão com a obra de Machado de Assis, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, em que o narrador, após haver falecido, conta a história de sua vida, sua autobiografia, como se se tratasse de um autor falecido.

Ducrot diz que o papel do narrador se assemelha ao papel que ele atribui ao locutor, que é um ser do discurso e pertence ao sentido do enunciado, e diz ainda que “o locutor fala no sentido em que o narrador relata, ou seja, ele é dado como a fonte de um discurso” (p. 196). Nessa direção, Ducrot relaciona o enunciador ao que Genette chama de centro de perspectiva, ou seja, o sujeito de consciência, e apresenta alguns exemplos que evidenciam a relação entre essas duas noções. O autor comenta que essas noções “servem para fazer aparecer no enunciado um sujeito diferente não somente daquele que fala de fato, [romancista/sujeito falante], mas também daquele de que se diz que fala [narrador/locutor]” (p. 197).

Após apresentar essa explanação, o autor se propõe a mostrar a importância linguística da noção de enunciador, para isso descreve a ironia, a partir de Sperber e Wilson (1978) e de Berrendonner (1981), porém apresenta uma versão própria a partir da distinção entre locutor e enunciadores. A tese de Ducrot é formulada a partir da distinção do locutor e dos enunciadores. Conforme o autor, “falar de modo irônico é, para um locutor L, apresentar a enunciação como expressando a posição de um enunciador” (p. 198), posição pela qual o locutor não se responsabiliza e que julga absurda. O autor diz ainda que, na enunciação irônica, enquanto o responsável pelas palavras é L, a origem do ponto de vista é

E. Ainda em relação à ironia, ele diz da possibilidade de L lançar mão de um outro enunciador, E', "que sustentaria o ponto de vista razoável", mas que é necessário que o E' não seja colocado em cena.

Na sequência, após apresentar sua concepção da frase e da significação, Ducrot aborda o fenômeno da negação enquanto um "“fato da língua” inscrito na frase". Para explorar esse fenômeno, o autor recorre à distinção do locutor e do enunciador, e retoma uma descrição que apresenta, em *Les Mots du Discours*, de um enunciado declarativo negativo: "Pedro não é gentil", para o qual são apresentados "dois atos ilocutórios distintos. O primeiro, A<sup>1</sup>, é uma asserção positiva relativa à gentileza de Pedro, o outro, A<sup>2</sup>, é uma recusa de A<sup>1</sup>. Ora, claro que A<sup>1</sup> e A<sup>2</sup> não podem ser imputados ao mesmo autor" (p. 201)

A partir do enunciado negativo "Pedro não é gentil", o autor comenta que para as reflexões desenvolvidas nesse momento é necessário observar essas relações de outra forma, pois nesse caso não pode mais

atribuir aos enunciadores um ato ilocutório como a afirmação – não estando os enunciadores ligados a nenhuma fala. Torna-se necessário, então, compreender A<sup>1</sup> e A<sup>2</sup>, não como atos, mas como pontos de vista opostos. No entanto, o essencial da descrição permanece. Sustento, pois, que a maior parte dos enunciados negativos [...] faz aparecer sua enunciação como o choque de duas atitudes antagônicas, uma, positiva, imputada a um enunciador E<sup>1</sup>, a outra, que é uma recusa da primeira, imputada a E<sup>2</sup> (p. 202).

Na sequência, após observar um enunciado positivo, o autor diz que tanto nos enunciados negativos como nos positivos há possibilidade de inversão, de alguém que pense o contrário e se oponha. Desse modo, o autor passa a apresentar uma dissimetria entre os enunciados negativos e positivos, assim, ao comparar esses enunciados, conclui que o enunciador tem uma presença e um estatuto diferente em cada um deles.

Ducrot retoma as distinções entre negação polifônica, que pode ser metalinguística ou polêmica, e negação descritiva, estudadas em seus trabalhos anteriores e, na sequência, apresenta observações a respeito de fenômenos de polaridade negativa. O autor estabelece relações e distinções entre a negação e a ironia, considerando ser problemático tomar um enunciado ao mesmo tempo como irônico e negativo. Ele apresenta

análises exemplificando e problematizando, considerando em um enunciado o locutor e o enunciadore; sendo que este último pode ser dividido em E<sup>o</sup>, E<sup>1</sup> e E<sup>2</sup>. Ducrot apresenta ainda a possibilidade de subordinar enunciadores uns aos outros. Em relação a essa possibilidade, diz que,

os “conteúdos” poderiam sempre ser considerados como os pontos de vista de enunciadores de grau inferior. Vantagem importante se se quer chegar a dizer que as “coisas” de que parece falar o discurso são elas próprias a cristalização de um discurso sobre outras coisas, resolvíveis por seu turno em outros discursos (p. 210).

Ducrot apresenta, também a conjunção *mas* e, ao exemplificar com o enunciado “certamente o tempo está bom, mas estou com um problema nos pés” diz que para ele e Anscombe enunciados desse tipo “colocam em cena dois enunciadores sucessivos, E<sup>1</sup> e E<sup>2</sup>, que argumentam em sentidos opostos, o locutor se assimilando a E<sup>2</sup>, e assimilando seu alocutário a E<sup>1</sup>” (p. 215), porém o locutor se distancia de E<sup>1</sup>. Ao explorar essas relações Ducrot comenta que a responsabilidade por todo o enunciado “certamente o tempo está bom, mas estou com um problema nos pés” é atribuída ao locutor X, que coloca em cena dois enunciadores. Sendo que o primeiro argumenta na direção de esquiar (podendo ser assimilado, por exemplo, ao alocutário); e o segundo argumenta contra o passeio. Conforme o autor, nessas duas partes do enunciado são realizados dois atos de linguagem. Na segunda parte um ato “primitivo” de “afirmação argumentativa”; e na primeira um ato “derivado”, “ato de concessão” que “consiste em fazer ouvir um enunciadore argumentando no sentido oposto ao seu, enunciadore do qual se distancia” (p. 216).

## **2.2 Guimarães e a constituição do lugar de Locutor – A Cena Enunciativa**

Conforme vimos mais acima, em Guimarães (2002; 2009), a enunciação se dá nos *espaços de enunciação* que são espaços políticos, na medida em que são espaços de distribuição de línguas, de modos de dizer e do que dizer, para seus falantes. Nessa medida a noção de *espaço de enunciação* é essencial para pensar a *cena enunciativa*, sendo essa “um espaço particularizado por uma deontologia específica de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento” (GUIMARÃES, 2002, p. 23). Conforme o autor, os lugares

de enunciação são configurações do *agenciamento enunciativo* para “aquele que fala” e “aquele para quem se fala”, mas são lugares constituídos pela linguagem não pelas pessoas. Assim, é a partir do agenciamento enunciativo que ocorre a assunção da palavra e a constituição desses lugares de dizer.

Esses lugares se constituem pelo funcionamento da língua e são distribuídos pela temporalização própria do acontecimento. Desse modo, estudar a cena enunciativa é observar, no funcionamento da língua, como são constituídos esses lugares de dizer, pois conforme Guimarães (2002, p. 24) “assumir a palavra é pôr-se no lugar que enuncia, o lugar do Locutor<sup>15</sup>”, é representar-se como origem do dizer, porém para se colocar nesse lugar é preciso antes ocupar um lugar social, estando afetado pelos lugares sociais autorizados a falar de um modo específico, em uma língua específica.

Sendo assim, “para o Locutor se representar como origem do que se enuncia, é preciso que ele não seja ele próprio, mas um lugar social de locutor. [...] o Locutor só pode falar enquanto predicado por um lugar social” (*ibidem*). Este lugar social de locutor é chamado por Guimarães de locutor-x<sup>16</sup>. Desse modo, para falar enquanto *Locutor* (L) é preciso ocupar um *lugar social de locutor* (locutor-x), ou seja, há uma disparidade entre esses dois lugares, e não existe o Locutor sem que ele ocupe um lugar social.

A disparidade “entre o presente do Locutor e a temporalidade do acontecimento” é constitutiva da enunciação. Essa disparidade afeta a constituição dos sentidos, possibilitando que eles sejam diferentes de acordo com o lugar social em que fala o Locutor. Nesse sentido, Guimarães (2009, p. 50) diz que ao analisarmos uma expressão linguística podemos considerar que ela funciona “de um lado, por uma relação do locutor com aquilo que ele fala, do locutor com o acontecimento no qual ele fala aquilo que ele fala; e, de outro, por uma relação entre os elementos linguísticos”, sendo que a relação entre os elementos linguísticos se dá em operações enunciativas que relacionam o Locutor com aquilo que ele fala.

Essa relação entre o locutor e o que ele diz, conforme Guimarães (*ibidem*) se dá pelo “agenciamento político da enunciação” desse modo,

---

<sup>15</sup> Esse Locutor é escrito com inicial maiúscula e representado por Guimarães por “L”.

<sup>16</sup> Nesse caso, o “locutor” é escrito em minúscula e o “x” corresponde ao lugar social (locutor-x = locutor-presidente, locutor-professor, locutor-pai, locutor-consumidor etc.).

não é o Locutor que escolhe uma forma para dizer algo, mas ele é agenciado a dizer pelo modo como as formas linguísticas se constituíram sócio-historicamente e pelo modo como o espaço de enunciação distribui as línguas e os modos de dizer e o que dizer, para seus falantes. O Locutor só é Locutor enquanto falante determinado por este espaço político do dizer, o espaço de enunciação. (GUIMARÃES, 2009, p. 50)

É nesse espaço de enunciação, que se dá a distribuição dos lugares de dizer, sendo o Locutor agenciado a falar de um lugar social. Esse Locutor está dividido na cena enunciativa, mas desconhece que fala de um lugar social. Desse modo, ao dizer *eu* o Locutor se coloca na condição de origem do dizer e coloca “o seu presente como o tempo do dizer. Ou seja, este *eu* é a representação de que não há lugar social no dizer” (GUIMARÃES, 2002, p. 25), sendo a marca do desconhecimento do Locutor em relação à posição da qual fala na cena enunciativa.

Ao se colocar nesse lugar de Locutor apenas como *lugar de dizer*, ele se representa como individual. A esse lugar de dizer Guimarães chama de *enunciador*. Sendo que, a enunciação desse enunciador-individual é representada como que estando em um lugar acima de todos; como se ao dizer ele não fosse agenciado por uma memória de sentidos, no acontecimento; se representando como independente da história.

Enquanto lugar de dizer, Guimarães apresenta também o enunciador-genérico que também simula estar na origem do dizer, mas que à diferença do enunciador-individual, diz de um lugar junto com todos os outros e, ao dizer em conjunto com outros indivíduos, se representa como “*independente* da história”. Um exemplo de dizer seria os ditos populares, que são repetidos como um dizer utilizado por todos.

Um outro enunciador citado por Guimarães é o universal. Esse enunciador-universal ao apresentar uma afirmação não utiliza modalizações, pois fala do lugar que diz uma verdade devido a poder apresentar fatos que comprovem o que está dizendo. Desse modo, o que diz está acima da história e se apresenta como não sendo social. Esse é um lugar próprio do discurso científico, embora não seja exclusivo dele.

Ao lado desses lugares de dizer, Guimarães (2002), ao analisar os nomes próprios, ainda apresenta o enunciador-contemporâneo, o enunciador-coletivo e/ou

enunciador-corporativo. Conforme o autor, ao tratar da escolha de nomes próprios, em relação ao enunciador contemporâneo a escolha do nome se dá por um agenciamento enunciativo específico em que o acontecimento de nomear “recorta como memoráveis os nomes disponíveis como contemporâneos, próprios de sua época” (p. 36-7). Esse enunciador, ao nomear, apaga o lugar do pai e o significa como moderno.

Em relação ao enunciador coletivo refere-se à enunciação que renomeia o que foi nomeado do lugar do pai. Um exemplo é *José Bento Renato Monteiro Lobato* se tornou apenas *Monteiro Lobato*. Nesse lugar de dizer a voz de todos está funcionando como uma única voz. Quanto ao enunciador-corporativo, de acordo com Guimarães (2002, p. 39), trata-se, por exemplo, de um locutor-chefe, enquanto lugar social, que, por considerar “a necessidade do único como característica do nome próprio [...] distribui nomes como se não houvesse aí nenhuma memória”. Essa questão está relacionada à necessidade de estabelecer o único em relação ao nome próprio no interior de um grupo, de uma corporação.

Desse modo, Guimarães (2009, p. 50) sintetiza as figuras da cena enunciativa da seguinte forma: “o Locutor (L), enquanto figura que se representa como responsável pelo dizer; o locutor-x, enquanto lugar social do dizer; e o enunciador, enquanto lugar de dizer, o lugar de onde se diz”. De acordo com o autor “é nessa medida que, do ponto de vista semântico, podemos dizer que o funcionamento das expressões linguísticas são lugares de produção de sentido”. Ou seja, na medida em que as expressões sejam analisadas na enunciação enquanto relação da língua e desta com o acontecimento em que ocorre o agenciamento.

Nessa relação de enunciação, Guimarães (2011, p. 25) comenta também que, no que se refere às relações do Locutor com o texto, é preciso considerar que ocorre “um engajamento particular do Locutor, num certo espaço de enunciação, com o texto”. A essa relação o autor chama de “relação de autor” e diz que “esse engajamento do Locutor com o texto se dá pelo agenciamento do falante, no espaço de enunciação, como autor”.

Sendo assim, ao analisarmos os diferentes textos, consideraremos que em cada texto há um Locutor que para produzir se assume como autor e ao enunciar ocupa um lugar social de locutor, ou locutor-x, sendo constituído enquanto enunciador que se apresenta dividido de forma que a produção dos sentidos de cada texto é afetada de modo diferente.

Diante dessas considerações, é preciso destacar que o falante para Ducrot é empírico, enquanto para Guimarães é político. Nessas relações, interessa-nos a consideração do falante enquanto ser político, conforme proposta por Guimarães.

### **2.3 A Argumentação: relação do Locutor com o que ele fala**

A noção de argumentação que observaremos em Ducrot será abordada a partir dos estudos que ele apresenta em relação às *escalas argumentativas*. Nosso interesse não é adotar a semântica argumentativa como quadro de base, mas pensar a questão da argumentação linguística tal como Ducrot e outros desenvolveram. Deste modo não nos interessa o desenvolvimento desta semântica, mas o sentido do que seja a argumentação na língua colocada por Ducrot. Nessa direção, Ducrot, (1981, p. 7) ao apresentar o que ele chama de esboço de uma teoria geral da argumentação, diz que para ele a argumentação “é inerente à atividade linguística e que deixa certos traços que seriam inexplicáveis, na própria organização da língua”. O autor diz que suas teses se inscrevem na linha de estudos propostas por Benveniste (1970) em relação à subjetividade na linguagem e à enunciação. Nesse sentido Ducrot diz que parte da observação banal, “que muitos atos de enunciação têm uma função argumentativa, que eles objetivam levar o destinatário a uma conclusão, ou dela desviá-lo” (p. 178). Conforme o autor essa função é marcada na estrutura do enunciado:

o valor argumentativo de uma frase não é somente uma consequência das informações por ela trazidas, mas a frase pode comportar diversos morfemas, expressões ou termos que além de seu conteúdo informativo, servem para dar uma orientação argumentativa ao enunciado, a conduzir o destinatário em tal ou qual direção.

O autor exemplifica essa condição com a utilização da conjunção *já que*. Conforme o autor, ao dizer *A já que B* não estamos apenas transmitindo uma informação ao destinatário, mas se ele admite *B*, então, o obrigamos a admitir *A*. Desse modo, Ducrot diz

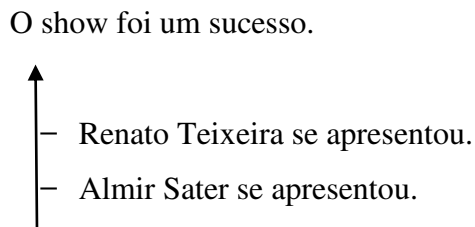
que diante da significação dessa conjunção, sua utilização não serve apenas para “executar o ato de argumentar” (p. 179).

Ducrot comenta também a utilização da conjunção *mas*, que não apenas assinala uma oposição entre duas proposições. Para esclarecer essa questão ele descreve uma relação em *A mas B* como ““A, você tende a tirar de A uma certa conclusão *r*; você não deve fazê-lo, pois B, tão verdadeiro quanto A, sugere a conclusão *não-r*””. Desse modo, supõe-se que, para os interlocutores, “existe ao menos uma proposição *r*, para a qual A é um argumento e B um contra-argumento” (*ibidem*). Apresentamos como exemplo: *O show poderia ter sido um sucesso, pois Almir Sater se apresentou, mas Renato Teixeira não compareceu.*

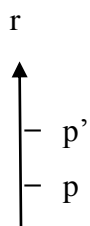
Ainda na mesma direção, o autor comenta um estudo desenvolvido por Anscombe (1973) em relação à utilização de um enunciado com *Mesmo! até mesmo*, por exemplo: *Mesmo! até mesmo Pedro veio*. De acordo com o autor o objetivo da utilização dessa vinda é provar alguma coisa, que pode ser, por exemplo, o sucesso de uma reunião. Nessa medida, a proposição em que está sendo utilizado *até mesmo* é apresentada como um “argumento [...] forte e, eventualmente, em certos contextos, como decisivo” (p. 179-180). Desse modo, conforme Ducrot, “se a análise de Anscombe é exata, a locução *até mesmo*, de modo ainda mais direto que *mas* testemunharia que a utilização argumentativa da língua, longe de lhe ser sobreposta, está nela inscrita, é prevista em sua organização interna” (p. 180).

Após essa explanação, Ducrot se propõe a desenvolver melhor essa questão da argumentação e, para tanto, apresenta uma seguinte definição de classe argumentativa (C.A.). Conforme o autor a definição de classe argumentativa está relacionada “a uma conclusão particular e a um locutor determinado” (*ibidem*). Para o autor a classe argumentativa é composta por enunciados que apontam para uma mesma conclusão (*r*). Nesse sentido, segundo Ducrot, “um locutor – entendendo-se por essa palavra um sujeito falante inserido numa situação de discurso particular – coloca dois enunciados *p* e *p'* na CA determinada por um enunciado *r*, se ele considera *p* e *p'* como argumentos a favor de *r*”. Como exemplo, podemos considerar que alguém tenha dito: *O show foi um sucesso! Almir*

*Sater e até mesmo Renato Teixeira se apresentou.* O esquema apresentado por Ducrot seria o seguinte:



Ainda em relação a essa explanação, Ducrot comenta a distinção entre argumento e prova, em que prova seria um “argumento decisivo”. Enquanto o argumento pode autorizar uma conclusão a prova (argumento decisivo), pode impô-la. Desse modo, o autor estabelece uma ordem entre os argumentos considerando-os como “mais fortes e mais fracos que outros”, ou seja, considerando uma relação de força entre os argumentos. Desse modo, em relação a uma conclusão  $r$ , um argumento  $p'$  apresentado por um locutor pode ser mais forte que um argumento  $p$ . Se a C.A. admite tal relação, então Ducrot a chama “escala argumentativa” e a representa da seguinte forma:

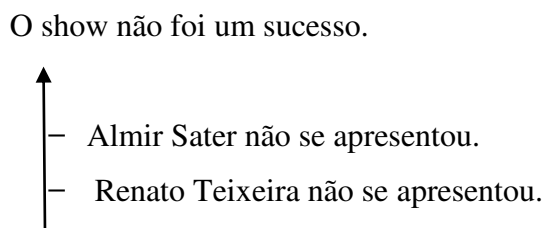


Após essas considerações, Ducrot apresenta algumas reflexões em relação à escala argumentativa a partir dos advérbios *quase*, *apenas*, *pouco*, *um pouco* que em determinadas situações podem ser utilizados igualmente como pejorativos, mas que, em certas situações são totalmente opostos, representam forças contrárias. Conforme o autor, “se *quase atrasado* é dado como índice de negligência, *apenas um pouco atrasado*, no mesmo contexto, seria dado como um índice de boa vontade” (p. 184).

Ainda em relação às escalas argumentativas Ducrot apresenta a negação. Em relação à negação, ele diz que sendo um argumento  $p$  utilizado por um locutor para sustentar a uma conclusão  $r$ , então com o argumento  $\sim p$  ele sustentará a conclusão  $\sim r$ . Nessa direção, o autor diz que “a escala em que se encontram os enunciados negativos (escala determinada por  $\sim r$ ) é inversa à escala dos enunciados afirmativos. Por outras palavras, se  $p'$  é mais forte que  $p$  em relação à  $r$ ,  $\sim p$  é mais forte que  $\sim p'$  em relação à  $\sim r$ ” (p.189). Essas relações podem ser observadas nas seguintes escalas:



Nessa direção, utilizando o exemplo que apresentamos inicialmente temos, sua negação possibilitará dizer que: *O show foi não foi um sucesso. Renato Teixeira e nem mesmo Almir Sater se apresentou.* Conforme segue a escala.



As reflexões desenvolvidas por Ducrot, em relação à argumentação, constituem um embasamento para os estudos desenvolvidos por Guimarães (2002a), em especial, no que se refere ao estudo das conjunções da língua portuguesa, apresentado em “Texto e Argumentação”. Nesse estudo Guimarães considera a argumentação como “uma questão linguística” e utiliza as noções de *orientação argumentativa*, *classe argumentativa* e *escala*

*argumentativa* conforme propostas por Ducrot e por Ducrot e Anscombre (1976). Nessa direção, Guimarães (*idem*) diz que,

orientar argumentativamente é apresentar *A* como sendo o que se considera como devendo fazer o interlocutor concluir *C*. O que leva à conclusão é o próprio *A*. Ou seja, é tomado como uma regularidade do sentido do enunciado a representação de sua enunciação como orientada argumentativamente (p. 25).

Nessas relações, Guimarães apresenta como exemplo um enunciado com a utilização de *até* e o mesmo enunciado sem o *até*, e explica que ambos constituem a mesma *classe argumentativa*, pois orientam para a mesma conclusão *r*; quanto a *orientação argumentativa* é constituída pela presença do *até*. Assim, “todo enunciado da forma *até X* (em que *X* é uma variável) é de uma classe argumentativa *r*” (p. 27). Conforme representa o seguinte esquema:



Desse modo, conforme o autor, “a orientação argumentativa está marcada, como uma regularidade enunciativa, no enunciado” (p. 28). Ele apresenta ainda exemplos de *escala argumentativa* e, da mesma forma que Ducrot, expõe as relações de força nos enunciados.

Guimarães (*idem*) comenta que mantém as questões fundamentais apontadas por Ducrot, mas que se distancia de suas formulações ao se afastar da posição estruturalista e se utilizar de um outro quadro metodológico e epistemológico. O autor expõe que utiliza conceitos descritivos como *argumentação* e *polifonia* para explicar os fatos estudados, mas constitui seu objeto incluindo “como materialidade linguística as regularidades enunciativas constituídas historicamente” (p. 29).

Diante dessas considerações, para o desenvolvimento das análises argumentativas desta tese, nos embasamos nos estudos desenvolvidos primeiramente por Ducrot e por Anscombe e Ducrot e, posteriormente, aos estudos desenvolvidos por Guimarães, pois assim como esse autor consideramos como fundamental ao nosso objeto a sua constituição histórica.

### **CAPÍTULO III**

#### **AS RELAÇÕES DE SENTIDO E A CONSTITUIÇÃO DA DESIGNAÇÃO**

Analisar a significação de nomes como “progresso”, “moderno” e de expressões, tal como “marcha para Oeste”, tendo por embasamento teórico a Semântica do Acontecimento, é apresentar a *designação* desses termos, o que só é possível observando-os nos enunciados em que eles ocorrem, sendo que esses enunciados integram os textos em que estão. Desse modo, para apresentar a designação de um nome, de uma expressão é preciso analisá-los nos textos.

Considerando que na semântica, na filosofia e na lógica é comum o emprego das palavras *referência* e *denotação* como sinônimas de *designação*, então, conforme Guimarães (2007), no que se refere à Semântica do Acontecimento, é preciso apresentar uma distinção entre essas palavras. De acordo com o autor, os termos referência e denotação poderiam funcionar com o mesmo sentido. Sendo a referência o mesmo que a particularização de algo na enunciação e pela enunciação (GUIMARÃES, 2002, 2004, 2007). Desse modo, a referência equivaleria à indicação das coisas enquanto existentes no mundo, de forma clara, inequívoca, não considerando que as coisas são referidas por terem uma significação que é estabelecida na relação da linguagem com a própria linguagem, com o mundo e com o sujeito que enuncia.

Por outro lado, a designação é a significação de um nome enquanto remetida ao real, ou seja, é algo próprio da forma como a enunciação produz certas relações entre os elementos linguísticos; da forma de significar o real na linguagem. Sendo assim, de acordo com Guimarães (2007, p. 82), “só é possível particularizar, referir, porque as palavras designam, assim como no processo constante da designação, a cada vez que se refere, produzem-se as designações”, então, a designação não é a forma de apresentar a referência, nem a referência está fora do sentido. Se podemos referir algo como os nomes “progresso”, “moderno” e “marcha para Oeste”, que são conceitos, é porque a linguagem significa o mundo e é significada de tal forma que *identifica* esses nomes em função de significá-los pelas relações entre a linguagem e a história.

Nessa relação, a designação somente pode ser apresentada a partir da relação de um nome com outros nomes, ou seja, dizer o que um nome designa é dizer com que outros nomes ele se relaciona ao estabelecer um Domínio Semântico de Determinação (DSD).

### 3.1 As relações enunciativas no Domínio Semântico de Determinação

Estabelecer um Domínio Semântico de Determinação, conforme Guimarães (2007), é ser capaz de dizer da significação na língua, mostrando “aquilo que acontece” ao analisar como a linguagem ““se reporta a”, “se relaciona a”, “diz de” alguma coisa” (p.77), representando o sentido das palavras, como, por exemplo, “progresso”, “moderno” e de expressões como “marcha para Oeste”.

É preciso considerar que a relação de determinação é construída na enunciação, no acontecimento da linguagem, pois não há nada na natureza de uma expressão que a especifique como determinante para qualquer outra. É nessa direção que a relação de determinação é estabelecida pelo modo como uma palavra ou expressão se relaciona com outras que a determinam, seja em um texto ou em um conjunto de textos, reunidos a partir de algum parâmetro (de um mesmo autor, de uma mesma época, que tratem do mesmo assunto), em que funciona. A formulação de duas palavras ou expressões como sinônimas ou como antônimas é parte da constituição da determinação dessas palavras ou expressões, ou seja, da relação de sentido no DSD. A determinação ocorre nas duas direções, ou seja, “se x determina (é determinante de) y é porque y é determinado por x” (*idem*, p. 78 - 79).

As relações de determinação, conforme comentadas acima, apresentam o sentido de uma palavra ou expressão. Essas relações são representadas com a utilização de alguns símbolos específicos que compõem o DSD que são:  $\vdash$  ou  $\dashv$  ou  $\perp$  ou  $\top$  (estes significam “determina”, por exemplo, *progresso*  $\vdash$  *modernidade*, que se lê progresso determina modernidade), que significa sinonímia; e o traço dividindo o domínio ———, na posição horizontal, significa a existência de antonímia; quando o domínio estiver dividido ao meio verticalmente significa que há uma relação entre dois domínios (da mesma palavra) que se complementam.

Por essas relações, analisar o sentido das palavras, “progresso”, “moderno” e da expressão “marcha para Oeste” é estabelecer o seu DSD, que deve apresentar o modo como essas palavras e/ou expressões funcionam em um texto ou em um conjunto de textos produzindo sentido. Desse modo, não podemos considerar previamente nenhuma relação dessas palavras, que pelo processo de referência são estabelecidas, como neutras, mas que

elas significam o que o seu DSD significa, ou seja, o que o funcionamento enunciativo estabelece. Nessas relações, Guimarães (2007, p. 81) diz que o sentido não pode ser estabelecido a priori, mas “há um real que a palavra significa. E as palavras têm sua história de enunciação. Elas não estão em nenhum texto como um princípio sem qualquer passado”. É preciso, no desenvolvimento das análises, considerar a história de enunciação das palavras.

Além disso, para estabelecer um DSD é preciso levar em consideração também dois procedimentos que, por constituírem a enunciação, são fundamentais neste modelo de análise, são os procedimentos de *articulação* e *reescrituração*. Eles serão descritos na sequência.

### **3.2 Articulação: uma relação de sentido**

A *articulação* é uma relação própria da enunciação enquanto procedimento em que os sentidos são estabelecidos pelas relações de proximidade entre elementos linguísticos e também na relação do Locutor (que fala de um determinado espaço de enunciação) com a linguagem, por isso, essas relações são significadas na enunciação (GUIMARÃES, 2009). Este procedimento se refere ao modo “como o funcionamento de certas formas afetam outras que elas não redizem” (Guimarães 2004a; 8). Conforme Guimarães (2009), são três os modos em que pode ocorrer a articulação: por dependência, por incidência e por coordenação.

Na articulação por dependência ocorre uma relação entre os elementos de um conjunto, de tal modo que eles se estabelecem como um só elemento. Esta relação é estabelecida no agenciamento da enunciação, pois não há nada na relação entre os elementos que a estabeleça a priori. Nesse sentido, Guimarães (2009) apresenta os seguintes exemplos:

- (1) Até a casa amarela foi vendida. A promoção foi um sucesso.
- (2) Só Pedro é jogador. Ele será nosso representante.

A partir desses exemplos o autor comenta algumas relações estabelecidas na Articulação. Em (1), por exemplo, em “a casa amarela” há uma relação de dependência em que “amarelo” está relacionado a “casa” formando um Grupo Nominal (GN), mas não há nada em “amarelo” que o atribua necessariamente a “casa”. Sendo, portanto, uma operação realizada pelo Locutor em um determinado acontecimento, operação que é possível pelo agenciamento próprio do funcionamento das expressões.

Nos exemplos acima são apresentados dois tipos de operação enunciativa de articulação: em (2) ocorre uma operação de predicação; e em (1) uma operação de caracterização, sendo que, conforme Guimarães (2009, p. 52) “essa operação de caracterização produz, entre outras coisas, uma referência”. É por haver diferentes modos de relação, “diferentes operações enunciativas de articulação”, que os sentidos são produzidos de diferentes modos.

No caso da articulação por incidência, o autor (*idem*) comenta que é estabelecida uma relação entre dois elementos de natureza diferente sendo formado um outro elemento que se assemelha ao segundo. Utilizando-se dos mesmos exemplos apresentados acima, Guimarães diz que é importante observar a relação em que “até” incide sobre “a casa amarela foi vendida” e “só” incide sobre “Pedro é jogador”. Nesses dois casos são produzidas diferentes relações. Guimarães (*ibidem*) comenta que “no primeiro a incidência de *até* sobre *a casa amarela...* produz um argumento a favor do que se apresenta no segundo enunciado de (1) (*a promoção foi um sucesso*)”. Desse modo, ocorre uma orientação argumentativa provocada pelo primeiro enunciado. No exemplo (2) “a incidência de “só” sobre “Pedro é jogador” produz no enunciado (2) dois “conteúdos”: “Pedro é jogador” e “nenhuma pessoa diferente de Pedro é jogador”. O primeiro conteúdo é tratado, em geral, como um pressuposto”. Por essas relações, o modo como, pela incidência, um elemento é agenciado possibilita que ele produza diferentes significações.

A relação de coordenação estabelece uma articulação em que os elementos são acumulados, associados numa relação de proximidade, tomados como sendo da mesma natureza e os organiza como equivalendo a um só. Ao tratar desta relação, Guimarães apresenta os exemplos abaixo:

- (3) (a) Os jogadores, os músicos e os palhaços se encontraram na entrada do hotel. (b) Mas eles, diferentemente do esperado, não conseguiram se entender.

O autor mostra que em (3a) o sujeito do enunciado é constituído numa relação de três GNs “os jogadores, os músicos e os palhaços”. Nesse caso, ocorre uma coordenação em forma de enumeração. No que se refere aos exemplos (3a) e (3b), o autor comenta que entre esses dois enunciados ocorre uma articulação semelhante à apresentada em “os jogadores, os músicos e os palhaços”, relação de paralelismo. A diferença entre esses casos é que, no segundo há uma incidência do *mas* sobre os enunciados coordenados. Desse modo, de acordo com Guimarães (*ibidem*) “o *mas* é assim um marcador de uma operação argumentativa (enunciativa) do Locutor”.

Por essas relações, enquanto nos modos de articulação por dependência e por coordenação “o acontecimento especifica uma operação, pela qual o Locutor relaciona elementos do enunciado”, na articulação por incidência “o acontecimento especifica uma operação, pela qual o Locutor relaciona sua enunciação com o enunciado” (GUIMARÃES, 2009, p. 51).

É importante salientar que as relações de articulação não se reduzem ao interior do enunciado, de acordo com Guimarães, são “relações de contiguidade que fazem do enunciado um elemento que se integra a um texto” (*ibidem*, p.52). Nessa medida é preciso esclarecer que Guimarães (2011, p. 19) conceitua o texto como “uma unidade de sentido que integra enunciados no acontecimento de enunciação”.

Nessa conceituação há dois aspectos fundamentais: um que o texto é visto como uma unidade de significação; e outro que ele integra enunciados, ou é integrado por enunciados. Essa relação de integração do enunciado ao texto, para Guimarães (*idem*, p. 20) não ocorre de forma direta, pois “as relações de sentido não são segmentais”. Desse modo, o texto não é composto por enunciados, mas “integrado por elementos linguísticos de diferentes níveis e que significam em virtude de integrarem esta unidade”.

### 3.3 Reescrituração: um procedimento na enunciação

O procedimento de reescrituração é aquele em que uma palavra rediz o que foi dito produzindo significação para o termo reescriturado. Ou seja, trata-se de uma relação de sentido em que uma palavra ou expressão ao se reportar a outra, reescrever ou ser reescriturada, pode ser interpretada como diferente de si. Uma das características dessa operação é que a relação entre elementos normalmente se dá à distância, podendo, eventualmente ocorrer por contiguidade.

As relações de reescrituração apresentam algumas características básicas que, de acordo com Guimarães (2009), são as seguintes: é uma relação transitiva, simétrica e não-reflexiva. Para observar essas relações vejamos a seguinte sequência<sup>17</sup>:

- (1) “A marcha para oeste [...] dará uma plena consciência de grandeza ao país. Mostrará que a maior riqueza, a maior força criadora, está precisamente situada nas terras, que ela compreende”.

Nessa relação consideramos que se “ela” reescreve “a marcha para Oeste”, então “a marcha para Oeste” também é reescritura de “ela”. Desse modo, temos uma relação *simétrica*. Observando a reescrituração podemos notar que a ordenação dos elementos linguísticos não é um critério nessa relação. A reescrituração tem a ver com a significação dos enunciados e seus elementos pela relação que estabelecem nos textos que integram.

Nesse mesmo enunciado podemos observar que há uma reescritura de “a marcha para Oeste”, por elipse. O termo elíptico é reescriturado por “ela”. Desse modo, se “a marcha para Oeste” é reescriturada por elipse, e se a elipse é reescriturada por “ela”, então, “a marcha para Oeste” também é reescriturada por “ela”. É essa uma relação *transitiva*. O funcionamento dessa relação, normalmente, é à distância e transversal.

Considerando ainda o mesmo enunciado, podemos observar mais uma característica básica da reescrituração, a relação não-reflexiva. Nesse sentido, temos que se

---

<sup>17</sup> Essa sequência foi retirada do texto “A Marcha para Oeste”. Texto do qual foi selecionado o corpus da análise 2.

“ela” reescreve “a marcha para Oeste”, então não temos uma relação de igualdade, pois “ela” não é igual “a marcha para Oeste”; “ela” não significa naquele enunciado o mesmo que “a marcha para Oeste” significa, e vice-versa. Guimarães (*ibidem*) destaca ainda a reescrituração por repetição, em que “a marcha para Oeste” seja reescriturada por “a marcha para Oeste”. Nesse caso, conforme o autor, o que interessa é que “a marcha para Oeste”<sup>1</sup> é reescriturada por “a marcha para Oeste”<sup>2</sup>, sendo significadas diferentemente mesmo que operando por uma repetição. Ainda que o termo seja repetido, em um mesmo acontecimento, por exemplo, as articulações que o predicam serão sempre outras.

Diante dessas considerações, conforme Guimarães (2009, p. 54), fica caracterizado que,

a reescrituração não opera com a identidade. Por outro lado, e isso é fundamental aqui, um conjunto de reescriturações de um elemento linguístico qualquer em um texto, ou conjunto de textos, não é uma classe, não é um paradigma, pois a relação de reescrituração, não é uma relação de equivalência, já que não é reflexiva. A característica da reescrituração está ligada a um aspecto fundamental: fazer sentido envolve sempre um diferente que se dá no acontecimento enunciativo.

A operação de reescrituração pode se apresentar de diversos procedimentos, como: repetição, substituição, elipse, expansão, condensação e definição<sup>18</sup>. Observemos o funcionamento desses modos de reescrituração:

1 – **Repetição:** a repetição pode ser completa, quando um nome é retomado inteiramente: “a marcha para Oeste” é retomada por “a marcha para Oeste”, exemplo:

---

<sup>18</sup> Nessa relação apresentada na publicação de 2009, Guimarães ainda apresenta a definição como um dos procedimentos de reescrituração, mas em momentos posteriores, em aulas ministradas na pós-graduação no IEL/UNICAMP, em abril de 2012, por exemplo, o autor não insere mais a definição entre os procedimentos de reescrituração, mas entre os modos de produção de sentido. Sendo assim, na sequência a tomaremos como o autor a apresenta atualmente.

- (2) “A marcha para Oeste tem que ser coisa concreta, nos moldes em que o governo a traçou, a marcha para Oeste necessita de incluir uma vasta quilometragem ferroviária”<sup>19</sup>.

ou pode ser por redução: “a marcha para Oeste” retomada por “nessa marcha”, exemplo:

- (3) “Em cada ponto de escala da grande via líquida, surgirá um núcleo de irradiação da marcha para Oeste. Nessa marcha, dezenas de milhares de selvagens brasileiros, que habitam as florestas, serão conduzidos à civilização”<sup>20</sup>.

2 – **Substituição**: quando uma expressão é retomada por outra, como “para o Oeste” ao ser reescriturada por “esse caminho”, no seguinte exemplo:

- (4) “Para o Oeste”<sup>21</sup> (título do texto).  
“O chefe do Estado, indicando esse caminho às ambições econômicas e à sedução dos homens, não o fez por simples palpite”.

Na reescrituração por substituição Guimarães (2007) enfatiza que há uma forma muito particular que é a anáfora. É o caso, no exemplo abaixo, da substituição de “a marcha para Oeste” por “ela”:

- (5) “A marcha para Oeste, quando realizada, dará uma plena consciência de grandeza ao país. Mostrará que a maior riqueza, a maior força criadora, está precisamente situada nas terras, que ela compreende”<sup>22</sup>.

3 – **Elipse**: nesse modo de reescrituração o que ocorre é uma omissão do termo no enunciado seguinte, como pode ser observado no exemplo (5), acima, em que “a marcha para Oeste” está sendo reescriturada por uma elipse marcada em

---

<sup>19</sup> Essa sequência foi retirada do texto “A Marcha para Oeste”. Texto do qual foi selecionado o corpus da análise 2.

<sup>20</sup> Sequência retirada do texto “Como tornar prática a Marcha para Oeste”, do qual foi selecionado o corpus da análise 1.

<sup>21</sup> Essa sequência foi retirada do texto “Para o Oeste”, do qual foi selecionado o corpus da análise 3.

<sup>22</sup> Sequência retirada do texto “A Marcha para Oeste”, do qual foi selecionado o corpus da análise 2.

“mostrará”. A elipse pode também não ser marcada. Para elucidar esse caso Guimarães (ibidem, p. 86) apresenta o seguinte exemplo: “seria o caso da elipse de ‘vamos’ na frase ‘Em 2006 vamos sair em maio, mas em 2007 em julho’”.

4 – **Expansão:** esse procedimento de reescrituração é uma forma de ampliação do que está sendo dito na expressão anterior. No exemplo a seguir, o título do texto é “a marcha para Oeste” e o texto começa com a mesma expressão, dando sequência ao que está relacionado à marcha, então todo o texto é uma forma de reescrever o título, desse modo, o texto é uma reescritura por expansão de “a marcha para Oeste”. Exemplo:

(6) “A MARCHA PARA OESTE” (título do texto)

“A Marcha para Oeste só pode ser uma realidade quando as estradas de ferro, em numero suficiente e em condições econômicas, partirem do litoral e dos centros populosos como o Rio de Janeiro e São Paulo, rumando para o interior. Será preciso que as distancias vencidas atualmente pelo avião desapareçam diante da penetração ferroviária, para que comecemos a ter a impressão de que o deserto e o desconhecido do oeste desapareceram [...]”<sup>23</sup>.

5 – **Condensação:** consiste no modo pelo qual uma expressão condensa uma narrativa apresentada. Como no exemplo (7), abaixo, em que “nesse trilho” condensa toda a narrativa apresentada anteriormente:

(7) “A marcha para Oeste é, assim, a marcha significativa da nossa verdadeira independência econômica, o caminho natural em que deveremos fazer o percurso histórico que nos está destinado. É nesse trilho que construiremos o fundo territorial econômico que dará assento às grandes formações demográficas”<sup>24</sup>.

---

<sup>23</sup> Sequência retirada do texto “A Marcha para Oeste”, do qual foi selecionado o corpus da análise 2.

<sup>24</sup> Essa sequência foi retirada do texto “Para o Oeste”, do qual foi selecionado o corpus da análise 3.

Esses procedimentos de reescrituração, de acordo com Guimarães (2009, p. 55), podem produzir sentido de diversos modos. Pode a reescrituração “produzir uma sinonímia, uma definição, uma especificação, um desenvolvimento, uma generalização, uma totalização e uma enumeração”. Observaremos, a partir dos exemplos apresentados para os procedimentos de reescrituração acima, algumas possibilidades de produção desses sentidos.

Em relação à **sinonímia**, podemos tomar como exemplo a repetição, ainda que por redução como em: “marcha para Oeste” por “nessa marcha”, pois a reescrituração se apresenta como tendo o mesmo sentido que a expressão reescriturada. Conforme Guimarães (ibidem) “o interesse aqui é observar como a reescrituração por sinonímia acaba por predicar algo de um termo sobre o outro, pelo próprio movimento polissêmico da reescritura”.

A **definição** é um modo de sentido que apresenta a reescrituração de uma palavra ou expressão como se tivesse explicando a sua significação, ou seja, apresentando um modo de defini-la. Como exemplo, podemos observar a seguinte sequência:

- (8) “A marcha para Oeste é o povoamento econômico do solo, o inteligente traçado da linha de penetração que terá de desbravar os recônditos desvãos da nossa terra ao homem nacional<sup>25</sup>”.

Podemos tomar como exemplo de **especificação**, a expansão apresentada no exemplo (9), a seguir, em que “à nossa maneira” está sendo expandido por “a uma maneira que seja da terra e que à terra se prenda”. Essa definição atribui sentido à marcha para Oeste, especificando-a, particularizando-a.

- (9) “Está claro que [...] devemos modalizar o desenvolvimento progressivo à nossa maneira, isto é, a uma maneira que seja da terra e que à terra se prenda, numa relação de causa e efeito<sup>26</sup>”.

---

<sup>25</sup> Sequência também retirada do texto “Para o Oeste”, da análise 3.

<sup>26</sup> Assim como a sequência do exemplo anterior, essa também foi retirada do texto “Para o Oeste”, da análise 3.

A reescrituração pode ser significada também por **desenvolvimento**. Isso pode ser observado na reescritura por expansão, no exemplo (6), copiado abaixo, em que toda a sequência reescreve “a marcha para Oeste”, por desenvolvimento, determinando-a.

(6) “A MARCHA PARA OESTE” (título do texto)

“A Marcha para Oeste só pode ser uma realidade quando as estradas de ferro, em numero suficiente e em condições econômicas, partirem do litoral e dos centros populosos como o Rio de Janeiro e São Paulo, rumando para o interior. Será preciso que as distancias vencidas atualmente pelo avião desapareçam diante da penetração ferroviária, para que comecemos a ter a impressão de que o deserto e o desconhecido do oeste desapareceram [...]”.

A **generalização** pode ser observada na condensação, apresentada no exemplo (7), que “nesse trilho” faz do que foi dito anteriormente. Nesse caso, o generalizador (“nesse trilho”) determina o que está sendo generalizado.

(7) “A marcha para Oeste é, assim, a marcha significativa da nossa verdadeira independência econômica, o caminho natural em que deveremos fazer o percurso histórico que nos está destinado. É nesse trilho que construiremos o fundo territorial econômico que dará assento às grandes formações demográficas”.

Um outro modo é a **totalização** é o que podemos observar na reescrituração por “todos esses elementos de progresso”, que ocorre na seguinte enumeração:

(10) “desenvolvendo as nossas indústrias, fixando os centros de produção e melhorando as vias de comunicação, ampliando-as, no interior do país - e dali fronteiras além - levaremos todos esses elementos de progresso<sup>27</sup>”.

Nesse exemplo o totalizador “todos esses elementos de progresso” determina as partes totalizadas.

---

<sup>27</sup> Essa sequência foi retirada do “Relatório dos trabalhos realizados em 1941-1942” (p. 97), do qual foi selecionado o corpus da análise 5 .

Há ainda, e por último, a **enumeração**. Para esse sentido Guimarães (2009) apresenta como exemplo uma receita, pois, conforme o autor os elementos que compõem a lista de produtos utilizados na receita é uma reescritura de ingredientes, da seguinte forma:

**(11) Pão de queijo de liquidificador**

**Ingredientes:**

- 1 xícara e meia de leite;
- 1/2 xícara de óleo;
- 3 xícaras de polvilho azedo;
- 2 ovos; 200g de queijo mussarela;
- 2 colheres de requeijão;
- 1 colher de café de sal;
- 150g de queijo parmesão ralado (do de saquinho).

Após a observação dos procedimentos de reescrituração e dos seus modos de sentido, é preciso comentar algumas relações que, de certo modo, agrupam esses sentidos. Nessa direção, temos a reescrituração por enumeração e por especificação como dois modos de expansão; e, temos a generalização e a totalização que funcionam de modo contrário aos modos de expansão enumerativa, pois apresenta traços característicos de uma condensação.

É preciso esclarecer que conforme Guimarães (2009, p. 56) “o estudo da reescrituração [...] nos leva ao funcionamento enumerativo de modo particular e coloca em questão uma relação interessante entre os procedimentos de expansão e condensação, e os sentidos de enumeração e especificação; entre generalização e totalização”.



## **CAPÍTULO IV**

### **PROGRESSO E MODERNIDADE: DUAS PALAVRAS QUE “MARCHAM” JUNTAS**

#### 4.1 Algumas relações entre o progresso e a modernidade

As análises das palavras “progresso” e “moderno” na relação com o sentido de “marcha para Oeste”, embora sejam linguísticas, mais especificamente semânticas, nos levaram a observar como essas palavras eram/são abordadas por alguns autores: historiadores, sociólogos e/ou filósofos. Nosso intuito é apresentar alguns aspectos básicos relativos ao modo como esses autores abordam as palavras “progresso” e “modernidade/moderno”, especialmente por observarmos que eles comentam que, em determinados momentos, essas palavras são empregadas como sinônimas e/ou como complementares. Desse modo, refletimos sobre a apresentação da palavra “progresso” em diversos textos e a apresentação de “moderno”, apenas residualmente, em alguns dos textos, mas em nenhum deles há uma relação de sinonímia ou de complementaridade entre essas palavras, sendo que o progresso determina a “marcha para Oeste” e o moderno não.

Entre os autores que estabelecem relações entre as palavras progresso e moderno estão: Giddens (1991), Souza (1999), Tauile (2001), Le Goff (2003), Ianni (2004), Koselleck (2006), conforme apresentamos a seguir.

Ao falar da modernidade, Souza (1999), do lugar de sociólogo, a relaciona aos avanços tecnológicos e ao progresso, especialmente o material. Nessas relações o autor expõe os inúmeros “paradoxos e perplexidades” em que o “homem” está envolvido nesse momento, na Modernidade, que ele diz ter originado na Revolução Industrial e ser a última das três “revoluções” da humanidade, as outras duas revoluções são a Arcádia e a Agrária. Diferentemente das duas primeiras revoluções, na Modernidade “os agentes do processo revolucionário vivem em meio a surpreendente velocidade transformativa” (*idem*, p. 90).

Conforme Souza (*idem*) o “homem” encontra-se perdido como nunca se sentiu antes e isso ocorre devido à imprecisão no uso do termo “modernidade” que tem causado muita confusão e desentendimento em relação aos acontecimentos, chegando a levar muitos a esperarem da tecnologia milagres salvadores, porém “estamos em meio a perigoso processo de acumulação da história. Tamanha aceleração não nos permite muito tempo para eventuais correções de rumos” (p. 10). Nesse sentido ele afirma ainda que

é a tecnologia que nos surpreende a todo instante. Não sabemos o que sai lá de dentro. O ritmo de obsolescência nos assusta com sua rapidez acelerada. Não sabemos onde vamos parar. Não sabemos se é possível parar. Tampouco sabemos para onde vamos (p. 11).

Conforme o autor o uso da palavra modernidade é semanticamente confuso, por isso, estabelece relações obscuras entre conceitos e significados, chegando a ser empregados “modernização” e “moderno” como seus sinônimos. Desse modo, dificulta nossa compreensão em relação ao que vem a ser a modernidade, pois “ignoramos o que precisamos saber” (p. 10).

A causa desses desencontros no uso da palavra modernidade, de acordo com o autor, tem seu princípio, especialmente na consideração do problema da “gênese da modernidade” que está relacionada, por exemplo, à dificuldade em distinguir os conceitos de “modernidade” e “modernização”. Essa distinção é, para Souza (idem, p. 20), fundamental na tentativa de apresentar um “diagnóstico razoável” para tantos problemas.

No capítulo XIV de sua obra o autor expõe, de forma sintética, a trajetória do conceito de “moderno”. Segundo ele, o termo moderno em sua origem, no baixo latim, apresentava apenas sentido descritivo, sendo empregado como “atual”, não contendo juízo de valor. Esse sentido permaneceu por muito tempo até que a partir do século XII começou a ser empregado como negativo. As ideias que recebiam essa adjetivação eram consideradas pela igreja como heresias. Esse fenômeno não tinha nenhum mérito, pois “envolia algo de satânico” (p. 187). Nos séculos seguintes o uso do termo “moderno” chegou a ser considerado crime e muitos foram condenados e até mortos por utilizá-lo ou por serem considerados modernos. Somente após o século XVII foi superado esse sentido negativo e o termo passou a ser empregado como “novo” e aceito como positivo, passando a ser usado na Europa, no século XIX, “para adjetivar a forma de pensar e viver do Ocidente; a forma ‘correta’, ‘racional’” (p. 191). No século XX o sentido positivo de ‘moderno’ é reforçado e originam-se os termos ‘modernização’, ‘modernidade’ e ‘modernismo’.

Conforme Souza o conceito de ‘modernidade’, tendo resultado do ‘moderno’, é também afetado pelos sentidos que afetam esse termo, isso interfere na interpretação de

‘modernidade’, que é empregado por muitos autores sem que percebam os “desacertos semânticos” (p.195).

Nessa direção, para tratar da modernidade, Guiddens (1991, p. 11 ) se propõe a “desenvolver uma análise institucional da modernidade com ênfase cultural e epistemológica”. Nesse sentido, inicialmente o autor se propõe a localizar a modernidade geográfica e culturalmente sem expor suas principais características, para tanto ele diz que a “modernidade refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (p.11).

O autor, que ao produzir essa obra se encontrava no final do século XX, comenta que naquele momento havia muitos posicionamentos sugerindo estarmos em uma transição para uma nova era, havendo uma grande variedade de sugestões de termos para nomear o período. Alguns desses termos fazem referência a um novo tipo de sistema social, outros sugerem o encerramento dessa era. A esse respeito o autor comenta a posição de Lyotard, que foi o responsável pela popularização da noção de pós-modernidade. Conforme Giddens (1991, p.12) a condição da pós-modernidade apresentada por Lyotard “é caracterizada por uma evaporação da *grand narrative* – o “enredo” dominante por meio do qual somos inseridos na história como seres tendo um passado definitivo e um futuro predizível”.

Ao contrário da posição de Lyotard, de acordo com o Giddens (*ibidem*) há uma sensação de que somos envolvidos num universo de acontecimentos que não conseguimos compreender nem controlar totalmente, resultado da “desorientação que se expressa na sensação de que não se pode obter conhecimento sistemático sobre a organização social”.

O autor propõe, em vez de apresentar novos termos, rever a natureza da própria modernidade que ainda não foi abordada suficientemente. Ele afirma que “em vez de estarmos entrando num período de pós-modernidade, estamos alcançando um período em que as consequências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes” (*idem*, p. 13). Em vez de “pós-modernidade”, Giddens diz que “podemos perceber os contornos de uma ordem nova e diferente, que é ‘pós-moderna’”.

O autor propõe desenvolver concepções que segundo ele se fundamentam numa “interpretação descontinuista” do desenvolvimento social moderno. Essa interpretação tem como consideração o fato de as instituições sociais modernas se diferenciarem de todas as demais tradicionais. Compreender essas descontinuidades é fundamental para o desenvolvimento das análises do que é a modernidade e também para compreendermos suas consequências na atualidade.

Ao abordar as descontinuidades da modernidade, Giddens (*idem*) diz que não é somente essa fase que as apresenta, e que “existem continuidades entre o tradicional e o moderno” (p. 14), porém o modo de vida social produzido pela modernidade gerou mudanças muito dramáticas e abrangentes em um curto intervalo de tempo, levando a um afastamento dos modos de vida tradicionais de uma maneira que nunca ocorreu antes.

Giddens (*idem*) trata a modernidade como um fenômeno de dois gumes, desse modo, apresenta alguns paradoxos dessa era. De acordo com o autor, os fundadores da sociologia Marx, Durkheim e Max Weber já consideravam as turbulências da era moderna, mas acreditavam que as características positivas superariam as negativas. O autor comenta que nenhum desses pensadores conseguiu antecipar o quão tenebroso seria o lado negativo da modernidade.

De acordo com Giddens (*idem*), o mundo moderno contrariou a crença na formação de uma “ordem social mais feliz e mais segura” (p. 19), pois ao contrário disso o mundo em que vivemos é “carregado e perigoso”. Conforme o autor, “a perda da crença no ‘progresso’, é claro, é um dos fatores que fundamentam a dissolução de ‘narrativas’ da história”. (rever p. 19)

Ao abordar as discussões em relação aos conceitos de modernidade e pós-modernidade o autor comenta que dizer que estamos ingressando na pós-modernidade é afirmar que estamos deixando as instituições da modernidade em direção a uma nova ordem social. Conforme Giddens (1991), embora neste momento alguns autores suponham estar ocorrendo uma desvinculação entre modernidade e pós-modernidade, Nietzsche já apresentava essa desvinculação há quase um século, e dizia ter apenas revelado os “pressupostos ocultos do próprio iluminismo” (p. 53). Essa ruptura pode ser vista, de acordo com o autor, como “a modernidade vindo a entender-se a si mesma” (p.54), não

como uma superação da modernidade ou como relacionada a uma sociedade pós-moderna. Conforme o autor,

nós não nos deslocamos para além da modernidade, porém estamos vivendo precisamente através de uma fase de sua radicalização [...] podemos ver mais do que uns poucos relances da emergência de modos de vida e formas de organização social que divergem daquelas criadas pelas instituições modernas (ps. 57-58).

Assim como Giddens (1991), Koselleck (2006) para abordar a modernidade se posiciona em relação à história, mas Koselleck a considera como “um conjunto de fatos do passado, como dimensão existencial e como concepção e conhecimento da vida que permitem a sua inteligibilidade – deve ser apreendida em sua própria historicidade” (p. 9). Essa historicidade é o que constitui seu objeto de reflexão teórica que se destina a conhecer “os seus limites e as suas consequências”. O autor relaciona a história ao tempo tomado por ele como “construção cultural” que em cada época apresenta suas especificidades ao relacionar o passado como o “já experimentado” e o futuro como “horizonte de expectativas” (*ibidem*). Nessa direção, o autor se propõe a estudar a existência de um “tempo histórico” que ele distingue de um tempo natural e mensurável. Conforme o autor, esse tempo histórico

está associado à ação social e política, a homens concretos que agem e sofrem as consequências de ações, a suas instituições e organizações. Todos eles, homens e instituições, têm formas próprias de ação e de consecução que lhes são imanentes e que possuem um ritmo temporal próprio (p. 14).

Desse modo, o autor aponta a inexistência de um único tempo histórico e considera, no seu estudo, a importância de utilizar, na tematização do tempo histórico, os recursos à divisão do tempo natural, que se refere às “medidas e unidades de tempo” fornecidas pela cronologia, como uma ciência auxiliar. Nessa direção, em sua proposta, o autor pretende “investigar a forma pela qual, em um determinado tempo presente, a dimensão temporal do passado entra em relação de reciprocidade com a dimensão temporal

do futuro” (p. 15). O autor considera que é no processo de distinção entre o passado como experiência e o futuro como expectativa que se constitui um “tempo histórico”. Nessa medida, ele diz que ao experimentar o tempo como inédito, como “‘novo tempo’ moderno, o futuro lhe parecia cada vez mais desafiador” (p. 16).

No capítulo I de sua obra, Koselleck apresenta uma descrição dos anos anteriores e iniciais em que se deu o uso do conceito de moderno. O autor comenta, assim como Giddens, que inicialmente o uso do conceito moderno ocorreu de modo pejorativo, especialmente pela Igreja Romana que mantinha o domínio sobre grande parte do povo e que apresentava, em diferentes momentos, profecias sobre o fim do mundo, quando, Na verdade, o que ocorreu foi a inauguração de novo tempo.

Essa e outras questões possibilitaram a apresentação dos conceitos de Antiguidade, Idade Média e Idade Moderna enquanto divisão do tempo e a disseminação desses conceitos, a partir do século XVII. Desse modo, conforme o autor, “desde então o homem passou a viver na modernidade, estando ao mesmo tempo consciente de estar vivendo nela. É claro que, conforme as nações e as classes, isso era apenas parcialmente válido” (p. 31).

Nessa direção, no capítulo XIII dessa mesma obra, o autor questiona sobre o uso do conceito de modernidade apenas para uma divisão do período histórico; sobre os conceitos relacionados ao movimento da história e sobre alguns conceitos que caracterizam a época moderna a partir do século XIX. O autor comenta que o conceito de modernidade somente impôs-se quatro séculos após o início do período que esse conceito já englobava, o que ocorreu somente no final do século XIX, o que, conforme o autor não deve causar estranheza.

O autor comenta que o interessante em relação ao conceito de modernidade é que não há evidências que comprovem que a expressão “época moderna” ou “tempo moderno” designe um período de tempo fixo, a não ser que se considere o fim da modernidade. De acordo com Koselleck, “a expressão apenas qualifica o tempo como novo, sem informar sobre o conteúdo histórico desse tempo ou desse período” (p. 269). Desse modo, o sentido dessa expressão somente deve ser atribuído se ela for contrastada com o tempo anterior, tempo “velho” ou se for empregada como conceito de época, oposta

às características do tempo anterior. Assim, o autor apresenta as expressões Renascimento e Reforma como sendo os conceitos que estabelecem um ponto de ligação entre os “tempos médios” e os “tempos modernos” (p. 272).

Sendo o Renascimento um conceito inicialmente utilizado como próprio da história da arte e da literatura, somente veio a ser utilizado como conceito geral de um período após mudanças posteriores à Idade Média, antes do século XIX, com o Iluminismo. Quanto ao conceito de Reforma, conforme o autor, é usado desde o século XVI no sentido de restaurar os tempos primitivos cristãos. Nessa direção,

a descoberta de um novo tempo é, pelo contrário, um processo de longo prazo, que se estende pelos séculos seguintes e cujos traços se tornam claros com a progressiva consolidação de ‘Idade Média’, depois de ‘Renascimento’ e, finalmente, de ‘Reforma’ como conceitos que descrevem períodos (p. 273).

Após esclarecer a relação entre esses termos e evidenciar a importância dos conceitos de Renascimento e Reforma para a compreensão do conceito de “novo tempo” ou “tempo moderno”, Koselleck, apresenta uma distinção semântica que, segundo ele, já está presente na expressão “tempo moderno”. Conforme o autor,

esta expressão pode significar ou a simples constatação de que o “agora” é novo de que o tempo atual se opõe ao tempo passado, seja qual for a profundidade desse tempo passado. Neste sentido se formou a expressão “*modernus*”, que desde então não perdeu o significado de “atual” (p. 274).

A expressão “tempo moderno” pode estar também reclamando o sentido de novo na direção do que é diferente ou melhor do que o antes. Desse modo, indicaria novas e diferentes experiências “ganhando uma dimensão que confere ao novo um caráter de época” (p. 274). Conforme o autor, essa expressão pode também significar o novo em relação à Idade Média.

Nessa mesma direção, Le Goff (2003) ao falar de modernidade apresenta a constituição do termo “moderno” no ocidente, na relação com outros termos como “novo”,

“progresso” que convivem por um tempo numa relação de tensão e num outro momento numa relação de sinonímia. Desse modo, ele comenta que juntamente com a aceleração da história vão ocorrendo mudanças no vocábulo “moderno” até por volta do século XIX e aparecem os derivados “modernismo”, “modernização”, “modernidade”.

Conforme o autor (*ibidem*), o termo “moderno” foi usado no baixo-latim como sinônimo de "recente", sentido que permaneceu por muito tempo, vindo a ser modificado somente no século XVI, quando passa a se referir, na divisão da história, a período cronológico: Idade Antiga, Idade Medieval e Idade Moderna, marcada pelo desabrochar do capitalismo mercantil.

É no período pré-industrial que irrompe em finais da Idade Média e no período das Luzes, que aparece o par antigo/moderno ligado à história do Ocidente, num momento marcado pelo ritmo de uma oposição cultural. Conforme o autor embora o moderno represente uma oposição ao Antigo, e entre passado e presente, apresentará mais o contraste entre duas formas de progresso: “o do eterno retorno” atribuindo à Antiguidade um lugar privilegiado; e privilegiando o que se desvia da antiguidade. Desse modo, a modernidade foi constituída se apoiando no antigo. Porém,

enquanto o “antigo” triunfa facilmente sobre seus vizinhos no campo semântico da antiguidade, o “moderno” permanece, durante muito tempo, presa dos seus concorrentes: a novidade e o progresso (...) Se, por um lado, o termo “moderno” assinala a tomada de consciência de uma ruptura com o passado, por outro, não está carregado de tantos sentidos como os seus semelhantes “novo” e (o substantivo) “progresso”. (*ibidem*, p. 178).

Le Goff (*ibidem*) comenta que enquanto o termo “moderno” apresenta, entre outros, um sentido pejorativo, pois está aberto a muitas possibilidades de interpretação, o “novo” apresenta antes de tudo o sentido de recém-aparecido, de nascido, de puro, sendo usado inclusive nas Escrituras Sagradas. “Moderno” defronta-se também com “progresso” que ao engendrar derivados como “progredir” e “progressista”, no século XIX, se torna desvalorizado.

Nessa direção, de acordo com o autor, é nos tempos da revolução industrial que o “moderno”, rodeado de “novo” embora sem inocência e de “progressista” embora sem dinamismo, irá se reencontrar com o “antigo”. É no período industrial, em meados do século XIX, que o moderno “transforma-se com o aparecimento do conceito de “modernidade”, que constitui uma reação ambígua da cultura à agressão do mundo industrial” (*ibidem*, p.173).

A partir do contato com países do Terceiro Mundo, na segunda metade do século XX, é privilegiada a ideia de “modernização”, que começa a ser discutida por economistas, sociólogos e politólogos “no contexto da descolonização e da emergência do Terceiro Mundo” (*idem*; 176).

As relações apresentadas por esses autores nos levam a compreender que as palavras progresso e moderno embora tenham sido utilizadas, em determinados momentos, como sinônimas e/ou como complementares, conforme Le Goff, elas passam a nomear diferentes movimentos e/ou questões sociais, políticos e/ou físicas. Sendo que, enquanto o progresso passa a ser considerado, normalmente, como positivo, apontando para um movimento e mudanças favoráveis<sup>28</sup>, o moderno/modernidade passa a ser considerado como responsável pelas transformações intensas, muitas vezes, inexplicáveis e obscuras provocadas à sociedade.

As considerações apresentadas acima, a partir da leitura de autores das ciências sociais, são mais voltadas para uma história das palavras progresso, moderno e suas derivadas em relações sociais e políticas mundiais e/ou continentais e apontam relações conceituais entre essas palavras em determinados momentos da história geral. Observar as relações apresentadas por esses autores é importante para o esclarecimento de que elas se diferem do modo como consideramos as palavras. Em nossa abordagem consideramos que, as palavras funcionam nos enunciados e mudam de sentidos a partir das relações que estabelecem com outras palavras em um acontecimento de linguagem específico. São essas relações entre palavras em determinados contextos históricos e políticos bem localizados que interessam às nossas análises.

---

<sup>28</sup> O sentido de *progresso* também pode ser observado em Oliveira (2013, RUA/LABEUB), em uma análise do sentido do verbete progresso. Essa análise foi realizada em alguns dicionários brasileiros publicados por volta de 1938 a 1967.

## 4.2 O progresso na sociedade brasileira

Em relação às questões sociais no Brasil, conforme Ianni, “em meados do século XIX, as figuras de Mauá, Alves Branco e Tavares Bastos, entre muitos outros, expressaram as inquietações com um país atrasado na corrente da história, anacrônico do seu tempo. Quiseram realizar reformas institucionais e sociais, de modo a jogar o país mais perto do seu presente. Interpretando as sugestões e os interesses do capitalismo mundial, principalmente inglês, preconizavam a modernização, naquele tempo denominada progresso” (p. 16).

De acordo com o autor, alguns escritores brasileiros desenvolveram reflexões em relação às condições do Brasil no século XIX, seu atraso em comparação a outros países que também apresentavam sistema capitalista e eram mais desenvolvidos. Conforme Ianni (idem) esses escritores “aproveitavam-se dos ensinamentos liberais, positivistas, evolucionistas, darwinistas e outros, para estudar e explicar o que era e como poderia transformar a sociedade, a economia, a população, a cultura, o Estado, a nação.” (p. 17).

Ianni comenta que ao término do século XIX o país tinha a aparência de que estava um século antes, pois eram visíveis as marcas de uma mentalidade que teve suas bases no período colonial.

Em 1888-89, o Brasil tentou entrar no ritmo da história. Aboliu a Escravatura e a Monarquia, proclamando a República e o trabalho livre. Liberou forças econômicas e políticas interessadas na agricultura, indústria e comércio [...] Houve uma ampla fermentação de ideias e movimentos sociais, principalmente nos centros urbanos maiores e nas zonas agrícolas mais amplamente articuladas com os mercados externos (ps. 20-21).

A partir de 1922, de acordo com Ianni, começam a tomar forma as mudanças nas relações sociais e culturais que vinham sendo implementadas. São os fatos ocorridos em 22 que evidenciam o começo de um novo momento histórico para o Brasil, momento em que o país começa a entrar no século XX. Nesse momento e nos anos que se segue, diante do objetivo de que o país alcançasse o desenvolvimento adequado ao século em que

se encontrava, havia uma preocupação com o nacionalismo e, por isso, buscava-se compreender as “condições e possibilidades de progresso, industrialização, urbanização, modernização, europeização, americanização, civilização do Brasil”. (p. 23-24) Diante de tantas mudanças e possibilidades, a década de 30 foi marcada por muitas crises e controvérsias, lutas e movimentos sociais. Nesse momento, conforme Ianni (*idem*), a tentativa de entrar no ritmo da história foi de grande importância para o Brasil. É nesse momento que

o que se encontrava em esboço, apenas intuído, de repente parece clarificar-se. Foi na década de 1930 que se formularam as principais interpretações do Brasil moderno, configurando ‘uma compreensão mais exata do país’ [...]. Os indícios de modernização, que já se esboçavam com a Semana de Arte Moderna, a eclosão do tenentismo e outros acontecimentos de anos e décadas anteriores, a partir de 30 parecem acelerar-se (Ianni, *idem*, ps. 26-27).

De acordo com Tauile (2001), no Brasil desde o século XVIII, ocorreram algumas tentativas isoladas de modernização pela promoção da indústria. Porém muitas foram as dificuldades encontradas, as quais se evidenciaram “em razão direta da trama de privilégios arraigada na estrutura de poder colonial e patrimonialista pré-existente” (p.171), o que provocou um grande atraso na chegada da modernidade.

Conforme o autor (*ibidem*), o que ocasionou o processo de industrialização brasileiro foi o fato de no século XX, por volta dos anos 30, a depressão americana provocar para o Brasil uma redução significativa na exportação do café, principal fonte de negociações internacionais. Desse modo, sem exportar, o Brasil não teria condições de importar, especialmente produtos industrializados, de grande necessidade para seu consumo, por isso a partir desse momento precisou iniciar seu processo de industrialização. Essa industrialização foi vista como um agente da modernização.

A luta explícita pela modernização, segundo Tauile (*idem*), teve início a partir de 1935, no governo de Getúlio Vargas, com a tentativa primeira de instalar uma siderúrgica no Brasil. A partir de então, o processo de industrialização e modernização do país tornou-se cada vez mais intenso. Esse momento foi marcado também pela proposta da marcha para

Oeste apresentada por Getúlio Vargas por volta de 1939. Proposta que, nos textos jornalísticos, se apresenta diretamente relacionada com a ideia de progresso para o país. Por isso interessa-nos compreender que sentido produz a proposta da marcha para Oeste na relação com a proposta de progresso para o Brasil.



## **CAPÍTULO V**

### **A IMPRENSA E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS**

## 5.1 A imprensa escrita no Brasil e em Mato Grosso

Considerando a importância da imprensa para a nossa pesquisa, e com o objetivo de situar o leitor em relação à condição da imprensa brasileira e da mato-grossense, no momento em que foram publicados os textos jornalísticos que analisaremos na sequência, apresentamos a seguir uma breve descrição do estabelecimento da imprensa no Brasil e em Mato Grosso.

O aparecimento do Brasil na história e o nascimento da imprensa, conforme Sodré (1966) são fatos ocorridos na mesma época. Desse modo, conforme o autor (*ibidem*, p. 11) enquanto a arte de multiplicar os textos servia à ascensão burguesa, “a nova terra (...) iniciava a sua existência com o escravismo”, pois foi o mesmo impulso, a expansão do capital comercial, que deu aos portugueses o mérito de ocupar o Brasil e de expandir a arte gráfica em Portugal. Mesmo diante da expansão da arte gráfica, no período entre 1624 e 1787, a impressão de livros em Portugal não ocorria livremente, era preciso autorização das autoridades civis e da Cúria Romana.

Quanto ao Brasil, durante o período Colonial não conheceu nem a Universidade nem a imprensa, pois conforme Sodré (*ibidem*, p. 13), as comunidades encontradas aqui eram primitivas, se encontravam “na fase cultural da pedra lascada que não puderam aproveitar para o trabalho”. Era necessário primeiramente destruir nelas a cultura de seus pais, substituir a cultura encontrada. Nesse período os livros só podiam circular naturalmente nas mãos dos religiosos por serem necessários ao seu ofício; bibliotecas só existiam em mosteiros e colégios e possuíam somente materiais necessários à prática. Somente no século XVIII começaram a existir bibliotecas particulares, porém a entrada de livros no país ocorria clandestinamente, os que eram encontrados eram confiscados e destruídos. Segundo Sodré (1966, 14) “ler não era apenas indesculpável impiedade, era mesmo prova de crimes inextinguíveis”.

Foi somente a partir de 1808, quando a família Real veio para o Brasil que se desenvolveu a arte gráfica no país. Tendo sido criada a primeira Imprensa oficial brasileira no Rio de Janeiro com a assinatura de um decreto, em 13 de maio, por D. João VI. Essa imprensa foi criada com o objetivo de imprimir com exclusividade os atos normativos e

administrativos do governo. Em 10 de setembro do mesmo ano foi impresso o primeiro jornal do Brasil, chamado *Gazeta do Rio de Janeiro*, sendo este, conforme Jucá (1986), o primeiro órgão da imprensa brasileira. Até esse período, no Brasil, era proibido qualquer tipo de publicação e a entrada de materiais publicados era controlada. Só podia entrar no país os materiais utilizados pelos jesuítas na catequese dos indígenas.

Ainda nesse momento, a capitania de Mato Grosso que havia sido fundada em 09 de abril de 1719, girava em torno de dois povoados principais, Cuiabá e a capital Vila Bela. Os meios de comunicação e transporte da região eram precários, a comunicação era feita por escritos, como cartas, relatórios oficiais e relatos diversos. A transmissão das mensagens ocorria em meio a precários caminhos por terra, interligados por via fluvial, demorando meses dependendo do destino das correspondências. Até mesmo atos oficiais, como por exemplo, a notícia da emancipação de Cuiabá, em setembro de 1818, só chegou às autoridades de Mato Grosso em 1819. Mato Grosso ainda não possuía uma imprensa e só viria a possuir quase duas décadas depois.

O Brasil era governado por D. João VI que conforme Morel e Barros (2003) acompanhava os acontecimentos referentes a Portugal<sup>29</sup> e observou que a *Junta de Governo da revolução constitucional portuguesa (...)* assinou um *decreto estabelecendo a liberdade de imprensa, datado de 21 de setembro de 1820 (ibidem, p. 23)*. No mês seguinte, pelas mesmas autoridades, foi liberada a circulação de impressos portugueses fora de Portugal. No ano seguinte, D. João VI tomou a mesma iniciativa em relação ao Brasil, assinou um decreto que suspendia, ainda que provisoriamente, a censura prévia para a imprensa. Porém, a liberdade alcançada no Brasil não seguiu uma linha progressiva, pois não houve o crescimento dessa liberdade. Conforme os autores (*ibidem, p. 24*),

houve, um crescimento da imprensa, sim, mas a questão do controle dessa atividade seguiria uma linha sinuosa, com recuos e expansões, em que os dilemas vividos pelos redatores de diversas correntes políticas cruzar-se-iam com as preocupações governamentais e com as constantes alterações dessa legislação pelos parlamentares.

---

<sup>29</sup> Ocorria em Portugal a Revolução Constitucional

Nesse momento surgiu no Rio de Janeiro uma imprensa regular e ocorreu uma grande proliferação de outros tipos de impressos. No ano seguinte à assinatura do decreto que suspendia temporariamente a censura prévia para a imprensa, em vez de uma publicação periódica, passou-se para onze (*ibidem*).

Na região Centro-Oeste, de acordo com Siqueira (2002), o primeiro jornal somente foi criado em 05/03/1830, e durou até 24/05/1834. Denominado *A Matutina Meyapontense*, era localizado no Arraial de Meyaponte, hoje, Pirenópolis/Goiás. Eram publicados nesse jornal especialmente os atos oficiais da administração dos Estados da Região Centro-Oeste, entre outros documentos que necessitavam de publicidade. A autora diz que com a outorga da Constituição de 1824, as capitanias passaram a denominarem-se províncias. A partir de 1835, Cuiabá passou a ser a capital da Província de Mato Grosso. Com o crescimento da imprensa por todo o país, em março de 1837, o presidente da Província, Antônio José Pimenta Bueno, mostrou à Assembleia Legislativa Provincial a necessidade de implantar uma tipografia em Mato Grosso.

Segundo Siqueira (*idem*), esse fato ocorreu em 1838, quando Mato Grosso conseguiu adquirir uma tipografia comprada com a contribuição financeira da população do Estado. Seu vínculo administrativo ficou com a Assembleia Provincial, destinava-se à publicação de atos oficiais. Passou a funcionar assegurando a circulação do primeiro jornal da imprensa mato-grossense, *Themis Matogrossense*, com a primeira publicação no dia 14 de agosto de 1839.

Em virtude de divergências políticas esse jornal teve curta duração, sendo encerrado em 1840. Com a substituição do Presidente da Província, a tipografia foi reorganizada e o jornal, com um novo nome, foi colocado em circulação, em julho de 1842. O nome desse jornal foi modificado por vezes, até que em 31 de agosto de 1848, no governo do Presidente João Crispiniano Soares, a *Tipographya Provincial* foi levada a leilão e vendida. Outros jornais passaram a circular, porém, impressos por oficinas gráficas particulares. De acordo com Siqueira (2002), foi iniciada uma nova etapa de relacionamento da Província e da comunidade mato-grossense com o jornal. A tipografia oficial foi reestruturada em 1890, no governo de Antônio Maria Coelho, com o lançamento

do jornal *A Gazeta Oficial*, o qual foi mais tarde transformado na *Gazeta Oficial de Mato Grosso* com a finalidade de divulgar atos legais do Estado.

Toda a Província de Mato Grosso, especialmente Cuiabá, desenvolveu-se muito no século XIX em relação à educação e à cultura, o que influenciou muito na dinâmica dos jornais que foram sendo criados. A partir de 15 de novembro de 1889, com a Proclamação da República, Mato Grosso deixou de ser Província Monárquica e passou a ser Estado da Federação. Os meios de comunicação eram tão precários que a notícia da Proclamação só chegou a Cuiabá em 10 de dezembro.

A segunda metade do século XIX, conforme Siqueira (1990), foi marcada principalmente, pela abertura da navegação pelos rios Paraguai e Cuiabá. Estreitando os laços com a Europa e a América do Norte e ainda interligando as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul com as Repúblicas do Uruguai, Argentina e Paraguai. O que colaborou para o desenvolvimento da economia em Mato Grosso.

Segundo Siqueira (2002), foi a abertura da navegação que contribuiu para a chegada da "modernidade". A autora afirma que

foi a partir da abertura da navegação pelo rio Paraguai, a qual interligou Mato Grosso ao comércio internacional, que a **modernidade chegou ao território do extremo Oeste**. Com ela, vieram as máquinas a vapor, a imprensa, o telégrafo, a locomotiva, o encanamento de água, a luz elétrica, enfim grande parte dos avanços que o mundo europeu já conhecia há mais de um século (p.126) (Grifo nosso).

No século XX, houve um grande crescimento na imprensa escrita de Mato Grosso. Vários jornais passaram a ser publicados, principalmente nas três "mais importantes" cidades do Estado: Cuiabá, Cáceres e Corumbá.

## 5.2 O jornal e a produção de sentidos

Em relação à imprensa, é importante lembrarmos Althusser (2003), que é uma referência importante nesse assunto. O autor apresenta a imprensa como um sistema de

informação e que, como tal, é parte dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE). Esses Aparelhos se apresentam ao *observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas*, são elas: as igrejas, as famílias, as escolas, o sistema jurídico, o sistema político, os sindicatos, os aparelhos culturais e os sistemas de informação, que de acordo com o autor são a imprensa, o rádio, a televisão, etc..

Conforme Althusser, estes aparelhos "funcionam através da ideologia" (aspas do autor) que não é feita de ideias, mas de práticas. Cada um desses Aparelhos Ideológicos, de acordo com o autor, funciona a seu modo, porém concorrendo para um mesmo e único fim, reproduzir as relações de produção. Porém cada um à maneira que lhe é própria, assim *o aparelho de informação despejando pela imprensa, pelo rádio, pela televisão doses diárias de nacionalismo, chauvinismo, liberalismo, moralismo, etc. (ibidem, 78).*

Desse modo, Althusser concebe a imprensa como um instrumento de condicionamento da sociedade. Nessa direção, o sujeito é considerado como produto das imposições sociais e, por isso totalmente submisso a essas imposições e, de certo modo, ao saber. Diferentemente dessa teoria, Mariani (1993), por filiar-se à corrente teórica da Análise do Discurso, considera, assim como Orlandi (1990, p. 32), a linguagem na relação com a ideologia, mas também com o inconsciente, desse modo "o sujeito e a significação não são transparentes". Nessa direção, Mariani (1993; 2001) considera a imprensa como um lugar de produção de sentidos. A autora (2001) afirma que ao jornal é possibilitado apresentar diferentes opiniões a respeito dos fatos, mas não um fato diferente do que foi relatado, desse modo cabe à imprensa "desambiguar o mundo". Conforme Mariani (1993/2003, p. 33) o discurso jornalístico

funciona em várias dimensões temporais simultaneamente: *capta, transforma e divulga* acontecimentos, opiniões e ideias da atualidade – ou seja, lê o presente – ao mesmo tempo em que *organiza* um futuro – as possíveis consequências desses fatos do presente – e, assim, *legitima*, enquanto passado – memória – a leitura desses mesmos fatos do presente, no futuro

A imprensa é um veículo que materializa em si o funcionamento imaginário de uma época e é, por isso, um lugar de produção de sentidos. De acordo com a autora, o

discurso jornalístico está entranhado de historicidade. Logo, nele poderá ser observada a materialidade dos sentidos produzidos pela imprensa mato-grossense na época em que ocorreu a “Marcha para Oeste”, levando em consideração que conforme Mariani (1998, p. 63) “ao relatar os acontecimentos, os jornais já estão exercendo uma determinação nos sentidos”.

### **5.3 Configurações da matéria jornalística**

Os textos jornalísticos em que foram selecionados os enunciados a serem analisados são três “artigos” e uma “reportagem”. Esses textos apresentam diferentes configurações, pois conforme Beltrão (1980), assim como a crônica, os artigos, sejam de revista ou de jornal, são produzidos por colaboradores que podem ser especialistas em diversas áreas, pensadores, escritores desde que apresentem seu ponto de vista. O artigo é um tipo de matéria considerada por Beltrão (*idem*) como texto opinativo, pois pode trazer opiniões pessoais. Ele deve vir com a assinatura de quem o escreveu, pois é de responsabilidade do colaborador e não do editor do jornal.

Em relação à notícia e à reportagem, são matérias de responsabilidade do editor, por isso são produzidas por um jornalista ou pelo editor do jornal e veiculam fatos, informações, normalmente utilizando uma linguagem impessoal; a reportagem tem o mesmo caráter que a notícia, porém de acordo com Araujo (Jornalismo impresso) “difere da notícia pelo conteúdo, extensão e profundidade. [...] A reportagem busca mais: partindo da própria notícia, desenvolve uma sequência investigativa que não cabe na notícia”. Conforme o autor a reportagem, diferentemente da notícia procura esgotar o fato apresentado.

Diante dessas considerações, ao analisarmos a cena enunciativa é importante esclarecer que nem todas as publicações em jornais são apresentadas por um Locutor que ocupa o lugar social de jornalista. Ou seja, nem todo locutor ao escrever para um jornal o faz do lugar de locutor-jornalista, mas fala de um lugar que pode ser de locutor-historiador, locutor-literato, locutor-arqueólogo etc. Um exemplo disso são os artigos e a notícia que

serão analisados a seguir, sendo que o artigo apresenta diferentes colaboradores; enquanto a notícia é de responsabilidade do editor ou de um jornalista credenciado pelo jornal.

**PARTE II**

**AS ANÁLISES**



## **CAPÍTULO VI**

**O SENTIDO DE MARCHA PARA OESTE: ENTRE O CIVILIZADO E O SELVAGEM**

A partir deste capítulo, vamos analisar os textos indicados para neles observar a o sentido de expressões como “marcha para Oeste”, “progresso” e “moderno”. Deste modo procuraremos analisar como estas expressões significam num certo momento num conjunto específico de textos, em torno da expressão marcha para Oeste, e como os textos argumentam para sustentar um projeto brasileiro referido pela expressão marcha para Oeste, o que também consideramos como parte do que esta expressão significa. Não se trata então de analisar o conceito de progresso ou civilização, por exemplo, mas se trata de observar como significam nos textos da imprensa de Mato Grosso e num documento do Estado da época referida, a expressão e as palavras consideradas.

Neste capítulo, vamos analisar o funcionamento enunciativo da expressão *marcha para Oeste* no texto *Como tornar prática a marcha para o Oeste*, publicado no jornal *O Estado de Mato Grosso*, em 01 de dezembro de 1940, na relação com a palavra *progresso*.

## **Texto 1**

### **Como tornar prática a marcha para o Oeste**

ILDEFONSO ESCOBAR

(Do Conselho Nacional de Geografia)

No presente, para resolver esse transcendental e necessário problema nacional, posto em equação pelo clarividente e benemérito Presidente da República, só existe uma solução – a ligação das duas imensas bacias fluviais do Amazonas e do Prata.

Essa solução, além de fazer anteceder de um século a marcha para o Oeste, terá a inestimável vantagem de atender a uma necessidade política, econômica e social sul-americana, ligando intimamente varias nações do Continente por uma vasta rede interna de navegação, que será a propulsora de formidável progresso comum.

O Brasil, marchando para o Oeste abrirá passagem franca para o Oceano e todas as nações mediterrâneas da América do Sul, atraindo, além dos elementos nacionais, elementos dos países vizinhos que virão colaborar conosco no aproveitamento das riquezas naturais do nosso *hinterland*.

A rede interna de navegação internacional, com duas saídas para o Oceano, - uma pelo golfo do Prata e outra pelo estuário do Amazonas, transformará os rios Tocantins, Araguaia, das Mortes, São Lourenço e Paraguai, na mais vasta e fecunda via de progresso do Planeta; essa via fluvial será o Mediterrâneo da América do Sul.

Desde Marabá, no norte, e além nos confins do sul de Goiás, no Registro do Araguaia, de Santa Isabel e Macaúbas, na Ilha do Bananal, do Taquaral do Fogaça no rio das Mortes até o

Paredão no divisor de águas das duas gigantescas bacias, e pelo Itiquira, S. Lourenço e Paraguai abaixo, em cada ponto de escala da grande via líquida, surgirá um núcleo de irradiação da marcha para Oeste. Nessa marcha, dezenas de milhares de selvagens brasileiros, que habitam as florestas, serão conduzidos à civilização para cooperarem pela grandeza do Brasil.

O Brasil resolvendo diretamente o seu grande problema da marcha para Oeste, concorrerá indiretamente para o imediato progresso de povos vizinhos, particularmente das duas Republicas centrais – Bolívia e Paraguai.

A formula para solução do gigantesco problema não é nossa: ela começou a ser elaborada pelos jesuítas das Missões Paraguaia, no século XVII, depois melhorada pelos portugueses, quando construíram o Forte do Príncipe da Beira, nas cabeceiras do rio Madeira, já nas proximidades da antiga capital de Mato Grosso e, finalmente, posta em pratica pelo inolvidável Couto de Magalhães, em 1868, com a inauguração da navegação a vapor no formoso rio Araguaia.

Os jesuítas das Missões Paraguaia comunicavam-se com Belém do Pará, e de lá com a Espanha através dos rios Paraguai, S. Lourenço, Itiquira, das Garças, das Mortes, Araguaia e Tocantins; os Lusitanos, de Portugal trouxeram os canhões que guarneciam o Forte do Príncipe da Beira, através do Oceano, do Amazonas, do rio Madeira, bem próximo das cabeceiras do Rio Paraguai; Couto de Magalhães, o inolvidável, em 1868, conduziu do rio Paraguai para fazer navegar no Araguaia, o glorioso barco de guerra “Antonio João”, que havia tomado parte nos combates contra os paraguaia, quando estes penetraram no sul da antiga Província de Mato Grosso.

Quantas vezes o grande Couto de Magalhães fez a travessia de Montevidéo, na entrada do Rio da Prata, a Belém, na foz do Amazonas, subindo o Paraná, o Paraguai, o S. Lourenço, o Cuiabá e descendo o Sangrador Grande, o rio das Mortes, o Araguaia e o Tocantins?

Se um brasileiro ilustre e destemeroso, patriota e audaz, no desconhecido, no meio do mais cerrado sertão do mundo, povoado de feras e índios bravios, sem recursos outros que não fossem a sua bravura a sua energia e sua resistencia física, fez, varias vezes, essa travessia de milhares de léguas, por que nós, na época da eletricidade, do motor de explosão e do rádio, não poderemos melhorar essa grande via, fazer as indispensáveis ligações e aplica-la na marcha para Oeste e ao progresso da América do Sul?

E a não ser essa solução, a marcha para Oeste só será realizada pela segunda ou terceira geração vindoura depois do ano de 2000, quando o Brasil possuir população que ultrapasse de 100 milhões de habitantes: a marcha será feita pelo recalçamento das massas humanas do litoral sobre as do centro do país.

Dir-se-á: mas a ligação das duas bacias é impossível!

Nós responderemos: impossível era a construção da estrada de ferro transiberiana, através dos “stepes” e lagos gelados da Sibéria, mas hoje ela existe, e impossível seria não existir.

A ligação das duas bacias é possível, viavel, é realizavel e é necessaria.

Com os recursos atuais da hidráulica, o problema será resolvido.

Poderá importar em grandes somas e não trazer resultados imediatos.

Mas não se cogita de resultados imediatos – a época é de dinâmica social, é de iniciar uma marcha cujos proventos deverão gozar as gerações vindouras.

O Canal de Suez, o Canal do Panamá, não foram abertos para a geração da época de sua construção: foram “rasgados” para uso perene das gerações presentes e futuras.

Se o Brasil atual invertesse, por exemplo, 2 milhões de contos de réis para ligar a bacia do Amazonas à bacia do Prata, dentro de vinte anos começaria a colher os proventos desse capital, com a realização de um objetivo civico – a marcha para Oeste.

Esse capital, de apparencia gigantêscas, tornar-se-á insignificante em face da grandeza, riqueza e progresso da imensa região hoje em abandono e conseqüências morais e econômicas para o Brasil no concerto das nações.

Couto de Magalhães não prosseguiu na marcha para Oeste, porque lhe cortaram uma subvenção de 30 contos e a navegação a vapor do Araguaia paralisou-se; o Colégio Izabel, que ele havia fundado na Ilha do Bananal, com a elevada e patriótica finalidade de civilizar os índios da região central do Brasil fechou-se e desapareceu...

Mas a triste era da politicalha retrograda e mesquinha ficou atrás. No governo da Republica está um novo Couto de Magalhães.

Ventilemos, pois a solução do grande problema.

A falta de conhecimento da Geografia do Brasil, pelos nossos antepassados, foi a única causa do retardamento da grande obra iniciado pelo General Couto de Magalhães.

Analisemos a situação geográfica dessa grande via fluvial; busquemos nos ensinamentos do passado, do emérito Couto de Magalhães, conhecer a região por onde transitarão os barcos, grande e pequenos, que de Montevideo ou de Belém do Pará, deverão através do *hinterland* brasileiro, fazer intenso intercambio com o Maranhão, Goiaz, Mato Grosso, Bolívia, Paraguai e outras nações irmãs, amigas do Continente Sul-Americano.

Com energia, inteligência e patriotismo, o novo Couto de Magalhães – que é o Presidente Vargas – fará ressurgir a obra do grande pioneiro da marcha para Oeste. (*sic*).

## **6.1 A análise**

### **6.1.1A constituição da Cena Enunciativa**

Neste *acontecimento* a *Cena Enunciativa* apresenta um Locutor (L) agenciado do lugar social de locutor-geógrafo (lx). Este lugar é significado pela indicação “(Do Conselho Nacional de Geografia)”, que identifica aquele que assina o texto. Por outro lado, desde o início a questão é posta como configurada por aspectos geográficos.

O texto fala o tempo todo do espaço geográfico brasileiro, como pode ser observado no excerto a seguir, que enumera uma parte desse espaço geográfico, apontando uma direção que o movimento da marcha para Oeste deverá seguir,

“desde Marabá, no norte, e além nos confins do sul de Goiás, no Registro do Araguaia, de Santa Isabel e Macaúbas, na Ilha do Bananal, do Taquaral do Fogaça no rio das Mortes até o Paredão no divisor de águas das duas gigantescas bacias, e pelo Itiquira, S. Lourenço e Paraguai abaixo, em cada ponto de escala da grande via líquida, surgirá um núcleo de irradiação da marcha para Oeste”.

Além disso, o conjunto central no texto é de natureza geográfica e trata da marcha para Oeste como uma necessidade, indicando que para ela ser realizada “só existe

uma solução – a ligação das duas imensas bacias fluviais do Amazonas e do Prata”. Tudo isso está relacionado à indicação anterior do locutor como geógrafo. Desse modo, enquanto geógrafo ele pode ocupar o lugar que enuncia e apontar uma solução para facilitar a realização da marcha para Oeste. Ao argumentar, o locutor-geógrafo instala os lugares de alocutário-governante e alocutário-empREENDEDOR.

$$\text{Locutor} - \text{locutor-geógrafo} \left\{ \begin{array}{l} \text{alocutário-governante} - \text{Alocutário} \\ \text{alocutário-empREENDEDOR} - \text{Alocutário} \end{array} \right.$$

A esses alocutários o locutor-geógrafo argumenta que é preciso investir na ligação das bacias fluviais, desse modo:

Se o Brasil atual invertesse, por exemplo, 2 milhões de contos de réis para ligar a bacia do Amazonas à bacia do Prata, dentro de vinte anos começaria a colher os proventos desse capital, com a realização de um objetivo cívico – a marcha para Oeste (*sic*).

Este acontecimento apresenta, então, um locutor-geógrafo como lugar social de enunciação que argumenta para o alocutário-governante e para o alocutário-empREENDEDOR em relação ao que é necessário para que a marcha para Oeste “se torne prática”. Desse modo, é reforçado o lugar ocupado pelo locutor que é alguém “constituído como um lugar social de locutor” (GUIMARÃES; 2002, p. 24) enquanto “autoridade” em Geografia. Logo, esse Locutor ao ser agenciado a falar, a apresentar uma solução para a “marcha para Oeste”, o faz de um lugar social autorizado.

### 6.1.2 A marcha para Oeste e o progresso

Nesse texto, para a análise da palavra *progresso* e da expressão *marcha para Oeste* foram realizados os recortes e encontradas muitas ocorrências desses termos, pelo menos dezoito, mas apenas alguns desses enunciados foram selecionados para o

desenvolvimento das nossas análises, pois as determinações que eles apresentam são suficientes para chegarmos à designação que propomos analisar. Os recortes selecionados são os seguintes:

1. “Como tornar pratica **a marcha para o Oeste**”.
2. “**Nessa marcha**, dezenas de milhares de selvagens brasileiros, que habitam as florestas, serão conduzidos à civilização para cooperarem pela grandeza do Brasil”.
3. “O Brasil resolvendo diretamente o seu grande problema **da marcha para Oeste**, concorrerá indiretamente para o imediato **progresso** de povos vizinhos”.
4. “Se o Brasil atual invertesse, por exemplo, 2 milhões de contos de réis para ligar a bacia do Amazonas à bacia do Prata, dentro de vinte anos começaria a colher os proventos desse capital, com a realização de um **objetivo civico – a marcha para Oeste**”.
5. “Esse capital, de aparência gigantêscas, tornar-se-á insignificante em face da grandeza, riqueza e **progresso da imensa região hoje em abandono** e conseqüências morais e econômicas para o Brasil no concerto das nações”.

O título do texto (1) “Como tornar pratica a marcha para o Oeste” aparece como que indicando que a marcha para o Oeste já existe enquanto proposta, mas que é preciso realizá-la, torná-la “prática”. Desse modo, podemos observar que esse título traz como pressuposto que “há a marcha para Oeste”, e que “há um modo para torná-la prática” estabelecendo a conclusão de que “a marcha é necessária”.

Na sequência, o nome marcha para Oeste aparece reescriturado por condensação por “nessa marcha”. Ele ocorre numa expressão afirmativa da seguinte forma:

- (1)“Nessa marcha, dezenas de milhares de selvagens brasileiros, que habitam as florestas, serão conduzidos à civilização para cooperarem pela grandeza do Brasil”.

Essa articulação opõe selvagens e civilizados, enquanto a marcha é predicada por civilizar (civilização).

Nesse enunciado, os índios que habitam o Oeste são apontados como “brasileiros”. E se opõem aos outros brasileiros, assim, o Brasil que marcha para Oeste é o Brasil civilizado. Desse modo, a marcha para Oeste está sendo significada como o modo de tornar o “selvagem” “civilizado” e sustentar o pertencimento desse povo ao Brasil que é civilizado.

Os selvagens são aqueles que habitam as “florestas”, os índios e quaisquer outros; a marcha se direciona ao “Oeste”, às florestas habitadas pelos selvagens. É, então, evidenciada uma oposição entre selvagens brasileiros e a civilização em que é o civilizado que contribui para a “grandeza do Brasil”. Diante dessas relações, a marcha é a responsável por tornar aqueles que são “selvagens” em civilizados para que também possam colaborar com a grandeza do Brasil.

Esse acontecimento apresenta a civilização como composta pelos povos que são do litoral, pois em outra passagem do texto há uma sequência a propósito da marcha e dos habitantes do Brasil que diz: “a marcha será feita pelo recalçamento das massas humanas do litoral sobre as do centro do país”. Desse modo, “as massas humanas do litoral” seria uma reescrituração de “civilização” e “as do centro do país” uma reescrituração de “selvagens brasileiros”. Sendo assim, há *brasileiros selvagens* e *brasileiros civilizados*. E, por outro lado, é a civilização que está determinando a marcha para Oeste.

É na marcha para Oeste que ocorrerá a retirada dos “selvagens brasileiros” das florestas e sua inserção “na civilização”. O que nos possibilita dizer que a marcha deve ser feita para civilizar o selvagem e para que ele possa ser “conduzido à civilização”, e, por outro lado, que o civilizado é o responsável pela marcha e pela grandeza do país. Essas considerações apontam que o selvagem está relacionado ao primitivo, ao que está no Oeste, e se opõe ao civilizado que está no Leste, no litoral do Brasil.

Assim, podemos considerar:

|                                            |
|--------------------------------------------|
| <i>civilização —   — marcha para Oeste</i> |
|--------------------------------------------|

Nesta medida pode-se dizer que afirmar a marcha como civilizadora é um modo de significá-la como argumento de sua própria realização.

Conforme Guimarães (2004b), ao analisar o sentido de civilização na linguística brasileira do século XX, enquanto fato da história brasileira, o selvagem é do domínio antonímico de civilização, e a ignorância e o selvagem (primitivo) são uma questão do Brasil enquanto lugar de litígio entre a civilização (educada) e a ignorância dos povos originários do Brasil. Desse modo, neste acontecimento que estamos analisando, esse lugar de litígio é reafirmado ao ser marcada a oposição entre o “selvagem brasileiro”, aquele que habita o sertão (originário do Brasil), e o civilizado “do Brasil”, o que habita o litoral. Isso nos remete ao memorável da colonização, evidenciando que aquele que se localizou no litoral é o português, o europeu, sendo que “a civilização é o que identifica o Brasil e sua língua por serem ambos determinados pela Europa, pela colonização” (GUIMARÃES, 2004b).

Em uma das reescrituras de marcha para Oeste ela é apresentada numa expressão a propósito do Brasil, em que,

(2) “O Brasil resolvendo diretamente o seu grande problema da marcha para Oeste, concorrerá indiretamente para o imediato progresso de povos vizinhos”.

Por essas relações é exposto que o Brasil tem um problema, a realização da marcha para Oeste, pois “grande problema” predica a marcha. Esse problema sendo resolvido “diretamente” pelo Brasil “concorrerá indiretamente para o imediato progresso de povos vizinhos”. O enunciado (3) pode ser parafraseado, em certos aspectos, por:

(3a) A marcha para Oeste trará progresso.

Desse modo, o progresso está determinando o sentido de marcha para Oeste. Então temos a seguinte relação de determinação em que o *progresso* determina a *marcha para Oeste*:

$$\text{progresso} \dashv \text{marcha para Oeste}$$

No enunciado (3), acima, é apresentada uma oposição entre “diretamente” e “indiretamente”, em que “indiretamente” se refere ao “progresso dos povos vizinhos” e “diretamente”, ao progresso do Brasil. Desse modo, o progresso dos povos vizinhos está vinculado ao progresso do Brasil. Nesse sentido, o progresso referido será do Brasil e será uma contribuição aos “povos vizinhos”.

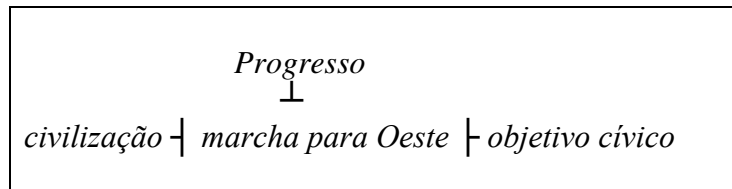
Outra reescrituração de marcha para Oeste, que nos interessa, ocorre na expressão a propósito do Brasil e em relação aos investimentos necessários para “ligar a bacia do Amazonas à bacia do Prata”. No enunciado, a marcha é reescriturada por “um objetivo cívico” da seguinte forma:

- (3) “Se o Brasil atual invertesse, por exemplo, 2 milhões de contos de réis para ligar a bacia do Amazonas à bacia do Prata, dentro de vinte anos começaria a colher os proventos desse capital, com a realização de um objetivo cívico – a marcha para Oeste”.

Neste caso a marcha para Oeste é reescriturada por sinonímia por objetivo cívico (e vice versa). Assim, ocorre a seguinte relação entre *objetivo cívico* e *marcha para Oeste*:

$$\text{objetivo cívico} \dashv \text{marcha para Oeste}$$

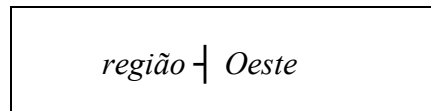
Desse modo, podemos considerar que:



Consideraremos agora outro aspecto que se tornou relevante para esta análise. Observaremos como “Oeste” está determinado no texto. Em relação a essa questão, notamos que, no vigésimo parágrafo, a palavra Oeste é reescriturada por região, qualificada por imensa e por abandono, no seguinte enunciado:

- (4) “Esse capital, de aparência gigantesca, tornar-se-á insignificante em face da grandeza, riqueza e progresso da imensa região hoje em abandono e consequências morais e econômicas para o Brasil no concerto das nações”.

Desse modo, há uma determinação em que *região* ao reescriturar *Oeste*, o determina:

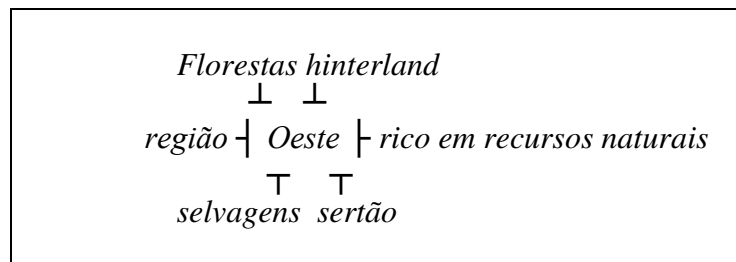


Pela relação apresentada neste enunciado “região” é qualificada por “imensa” e por abandonada, a partir da locução adjetiva “em abandono”, logo, “Oeste” também recebe essas qualificações. Ao longo do texto ocorrem outras reescriturações de “Oeste” por substituição pelas palavras: hinterland, florestas, região e sertão. Essas reescriturações ocorrem nas seguintes expressões:

6. “O Brasil, marchando para o Oeste abrirá passagem franca para o Oceano [...] atraindo [...] elementos [...] que virão colaborar conosco no aproveitamento das riquezas naturais do nosso **hinterland**”.

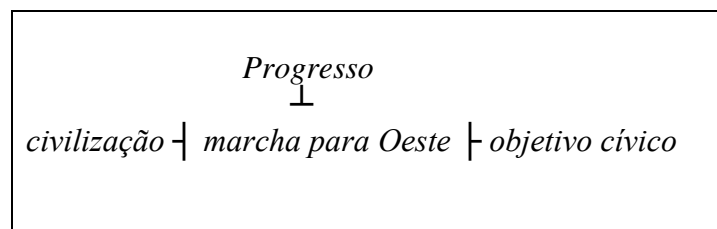
7. “Nessa marcha, dezenas de milhares de selvagens brasileiros, que habitam as **florestas**, serão conduzidos à civilização”.
8. “no meio do mais cerrado **sertão** do mundo, povoado de feras e índios bravios”.
9. “imensa **região** hoje em abandono”.
10. “civilizar os índios da **região** central do Brasil”.

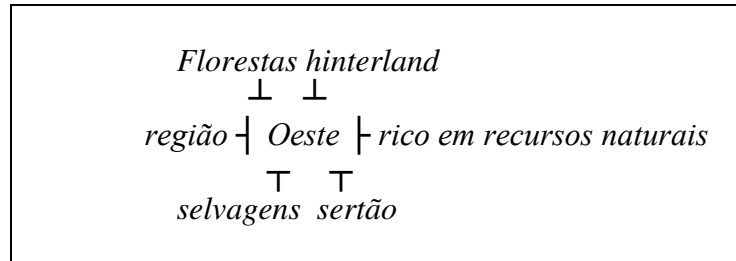
Essas relações afirmam para o Oeste o sentido de rico em recursos naturais, mas remoto e incivilizado, por isso habitado apenas por **selvagens**; “**feras e índios bravios**”. O que permite considerar:



A partir das relações observadas nos enunciados em que as palavras analisadas funcionam, há dois DSDs a serem considerados:

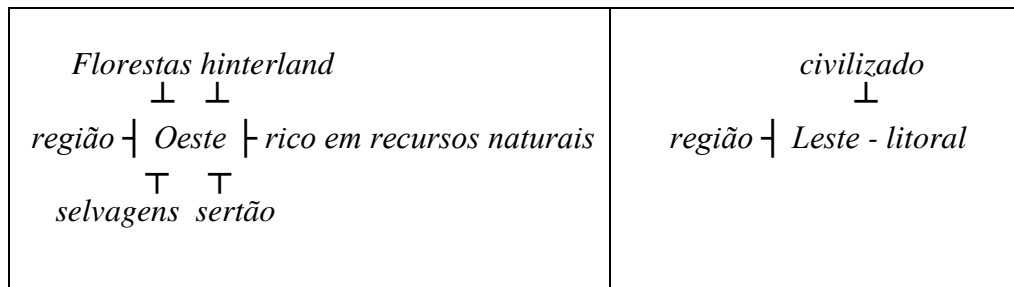
DSD – 1





Por essas relações é importante observar que a marcha para Oeste, que é um objetivo cívico, está determinada por progresso, sendo que é a civilização que determina o progresso, e o progresso determina a marcha para Oeste, então a civilização é uma condição para que haja o progresso e, conseqüentemente a marcha para Oeste. De outro lado, o Oeste que está sendo significado como sertão, como selvagem, como incivilizado e rico em recursos naturais se encontra no domínio de antonímia de civilização.

Nessas relações a marcha para Oeste está sendo designada por uma relação de tensão entre o civilizado e o não civilizado. E podemos apresentar esta relação como segue:



Analisando o DSD de “marcha para Oeste” e os dois DSDs acima, podemos considerar que a marcha para Oeste significa o movimento pelo qual se apagaria a antonímia entre o Oeste (o sertão) e o Leste (o litoral). Observemos, a partir deste ponto de vista, o movimento argumentativo do texto em torno desta questão.

### 6.1.3 A construção da argumentação para: “é preciso a marcha para Oeste”

Neste momento vamos estudar como, no decorrer do mesmo texto apresentado acima, vai se construindo uma argumentação em relação à marcha para Oeste, como o locutor-geógrafo argumenta para os alocutários político e empreendedor sobre a necessidade da marcha e da solução para a sua realização. Essa argumentação será observada a partir das articulações entre alguns operadores argumentativos que ao longo do texto vão introduzindo e reforçando os argumentos apresentados pelo locutor-geógrafo.

Iniciamos observando que o Locutor fala da marcha como que já ocorrendo, mas como uma necessidade de torná-la prática.

(1)“Como tornar pratica a marcha para o Oeste”

Neste enunciado há uma divisão do Locutor, que nos permite apresentar:

E. Genérico – (1a) Há a marcha para Oeste.

E. Individual – (1b) Há um modo de torná-la prática, que se apresenta a seguir.

Por essas relações o Locutor ao falar do lugar de enunciador-genérico afirma a existência da marcha para Oeste, e do lugar de enunciador-individual, enquanto locutor-geógrafo, afirma haver uma forma para realizá-la. E apresenta esta forma como argumento para o alocutário-governante e para o alocutário-empreendedor na direção de que “a marcha é necessária” e há como facilitá-la.

Na sequência observamos que o Locutor apresenta uma solução para a marcha para Oeste. Essa solução proposta no texto está relacionada à geografia do país e à necessidade de acesso ao Oeste. Tomemos mais especificamente a sequência:

(5)“no presente, para resolver esse transcendental e necessário problema nacional, posto em equação pelo clarividente e benemérito Presidente da

República, só existe uma solução – a ligação das duas imensas bacias fluviais do Amazonas e do Prata” (Grifo nosso).

A primeira coisa a observar é que “esse transcendental e necessário problema nacional” reescreve por desenvolvimento a marcha para Oeste. Esse enunciado (6) pode ser parafraseado da seguinte forma:

(6a) no presente, *existe uma solução* – a ligação das duas imensas bacias fluviais do Amazonas e do Prata, para resolver o problema da marcha para Oeste.

(6b) no presente, *não existe nenhuma outra solução a não ser esta* – a ligação das duas imensas bacias fluviais do Amazonas e do Prata, para resolver o problema da marcha para Oeste.

Considerando essas relações, podemos observar que existe um problema que é de toda a nação e que precisa ser resolvido. Para esse problema é apontada uma solução: “a ligação das duas imensas bacias fluviais do Amazonas e do Prata”, tal solução é apresentada como a única possível.

Nessas relações, a incidência do “só” em (6) argumenta para “é preciso fazer a ligação entre as bacias do Amazonas e do Prata”, na medida em que fica afirmado que esta solução é única, sendo portanto significada como necessária. Esse argumento é apresentado por um Locutor que fala da posição de locutor-geógrafo para argumentar em favor da única forma para resolver o “problema nacional”. Ser única é o que reafirma a importância e estabelece a ligação com o que é sabido como solução, “a ligação das duas imensas bacias fluviais do Amazonas e do Prata”. Nessa direção, ao argumentar o Locutor se divide de forma a produzir dois enunciadores, sendo:

E. Genérico – (6a) [para resolver o problema nacional] existe uma solução: a ligação das duas imensas bacias fluviais do Amazonas e do Prata.

E. Individual – (6b) [para resolver o problema nacional] não existe nenhuma outra solução a não ser esta: a ligação das duas imensas bacias fluviais do Amazonas e do Prata.

Nessas relações, o enunciador genérico apresenta como pressuposição (6a), enquanto que afirma (6b) da perspectiva de enunciador individual. O Locutor, ao falar do lugar de enunciador genérico afirma a existência de uma solução para o problema da marcha para Oeste, trata-se de uma solução objetiva apresentada como se todos a conhecessem e concordassem com ela. Ao falar da posição de enunciador individual, o locutor-geógrafo nega a existência de outra solução. Isso significa que o que está sendo dito em relação à marcha para Oeste, e, neste caso, sobre a solução apresentada para que a marcha ocorra, é apontado como uma única direção, uma única solução para os fatos. Desse modo, é possível apresentar como paráfrase para o enunciado acima:

6' – A ligação entre as bacias fluviais do Amazonas e do Prata é a solução.

Ou ainda,

6'' – É necessário realizar a ligação entre as duas bacias fluviais do Amazonas e do Prata.

Nesse sentido, considerando que o problema nacional é “a dificuldade de realização da marcha para Oeste”, então, em “só existe uma solução” é apresentado um argumento que aponta para esse enunciado, a conclusão de que “é necessário realizar a marcha para Oeste”. Desse modo, o enunciado “é necessário realizar a ligação entre as duas bacias fluviais do Amazonas e do Prata” afeta os sentidos apresentados para a marcha até este momento, pois a representa como dependente dessa solução que é única.

Nesse jogo de representação o locutor se coloca como sendo apenas um (idêntico a si mesmo), quando na verdade ele é dividido (díspar), conforme Guimarães

(2002), pois é constituído, neste caso, enquanto locutor-geógrafo, enunciador genérico e enunciador individual. Ao dizer do lugar de enunciador genérico, o Locutor apresenta a solução possível para o problema nacional como conhecida por todos, mas, enquanto enunciador individual assume o sentido de que essa é a única solução.

A argumentação observada até o momento mostra que no *acontecimento* analisado é apresentada uma proposta para sua realização, uma solução. Essa solução é apresentada por alguém que ocupa um lugar social que lhe permite assumir a palavra e que legitima o que está sendo dito, de um lugar social de locutor-geógrafo que apresenta uma proposta para a “ocupação” do Oeste a partir da realização da marcha para Oeste. Desse modo, o argumento da solução única é sustentado por este enunciado enquanto realizado pelo locutor-geógrafo.

Consideraremos agora uma outra sequência. Nela é apresentado um argumento relacionado à solução proposta para a realização da marcha. Esse argumento é apresentado pela incidência da preposição “além de”<sup>30</sup> que é utilizada como um operador argumentativo, conforme segue:

(6) “Essa solução, **além de** fazer anteceder de um século a marcha para o Oeste, **terá a inestimável** vantagem de atender a uma necessidade política, econômica e social sul-americana, **ligando intimamente** varias nações do Continente por uma vasta rede interna de navegação, **que** será a propulsora de formidável progresso comum”.

Podemos parafrasear esse enunciado da seguinte forma:

7a. Essa solução fará anteceder de um século a marcha para o Oeste.

7b. Essa solução terá a inestimável vantagem de atender a uma necessidade política, econômica e social sul-americana.

7c. Essa solução ligará intimamente varias nações do Continente.

---

<sup>30</sup> Em relação aos limites de categorias entre as preposições, conjunções e advérbios e à consideração dessas classes de palavras como operadores argumentativos ver Guimarães (2002a).

7d. Essa solução desenvolverá uma vasta rede interna de navegação.

7e. A vasta rede interna de navegação que será desenvolvida a partir dessa solução, será a propulsora de formidável progresso comum.

Desse modo, o **além de** articula argumentos (7a, 7b, 7c, 7d) que indicam os resultados produzidos pela solução proposta evidenciando que há muitos argumentos que reforçam a importância da solução apresentada e a necessidade de realização da marcha para Oeste. Estes argumentos produzem o sentido de que a política da marcha que é brasileira, e que é uma proposta a ser realizada dentro do território nacional, vai além do Oeste e ultrapassa os limites do país tomando dimensões de uma política que envolve todo o continente sul-americano, inclusive produzindo um “formidável progresso comum” a todo esse continente. E eles se apresentam como acrescidos a um argumento por si já importante: “terá a inestimável vantagem de atender a uma necessidade política, econômica e social sul-americana, **ligando intimamente** varias nações do Continente por uma vasta rede interna de navegação, **que** será a propulsora de formidável progresso comum”.

A estes argumentos se articulam de modo particular o argumento (7a) marcado pelo **além de**. Este argumento apresentado como lateral tem na verdade a força do argumento central. A marca do **além de** dá a este argumento esta diferença decisiva. O argumento principal é, assim, a antecipação em um século da marcha e de suas consequências que se configuram na própria designação de marcha: civilizar, produzir o progresso, realizar um objetivo cívico.

#### 6.1.4 Algumas considerações

Ao longo do texto, analisando as relações de determinação, observamos que a *marcha para Oeste* constitui-se enquanto um objetivo que está sendo determinado por *civilização*, *progresso* e *objetivo cívico*. Nesta medida a marcha produz sentido enquanto um objetivo dos cidadãos, numa ação civilizadora e que produzirá o progresso para Oeste. E na medida em que há uma antonímia entre Oeste e Leste, o sentido da marcha projeta um futuro de sentido em que desapareceria esta antonímia.

Observamos na análise da cena enunciativa que o locutor-geógrafo argumenta para o alocutário-governante e para o alocutário-empREENDEDOR em relação à necessidade de realização da marcha para Oeste. Por meio da análise da argumentação, notamos que as relações apresentadas ao longo de todo o texto orientam para essa necessidade de realização da marcha para Oeste. Nesse sentido, para sustentar essa orientação no processo argumentativo o locutor-geógrafo apresenta como fundamental a ligação entre as duas bacias, a do Amazonas e a do Prata, pois somente essa ligação poderá tornar possível a realização da marcha para Oeste.

As análises desenvolvidas nos permitem dizer que a argumentação em torno da necessidade da marcha envolve o sentido da análise da designação de marcha para Oeste que, como dissemos acima, é uma ação determinada por objetivo cívico, por civilização e por progresso. Desse modo, o próprio sentido que o texto dá para a marcha (sua designação representada no DSD que apresentamos acima) passa a ser um argumento decisivo para a necessidade de realizá-la, logo, para a necessidade de realizar a ligação entre as duas bacias, que é apresentada como a única solução possível para se realizar a *marcha para Oeste* que levará a *civilização* para o Oeste e produzirá o *progresso* para todo o continente americano.

## **CAPÍTULO VII**

**O SENTIDO DE MARCHA PARA OESTE: UM OUTRO MUNDO NO BRASIL**

Analisaremos agora o funcionamento enunciativo da expressão *marcha para Oeste* no texto *A marcha para Oeste*, também em relação com a palavra *progresso*. Esse texto foi também publicado no jornal *O Estado de Mato Grosso*, no dia 17 de janeiro de 1941.

## Texto 2

### A MARCHA PARA OESTE

ANGYONE COSTA

A Marcha para Oeste só pode ser uma realidade quando as estradas de ferro, em numero suficiente e em condições econômicas, partirem do litoral e dos centros populosos como o Rio de Janeiro e São Paulo, rumando para o interior. Será preciso que as distancias vencidas atualmente pelo avião desapareçam diante da penetração ferroviária, para que comecemos a ter a impressão de que o deserto e o desconhecido do oeste desapareceram. Antes, enquanto os centros populosos de Goiás e Mato Grosso permanecerem fechados a toda expansão, com o seu comercio atrofiado, suas produções extrativas abandonadas, os artigos da sua agricultura relegados ao consumo local, a expansão do oeste será uma aspiração, expressão colorida e bonita, destinada a despertar confiança no futuro, quando os homens a resolverem.

Devemos ter sempre em vista, diante da expansão do oeste, que este oeste de que tanto agora se fala, não é uma ficção, é uma flagrante realidade geográfica de quase três milhões de quilômetros quadrados, escassamente civilizados, porque as distancias, os transportes caros e inexistentes, não lhe permite progredir, nega-lhe o direito de constituir-se um elemento de grandeza no computo da vida nacional.

Pensando bem, entretanto, o observador que se detenha diante dessa expressão “marcha para oeste”, não pode deixar de sentir-se preso pela fascinação que essas riquezas em potencial representam. O oeste tem campos para todas as culturas agrícolas, inclusive o trigo e a vinha dos climas temperados, o oeste guarda minerios do mais rico teor, possui ferro, cobre, níquel e, ao que informam notícias recentes, até carvão, o que quer dizer que reúne riquezas capazes de promover o bem-estar e a prosperidade não só da região, como de todo o país.

Mas não será com as estradas atuais, mesmo com a sua quilometragem acrescida, multiplicada por dez, que a marcha para oeste terá produzido resultados. A marcha para oeste tem que ser coisa concreta, nos moldes em que o governo a traçou, a marcha para oeste necessita de incluir uma vasta quilometragem ferroviária, uma ampla rede rodoviária de intercomunicação, um avisado serviço de saneamento e instrução, sanidade no homem, fortalecimento nos espíritos, escola, biblioteca, laboratórios, hospitais, radio, imprensa, aviação, todos os elementos capazes de precipitar o progresso, ativar a economia, acelerar a cultura, ampliar as zonas de conhecimento do homem em função do trabalho e da terra. A marcha para oeste, quando realizada, dará uma plena consciência de grandeza ao país. Mostrará que a maior riqueza, a maior força criadora, está precisamente situada nas terras, que ela compreende. A marcha para oeste é um outro mundo descoberto, serão formas, cores, atividades novas, entrando subitamente no quadro das riquezas ativas que constituem o corpo atual do Brasil. A marcha para oeste revelará aos brasileiros outro e poderoso Brasil, mas terá que ser promovida com uma força continua incapaz de se deter, força dínamo que saiba evitar empecilhos e não pare o acelerador senão quando a conquista do imenso “hinterland” tiver sido feita (sic).

## **7.1 A análise**

### **7.1.1 A constituição da Cena Enunciativa**

No acontecimento que está sendo analisado é apresentado um Locutor (L) que é agenciado do lugar social de cientista social. Ou seja, (lx) é um locutor-cientista social. Esse lugar está marcado pelos enunciados presentes ao longo de todo o texto, um deles em especial diz:

“este Oeste de que tanto agora se fala, não é uma ficção, é uma flagrante realidade geográfica de quase três milhões de quilômetros quadrados, escassamente civilizados, porque as distancias, os transportes caros e inexistentes, não lhe permite progredir, nega-lhe o direito de constituir-se um elemento de grandeza no computo da vida nacional” (sic).

Nesse enunciado, como também em outros, há várias marcas que apontam para esse lugar das ciências sociais e que podem se referir, por exemplo: à geografia, à sociologia, à antropologia.

Nessa direção, o texto todo é uma forma de apontar o que é necessário, do lugar das ciências sociais, para que “a marcha para Oeste” ocorra. Desse modo, o texto tem início com um enunciado que aponta que a marcha ainda não acontece:

“A marcha para Oeste só pode ser uma realidade quando as estradas de ferro, em numero suficiente e em condições econômicas, partirem do litoral e dos centros populosos como o Rio de Janeiro e São Paulo, rumando para o interior”.

Esse enunciado também pode ser visto como relacionado à condição do locutor enquanto locutor-cientista social. É desse lugar social de enunciação que ele pode apontar a marcha enquanto uma possibilidade, assim como no texto anterior, e apontar para o alocutário-empREENDEDOR as dimensões sociais (econômicas, culturais, políticas) que

precisam ser desenvolvidas para que a marcha para Oeste ocorra. Essas relações estabelecem a seguinte cena enunciativa:

*Locutor – locutor- cientista social*  $\Longrightarrow$  *alocutário-empendedor – Alocutário*

Diante dessas considerações, temos nesse acontecimento um locutor-cientista social, enquanto lugar social de enunciação, e um alocutário-empendedor<sup>31</sup> para quem esse locutor argumenta. Esse Locutor, que é um antropólogo, é constituído como lugar autorizado a falar das dimensões sociais e da possibilidade de realização da marcha para Oeste.

### 7.1.2 O DSD de marcha para Oeste e progresso

Esse acontecimento que estamos analisando é intitulado “A marcha para Oeste”. Desse modo, todo o texto é uma forma de reescrituração da marcha para Oeste, por expansão, pois se constitui enquanto “um modo de ampliar o que está sendo dito na expressão nominal do título da matéria” (GUIMARÃES, 2009, p. 55). As reescriturações dessa expressão ocorrem muitas vezes ao longo de todo o texto, principalmente por repetição: “a marcha para Oeste”; mas também, por elipse: “mas terá que ser promovida com uma força continua incapaz de se deter”; e por substituição anafórica: “a maior riqueza, a maior força criadora, está precisamente situada nas terras, que ela compreende”.

Dentre as reescriturações encontradas nesse acontecimento selecionamos alguns enunciados que são suficientes para analisarmos o sentido da marcha e sua relação com o progresso. As reescriturações escolhidas aparecem nos recortes que seguem:

1. “**A Marcha para Oeste** só pode ser uma realidade quando as estradas de ferro, em numero suficiente e em condições econômicas, partirem do litoral e dos centros populosos como o Rio de Janeiro e São Paulo, rumando para o interior” (*sic*).

---

<sup>31</sup> A argumentação que sustenta a posição do alocutário-empendedor está melhor descrita na análise argumentativa apresentada logo mais adiante neste mesmo capítulo.

2. “**A marcha para Oeste** tem que ser coisa concreta”.
3. “**A marcha para Oeste necessita de incluir uma vasta quilometragem ferroviária, uma ampla rede rodoviária de intercomunicação, um avisado serviço de saneamento e instrução, sanidade no homem, fortalecimento nos espíritos, escola, biblioteca, laboratórios, hospitais, radio, imprensa, aviação, todos os elementos capazes de precipitar o progresso, ativar a economia, acelerar a cultura, ampliar as zonas de conhecimento do homem em função do trabalho e da terra**” (Grifos nossos).
4. “**A marcha para Oeste** é um outro mundo descoberto, serão formas, cores, atividades novas, entrando subitamente no quadro das riquezas ativas que constituem o corpo atual do Brasil”.
5. “**A marcha para Oeste** revelará aos brasileiros outro e poderoso Brasil”.

Ao falar da marcha para Oeste, em todos estes enunciados o Locutor a aponta como uma possibilidade. Isso pode ser observado pelos tempos verbais empregados em relação à marcha, sempre produzindo um sentido de futuro. No enunciado (1), que está no primeiro parágrafo do texto a referência à marcha é feita da seguinte forma:

1. “**A Marcha para Oeste** só pode ser uma realidade quando as estradas de ferro, em numero suficiente e em condições econômicas, partirem do litoral e dos centros populosos como o Rio de Janeiro e São Paulo, rumando para o interior”.

Nessas relações há, em (1), uma divisão de enunciadores da seguinte forma:

E. Genérico – (1a) A marcha para Oeste não é uma realidade.

E. Genérico – (1b) A marcha para Oeste pode se tornar uma realidade.

E. Individual – (1c) A marcha será uma realidade quando as estradas de ferro, em número suficiente e em condições econômicas, partirem do litoral e dos centros populosos como o Rio de Janeiro e São Paulo, rumando para o interior.

Nessa divisão, o Locutor ao falar do lugar de enunciador genérico aponta a não existência da marcha, e do lugar de locutor-governo, diz da possibilidade de realizá-la e aponta, em (1c), enquanto enunciador individual, as condições necessárias à sua realização. Nesse sentido é indicada uma possibilidade para que a marcha seja realizada.

No enunciado (1) há uma reescritura de “marcha para Oeste”, por repetição completa (GUIMARÃES, 2007), que indica que “marchar para Oeste” é “marchar para o interior”. Essa relação de determinação entre Oeste e interior será retomada posteriormente à observação das relações de marcha para Oeste.

Em relação às reescrituras de marcha para Oeste, no recorte (2), é reafirmada a não concretização da marcha e a certeza de que ela precisa se tornar concreta.

## 2. “A marcha para Oeste tem que ser coisa concreta”.

Esse enunciado (2) pode ser parafraseado da seguinte forma:

(2a) A marcha para Oeste não é concreta.

(2b) A marcha para Oeste precisa se concretizar.

Nessas articulações é apresentado como predicado para a marcha para Oeste “tem que ser coisa concreta”. Desse modo, neste momento, o que está significando a marcha é o abstrato, o que indica que a marcha existe apenas enquanto uma ideia, um objetivo que precisa se tornar realidade, mas que para isso depende de uma série de ações políticas. Algumas dessas ações são enumeradas no recorte (3) em que a marcha é reescriturada novamente por repetição, conforme segue:

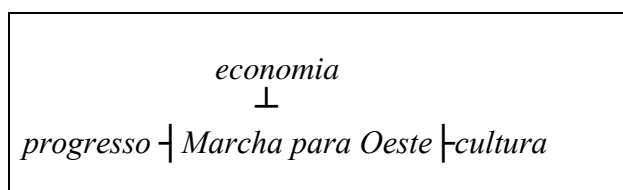
## 3. “A marcha para Oeste necessita de incluir uma vasta quilometragem ferroviária, uma ampla rede rodoviária de intercomunicação, um avisado serviço de saneamento e instrução, sanidade no homem, fortalecimento nos espíritos, escola, biblioteca, laboratórios, hospitais, radio, imprensa, aviação, todos os elementos capazes de precipitar o progresso, ativar a economia,”

acelerar a cultura, ampliar as zonas de conhecimento do homem em função do trabalho e da terra” (Grifos nossos).

Parafraseamos o enunciado (3) conforme segue:

- (3a) A marcha para Oeste não conta com os elementos capazes de precipitar o progresso, ativar a economia, acelerar a cultura, ampliar as zonas de conhecimento do homem em função do trabalho e da terra.
- (3b) Sem o progresso, a ativação da economia, a aceleração da cultura, a ampliação das zonas de conhecimento do homem em função do trabalho e da terra, a marcha para Oeste não acontecerá.

Por essas articulações podemos considerar que a marcha para Oeste está determinada por progresso, economia e cultura. Essas determinações apresentadas no enunciado (3) estão relacionadas com a não ocorrência da marcha que depende desses fatores para ocorrer. Desse modo, temos a seguinte relação de determinação para a marcha para Oeste:



No enunciado (4) a marcha para Oeste é, mais uma vez, reescriturada por repetição da seguinte forma:

- 4. “**A marcha para Oeste é um outro mundo descoberto**, serão formas, cores, atividades novas, entrando subitamente no quadro das riquezas ativas que constituem o corpo atual do Brasil”.

Por esse enunciado a marcha para Oeste não compõe as riquezas do Brasil, sendo apontada ainda como “um outro mundo”, mesmo que já descoberto. Esse outro mundo poderá, futuramente, constituir as riquezas que compõem o Brasil, mas até o

momento é apontado como oposição a ele. Isso nos permite apresentar as seguintes paráfrases:

(4a) há riquezas (no Brasil) que não constituem (não contam no) o Brasil.

(4b) A marcha para Oeste fará estas riquezas constituírem (contarem para) o Brasil.

Nessas articulações a marcha é determinada do seguinte modo:

|                                                                                                                     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| $\begin{array}{c} \textit{Novas riquezas constituirão o Brasil} \\ \perp \\ \textit{Marcha para Oeste} \end{array}$ |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Nesta medida, podemos dizer que a Marcha pode ser interpretada como determinando o sentido de riquezas do Brasil:

|                                                                             |
|-----------------------------------------------------------------------------|
| $\textit{Marcha para Oeste} \vdash \textit{riqueza} \vdash \textit{Brasil}$ |
|-----------------------------------------------------------------------------|

No recorte (5) a seguir, temos outra reescrituração de marcha para Oeste por repetição. Nesse enunciado está sendo apontado um futuro relacionado à marcha, em que a partir dela o Brasil se tornará poderoso.

5. “**A marcha para Oeste** revelará aos brasileiros outro e poderoso Brasil”.

O enunciado (5), nós o parafraseamos do seguinte modo:

(5a) A marcha para Oeste revelará aos brasileiros outro Brasil.

(5b) O Brasil que a marcha para Oeste revelará poderoso.

*Marcha para Oeste*  $\dashv$  *Brasil poderoso*

As relações de determinação observadas até este momento da análise nos permitem apresentar os seguintes DSDs:

DSD 1

*economia*  
 $\perp$   
*progresso*  $\dashv$  *Marcha para Oeste*  $\dashv$  *cultura*  
 $\top$   
*novas riquezas constituirão o Brasil*

DSD 2

*Marcha para Oeste*  $\dashv$  *riqueza*  $\dashv$  *Brasil*  
 $\perp$   
*Brasil poderoso*

A análise desenvolvida até este momento nos permite observar que há duas direções de sentido determinando a marcha para Oeste, pois de um lado temos uma marcha que está sendo determinada por economia, progresso, cultura e “novas riquezas constituirão o Brasil”, enquanto por outro temos a marcha determinando a riqueza do Brasil e um “Brasil poderoso”. Essas determinações produzem um duplo sentido para a marcha. Nessa direção, a duplicidade apresentada neste acontecimento projeta um futuro em que esse sentido poderá se tornar claro, desfazendo-se a duplicidade.

Como foi observado no início desta análise a reescrituração de “marcha para Oeste” no enunciado (1) indica que “marchar para Oeste” é “marchar para o interior”. Desse modo, se torna importante para essa análise a observação das determinações apresentadas para Oeste. Essas determinações ocorrem nos seguintes recortes que são apresentados retomando, quando for necessário repeti-los, ou dando sequência aos anteriores:

1. “**A Marcha para Oeste** só pode ser uma realidade quando as estradas de ferro, em numero suficiente e em condições econômicas, partirem do litoral e dos centros populosos como o Rio de Janeiro e São Paulo, **rumando para o interior**” (grifo nosso).
6. “Enquanto os centros populosos de **Goiás e Mato Grosso** permanecerem fechados a toda expansão, [...] a **expansão do Oeste** será uma aspiração, expressão colorida e bonita, destinada a despertar confiança no futuro, quando os homens a resolverem” (grifo nosso).
7. “Devemos ter sempre em vista, diante da **expansão do Oeste**, que este Oeste de que tanto agora se fala, não é uma ficção, é uma flagrante realidade geográfica de quase três milhões de quilômetros quadrados, escassamente civilizados, porque as distancias, os transportes caros e inexistentes, não lhe permite progredir, nega-lhe o direito de constituir-se um elemento de grandeza no computo da vida nacional” (grifo nosso).
8. “**O Oeste** [...] reúne riquezas capazes de promover o bem-estar e a prosperidade não só da região, como de todo o país” (grifo nosso).

Nas articulações apresentadas no enunciado (1), a marcha para Oeste deve acontecer do litoral para o interior, o que coloca essas direções como opostas e marca a importância do litoral para a realização da marcha. Nessa medida, é importante observar que há uma relação entre Oeste e interior em que:

*Interior* — *Oeste*

Essa determinação coloca uma oposição a litoral que está ocorrendo na seguinte determinação:

*Rio de Janeiro — litoral — São Paulo*

Essas determinações confirmam as relações apresentadas na primeira análise desta tese que aponta que a direção da marcha para Oeste deve ocorrer de Leste para Oeste.

Dando continuidade à observação das articulações e determinações da palavra Oeste, temos o enunciado (6) que diz:

6. “enquanto os centros populosos de Goiás e Mato Grosso permanecerem fechados a toda expansão, [...] a expansão do Oeste será uma aspiração, expressão colorida e bonita, destinada a despertar confiança no futuro, quando os homens a resolverem” (grifo nosso).

Esse enunciado, ao apontar a expansão dos centros populosos de Goiás e de Mato Grosso como a expansão do Oeste, aponta Goiás e Mato Grosso como reescrituras de Oeste. Desse modo temos enquanto determinação:

*Goiás — Oeste — Mato Grosso*

Na sequência, no recorte (7), Oeste aparece em um enunciado em que está sendo definido por “uma flagrante realidade geográfica de quase três milhões de quilômetros quadrados, escassamente civilizados”, da seguinte forma:

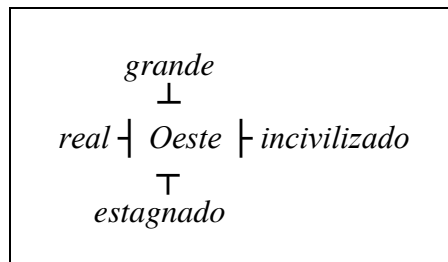
7. “Devemos ter sempre em vista, diante da expansão do Oeste, que este Oeste de que tanto agora se fala, não é uma ficção, é uma flagrante realidade geográfica de quase três milhões de quilômetros quadrados, escassamente civilizados, porque as distancias, os transportes caros e inexistentes, não

lhe permite progredir, nega-lhe o direito de constituir-se um elemento de grandeza no computo da vida nacional” (grifo nosso).

Esse enunciado pode ser parafraseado conforme segue:

(7a) O Oeste é real, grande, incivilizado e estagnado (sem progresso).

Isso produz a seguinte relação de determinação para Oeste:



Outras reescrituras de Oeste que é importante observarmos estão no seguinte enunciado:

8. “O Oeste tem campos para todas as culturas agrícolas, inclusive o trigo e a vinha dos climas temperados, o Oeste guarda minérios do mais rico teor, possui ferro, cobre, níquel e, ao que informam notícias recentes, até carvão, o que quer dizer que reúne riquezas capazes de promover o bem-estar e a prosperidade não só da região, como de todo o país” (sic).

Nesse recorte o Oeste está sendo reescriturado por repetição e por elipse e predicado por vários elementos que compõem as riquezas naturais da região. Esses elementos naturais são condensados por “riquezas capazes de promover o bem-estar e a prosperidade não só da região, como de todo o país”. Desse modo, podemos parafrasear o enunciado (8) da seguinte forma:

(8a) O Oeste possui muitas riquezas naturais.

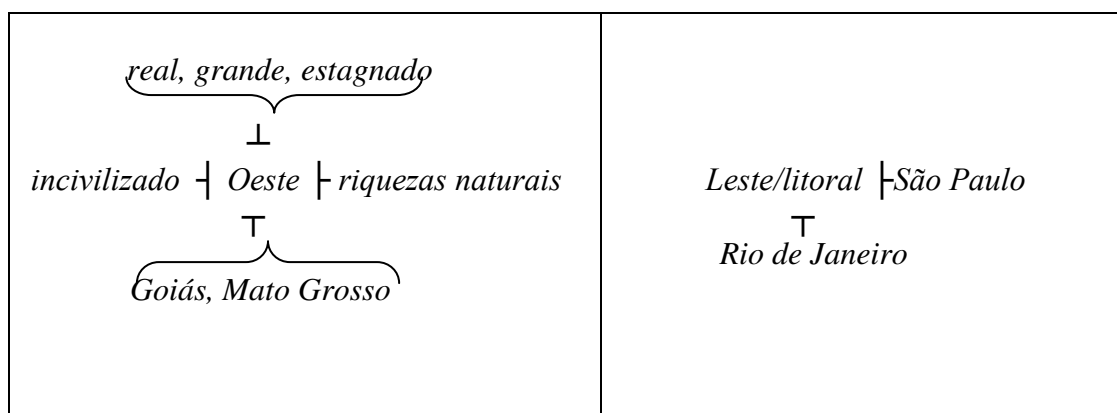
(8b) As riquezas do Oeste podem produzir o bem-estar e a prosperidade da região e do país.

Por essas articulações o Oeste está sendo determinado também por riquezas naturais, conforme segue:

$$\text{riquezas naturais} \vdash \text{Oeste}$$

As determinações apresentadas para Oeste nas descrições acima nos permitem apresentar o seguinte DSD:

DSD 3



Esse DSD, conforme comentamos acima, reforça o sentido em que o Oeste está em oposição ao Leste. Ele mostra que é do Leste/litoral, que neste acontecimento está especificado por Rio de Janeiro e São Paulo, que deve partir a marcha para Oeste, sendo o Oeste é especificado como Goiás e Mato Grosso. Nessas relações, não somente a direção como também os Estados envolvidos na marcha estão sendo bem definidos.

As muitas determinações apresentadas para o Oeste o significam ainda enquanto um espaço incivilizado, estagnado, mas com muitas riquezas naturais a serem exploradas.

### 7.1.3 A construção da argumentação para “é possível realizar a marcha para Oeste”

A análise que desenvolveremos na sequência tem como objetivo compreender como vai se constituindo, no acontecimento analisado, uma orientação argumentativa em relação à realização da “marcha para Oeste” e como essa argumentação está relacionada com o sentido dessa “marcha”, observado no DSD acima<sup>32</sup>. Para tanto será observado também como o Locutor ao ser agenciado a falar do lugar social de cientista social institui um interlocutor (alocutário) e que interlocutor é esse para quem se argumenta no sentido da necessidade de realização da marcha para Oeste e da forma como ela precisa ser realizada, “nos moldes em que o governo a traçou”. Esse alocutário poderia ser os brasileiros que residem em São Paulo e no Rio de Janeiro ou, de modo mais restrito, os empreendedores daquelas regiões – pois é de lá que a marcha deve partir para o interior – mas também a população do Oeste, já que o texto está publicado num jornal de Mato Grosso.

Todo esse acontecimento é um modo como o locutor-cientista social, ao falar do lugar de enunciador individual, argumenta em relação à necessidade de realizar a “marcha para Oeste”. Para sustentar essa conclusão são apresentados vários argumentos ao longo de todo o texto que, de modo geral, se relacionam na seguinte direção: X, *entretanto* Y, *mas* Z. Vamos analisar esses argumentos e a forma como eles se articulam. Começemos por observar o recorte (1) que diz:

1. “A Marcha para Oeste só pode ser uma realidade quando as estradas de ferro, em numero suficiente e em condições econômicas, partirem do litoral e dos centros populosos como o Rio de Janeiro e São Paulo, rumando para o interior”.

---

<sup>32</sup> Para essa análise serão observados alguns recortes que foram selecionados também para a análise dos DSDs, acima, por isso mantivemos a numeração dos recortes já utilizados e acrescentamos outros, mas buscando manter a ordem em que aparecem no texto. Isso poderá ser observado ao longo da análise.

Esse enunciado (1) pode ser parafraseado da seguinte forma:

- (1a) A marcha para Oeste pode ser uma realidade quando as estradas de ferro, em número suficiente e em condições econômicas, partirem do litoral e dos centros populosos como o Rio de Janeiro e São Paulo, rumando para o interior.
- (1b) A marcha para Oeste não é uma realidade porque as estradas de ferro, em número suficiente e em condições econômicas, não partiram do litoral e dos centros populosos como o Rio de Janeiro e São Paulo, rumando para o interior.

As relações observadas nesse enunciado (1) apontam que a marcha para Oeste não está sendo realizada e que há uma condição para a sua realização. Essa condição é “as estradas de ferro, em numero suficiente e em condições econômicas partirem do litoral e dos centros populosos como o Rio de Janeiro e São Paulo, rumando para o interior”. Essa é apresentada como uma e única possibilidade para que a marcha se torne realidade.

Desse modo, ao incidir sobre o enunciado (1), o “só” argumenta para é preciso que “as estradas de ferro, em numero suficiente e em condições econômicas [partam] do litoral e dos centros populosos como o Rio de Janeiro e São Paulo, rumando para o interior”. Nessa direção, esse argumento fica estabelecido como uma necessidade para a realização da marcha para Oeste e para “a expansão do Oeste” que, aparece como reescrituração de “marcha para Oeste” e que é apresentado como “uma flagrante realidade geográfica de quase três milhões de quilômetros quadrados, escassamente civilizados, porque as distancias, os transportes caros e inexistentes, não lhe permite progredir, nega-lhe o direito de constituir-se um elemento de grandeza no compute da vida nacional”. Essas características e necessidades apresentadas para o Oeste é o que dificulta, se opõe, à realização da marcha.

O argumento apresentado em (1) aponta para o sentido de que diante da realidade atual não dá para fazer a marcha para Oeste, é preciso atender às condições necessárias para que a “marcha para Oeste” se torne uma realidade. Desse modo a realização da marcha está sendo significada como necessária, mas está vinculada a certas

condições que dificultam a sua realização como, por exemplo, a falta de transportes e a escassez da civilização, o que leva à ausência do progresso.

A apresentação dessa restrição à possibilidade de tornar a marcha “uma realidade” reitera a importância dessa marcha e, por isso, da solução para as necessidades apresentadas. Nessas relações, o que está sendo apresentado é reconhecido como a única possibilidade para tornar a “marcha para Oeste” uma realidade. Podemos apresentar, então, as seguintes paráfrases para o enunciado (1):

1’ – A partida das estradas de ferro, em número suficiente e em condições econômicas, do litoral e dos centros populosos como o Rio de Janeiro e São Paulo, rumando para o interior é a possibilidade para que a marcha para Oeste se torne uma realidade.

Ou ainda,

1’’ – É necessário que as estradas de ferro, em número suficiente e em condições econômicas, partam do litoral e dos centros populosos como o Rio de Janeiro e São Paulo, rumando para o interior, para que o Oeste se torne uma realidade.

Desse modo, o enunciado (1) aponta para a conclusão de que diante das atuais circunstâncias não dá para realizar a marcha para Oeste. Mas, temos na sequência, um contra-argumento a essa conclusão. Um argumento que se apresenta como uma oposição a ( $\sim$ r), à não realização da marcha para Oeste. Esse argumento é introduzido pelo operador argumentativo **entretanto**, que está no recorte (3) abaixo:

5. “Pensando bem, **entretanto**, o observador que se detenha diante da expressão “marcha para o Oeste”, não pode deixar de sentir-se preso pela fascinação que essas riquezas em potencial representam. O Oeste tem campos para todas as culturas agrícolas, inclusive o trigo e a vinha dos climas temperados, o Oeste guarda minérios do mais rico teor, possui ferro, cobre, níquel e, ao que informam notícias recentes, até carvão, o que quer dizer que reúne riquezas capazes de promover o bem-estar e a prosperidade não só da região, como de todo o país”.

Esse enunciado afirma a possibilidade de realização da marcha para Oeste a partir do argumento de que o Oeste possui “riquezas em potencial, [...] tem campos para todas as culturas agrícolas, inclusive o trigo e a vinha dos climas temperados, o Oeste guarda minérios do mais rico teor, possui ferro, cobre, níquel e, ao que informam notícias recentes, até carvão”.

Esse argumento apresentado pelo **entretanto** orienta para a conclusão de que é possível realizar a marcha para Oeste. O operador argumentativo **entretanto**, apresenta uma oposição entre o argumento da escassez de civilização e da falta de progresso do Oeste, e as “riquezas em potencial” existentes no Oeste. Nessa direção o **entretanto** opõe à escassez de progresso e de civilização do Oeste as riquezas que são apresentadas como vantagem para a realização da marcha e que são “riquezas capazes de promover o bem-estar e a prosperidade não só da região, como de todo o país”.

A essa conclusão da possibilidade de realização da marcha, o Locutor apresenta uma outra oposição introduzida pelo operador argumentativo **mas**. Esse argumento se opõe ao anterior ao afirmar que, mesmo com todas essas qualidades do Oeste, para que a marcha seja realizada ela “**necessita** de incluir uma vasta quilometragem ferroviária” e muitas outras ações que são descritas no recorte (4) conforme segue:

4. “**Mas** não será com as estradas atuais, mesmo com a sua quilometragem acrescida, multiplicada por dez, que a marcha para Oeste terá produzido resultados. A marcha para Oeste tem que ser coisa concreta, nos moldes em que o governo a traçou. A marcha para Oeste **necessita** de incluir uma vasta quilometragem ferroviária, uma ampla rede rodoviária de intercomunicação, um avisado serviço de saneamento e instrução, sanidade no homem, fortalecimento nos espíritos, escola, biblioteca, laboratórios, hospitais, radio, imprensa, aviação, todos os elementos capazes de precipitar o progresso, ativar a economia, acelerar a cultura, ampliar as zonas de conhecimento do homem em função do trabalho e da terra” (Grifos nossos).

Nessa sequência o Locutor apresenta um enunciado que diz que “a marcha para Oeste tem que ser coisa concreta, nos moldes em que o governo a traçou”. Desse modo, esse enunciado pode ser parafraseado da seguinte forma:

(4a) A marcha para Oeste não é concreta, porque não condiz com os moldes em que o governo a traçou.

(4b) A marcha para Oeste precisa se concretizar, para isso precisa seguir os moldes em que o governo a traçou.

Nessas relações é preciso considerar que o **mas** aponta para a conclusão de que mesmo tendo todas essas potencialidades, elas não são suficientes para que a marcha para Oeste seja concretizada. É preciso que seja realizada uma série de ações, seguindo os “moldes em que o governo a traçou”. Nesse sentido, são descritas as ações necessárias à realização da “marcha para Oeste”. Essas ações são reescrituradas por elementos capazes de precipitar o progresso. Assim, a marcha para Oeste ao incluir todos esses elementos se tornará concreta e produzirá o progresso. Desse modo, a orientação argumentativa presente nesse texto nos leva à conclusão (r), de que é preciso realizar a marcha para Oeste, é possível realizá-la, e sua realização é sustentada pelo sentido de progresso, civilização e expansão, reafirmando o sentido apresentado no DSD de que a marcha para Oeste determina o progresso, a civilização e a expansão. Desse modo a designação apresentada no DSD sustenta a argumentação sobre a importância da realização da marcha para Oeste que levará para Oeste a cultura, a civilização e o progresso. As relações observadas nesta análise acrescentam ainda à importância da marcha para Oeste um sentido de que ela sustenta a posição do governo.

Diante das considerações apresentadas na análise desenvolvida acima observamos que o argumento apresentado em (1) é de um Locutor que fala da posição de locutor-cientista social e que argumenta no sentido de que é preciso atender às condições para que a “marcha para Oeste” se torne uma realidade. Desse modo a realização da marcha está sendo significanda como necessária, mas está vinculada a certas condições. A apresentação dessa restrição à possibilidade de tornar a marcha “uma realidade” reitera a importância dessa marcha e, por isso, da solução para as condições apresentadas. Nessas relações, ao argumentar, o Locutor se divide produzindo dois enunciadores:

E. Genérico – (1a) A marcha para Oeste não é uma realidade.

E. Genérico – (1b) A marcha para Oeste pode se tornar uma realidade.

E. Individual – (1c) A marcha será uma realidade quando as estradas de ferro, em numero suficiente e em condições econômicas, partirem do litoral e dos centros populosos como o Rio de Janeiro e São Paulo, rumando para o interior.

Essas relações apresentam (1a) e (1b) como pressuposição, por um enunciador genérico, e afirma (1c) por um enunciador individual. Isso deixa clara a divisão do locutor, que neste caso se constitui enquanto locutor-cientista social, enunciador genérico e enunciador individual. Desse modo, o Locutor, ao falar do lugar de enunciador genérico afirma a existência de uma possibilidade para tornar a “marcha para Oeste” uma realidade, essa possibilidade é conhecida por todos. Da posição de enunciador individual, é negada, pelo Locutor, a existência de outra possibilidade que não seja “quando as estradas de ferro, em numero suficiente e em condições econômicas, partirem do litoral e dos centros populosos como o Rio de Janeiro e São Paulo, rumando para o interior”. Nesse sentido, o que está sendo apresentado é reconhecido como a única possibilidade para tornar a “marcha para Oeste” uma realidade.

O locutor-cientista social, ao afirmar a necessidade de realização da marcha para Oeste se dirige a um alocutário referido, no recorte (1), como “os homens”, em: a “expansão do Oeste será uma aspiração, expressão colorida e bonita, destinada a despertar confiança no futuro, quando os homens a resolverem”. Nesse momento é instalado o lugar do alocutário no texto, “os homens” que podem resolver os problemas que dificultam a realização da marcha. Alguns desses problemas são a quantidade e a qualidade das estradas de ferro que se dirigem ao interior. Além dessa necessidade há outras que são descritas no recorte (4) como:

“necessita incluir uma vasta quilometragem ferroviária, uma ampla rede rodoviária de intercomunicação, um avisado serviço de saneamento e instrução, sanidade no homem, fortalecimento nos espíritos, escola, biblioteca, laboratórios, hospitais, radio, imprensa, aviação, todos os elementos capazes de precipitar o progresso, ativar a economia, acelerar a cultura, ampliar as zonas de conhecimento do homem em função do trabalho e da terra”.

Todas essas obras necessárias à realização da marcha para Oeste podem ser construídas tanto pelo governo como por empresários particulares (empreendedores) dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, mas ao falar do lugar do cientista social, defender a proposta governamental e se dirigir “aos homens” como responsáveis pela solução da marcha, o locutor se refere mais diretamente aos empreendedores, então temos um alocutário-empreendedor. Desse modo, a orientação argumentativa do texto ao apresentar como conclusão a necessidade de realização da marcha para Oeste, se dirige a esse alocutário-empreendedor que precisa desenvolver as ações necessárias à realização dessa marcha, inclusive porque, como foi observado, nas duas análises acima, a realização da marcha proporcionará a expansão, a civilização e o progresso a todo o Brasil.

#### **7.1.4 Algumas considerações**

O DSD (1), conforme comentamos acima, traz, como no primeiro texto, o sentido de que o Oeste está em oposição ao Leste. Ele mostra que é do Leste/litoral, que nesse acontecimento está especificado por Rio de Janeiro e São Paulo, que deve partir a “marcha para Oeste”. Nessas relações, são apontados apenas São Paulo e Rio de Janeiro como os Estados de onde a “marcha para Oeste” deve partir.

As determinações apresentadas para o “Oeste” o significam ainda enquanto um espaço incivilizado, estagnado, mas com riquezas naturais a serem exploradas, enquanto o Leste é civilizado, desenvolvido/tem progresso. Nessas relações, a marcha que deverá ocorrer para Oeste levará do Leste a civilização e o progresso e, em contrapartida terá do Oeste as “riquezas em potencial”. Desse modo, essas duas regiões são importantes na sustentação do país, e da posição do governo.

Nessa medida, a “marcha para Oeste” é a responsável por desfazer a oposição existente entre o “Oeste” (interior) e o “Leste” (litoral), produzindo um sentido de igualdade para essas regiões na constituição do Brasil.

Pelas relações observadas na análise da orientação argumentativa, é apresentada uma direção para a conclusão de que é necessário que a marcha para Oeste seja realizada.

Nessa direção, esses argumentos produzem o sentido de que a marcha para Oeste precisa ocorrer como um projeto do governo e que necessita, além da inclusão de inúmeras ações, receber uma atenção especial por parte dos empreendedores de São Paulo e do Rio de Janeiro, esse interesse e dedicação é fundamental à realização da marcha para Oeste que, sendo realizada proporcionará a expansão, a civilização e o progresso de todo o país.

Como se vê, há aspectos de sentido que se repetem, entre este texto e o primeiro analisado, mesmo que ao argumentar cada texto procura sustentar uma necessidade de ações diferentes.

Pelas relações analisadas neste acontecimento, o memorável apresentado é o da colonização do Brasil que ocorreu no litoral e o futuro de sentido apontado é o da igualdade entre as regiões Leste e Oeste.



## **CAPÍTULO VIII**

### **A MARCHA PARA O PROGRESSO**

Vamos tomar agora o texto “Para o Oeste”, publicado no mesmo jornal o Estado de Mato Grosso, em 06 de abril de 1941. Neste capítulo será também analisado o funcionamento semântico-enunciativo da expressão “marcha para Oeste” que ocorre na relação com a palavra “progresso”.

### Texto 3

#### Para o Oeste

(DE MANUEL DUARTE, ex-Presidente do Estado do Rio)

Volta-se à vaca fria, ao desbravamento dos sertões do Oeste. É para aí que se tem de encaminhar, de fato, o trabalho de civilização brasileira. O chefe do Estado, indicando esse caminho às ambições econômicas e à sedução dos homens, não o fez por simples palpite nem por considerações sentimentais de indianista ou sertanista. Fê-lo porque esse é, de fato, o sentido da brasilidade, porque aí é que está o coração da Pátria, o seu futuro, o seu desenvolvimento. Fê-lo porque desde os primórdios de nossa civilização, temos andado sempre para Oeste, na derrota cerúlea do Sol. O caminho para Oeste é a marcha que se impõe à nossa cultura, à nossa economia e ao nosso progresso, **porque** é aí que encontramos, de par com uma raça nacional, os elementos naturais para podermos fazer uma vida autônoma e inteiramente nossa. A marcha para Oeste é o povoamento econômico do solo, o inteligente traçado da linha de penetração que terá de desbravar os recônditos desvãos da nossa terra ao homem nacional. A civilização oceânica ou marítima é uma invasão. É o pouso dos primeiros imigrantes, ávidos de lucro e que se contentam, no trato do comércio, a fazer a fácil fortuna que a terra promete. É, a bem dizer, um ensaio, o primeiro desbordo das populações que se abeiram do nosso território. A orla marítima fica quase sempre presa a outras civilizações alienígenas que, em vez de se adaptarem à terra, porfiam para que a terra se adapte a elas. **Precisamos nos abrigar e isso só conseguiremos penetrando o ínvio sertão** onde mora a raça primitiva, dona da terra e a ela ligada por traços milenares. **Precisamos criar** para a civilização brasileira uma base territorial que seja inteiramente nossa pela cultura, pelo chão agrícola e pelos hábitos de vida, modificada à feição da raça. A marcha para Oeste é, assim, a marcha significativa da nossa verdadeira independência econômica, o caminho natural em que deveremos fazer o percurso histórico que nos está destinado. É nesse trilho que construiremos o fundo territorial econômico que dará assento às grandes formações demográficas. O caminho do Oeste, como bem disse o Presidente Getúlio Vargas, é o caminho do Brasil, o grande tronco que formará o eixo da civilização brasileira e por onde se expandirá em grandes conquistas, o gênio comercial, industrial, econômico, enfim, da raça. Encontraremos nesse fundo de sertão o espírito da nacionalidade, íntegro, coeso, capaz de inspirar grandes coisas ao pensamento nacional e dar

grandes heróis à Pátria. O Brasil não é a orla litorânea, onde o caboclo se estiola, vendo que se mascara uma civilização para nos ser dada, como se não pudéssemos, nós mesmos, criar um tipo de civilização que nos seja mais peculiar e próprio. O litoral é a terra que serve da transição entre o que é estranho e o que é inteiramente nosso; é o ponto de ligação necessária entre a maneira secular de viver do mundo oceânico e o modo, completamente novo e inédito, de ser prestável e útil ao progresso. O litoral é o internacionalismo dissolvente, em que o que predomina, no espírito do povo, é a ambição do lucro rápido e tumultuoso. Está claro que não podemos repudiar isso tudo, no seu complexo de circunstâncias, mas devemos modalizar o desenvolvimento progressivo à nossa maneira, isto é, a uma maneira que seja da terra e que à terra se prenda, numa relação de causa e efeito. Para isso a marcha para Oeste é o de que **precisamos**, porque, sem cortar a ligação natural com a civilização da orla marítima, teremos o contato da terra virgem que nos dará e firmará a personalidade patriótica e nos inspirará o sentido cívico da nossa civilização. Atravessando o Brasil, para Oeste, tem-se-o atravessado na sua maior largura, trazendo os Andes para mais perto e, assim, aproximando para a obra da economia universal, os dois oceanos, o Atlântico e o Pacífico, em cujas margens e praias americanas se desenvolve a maior, mais fulgida e mais fecunda civilização de que nos dá conta a história. Marchemos, pois, para o Oeste brasileiro, porque desse modo marcharemos para o progresso e a civilização.

## 8.1 A análise

### 8.1.1A constituição da Cena Enunciativa

Neste acontecimento a *cena enunciativa* apresenta um Locutor (L) que está sendo agenciado do lugar social de locutor-político (lx). Este lugar é marcado por uma indicação, logo abaixo do título do texto, que evidencia o nome de quem o assina e a posição ocupada por ele: DE MANUEL DUARTE, ex-presidente do Estado do Rio. Essa indicação mostra que Manuel Duarte ocupou uma posição na política brasileira. Desse modo, esse Locutor ao ser agenciado a falar da “marcha para Oeste” está autorizado a tratá-la como um tema já muito abordado no meio político, mas que se apresenta como uma proposta não realizada e cuja realização é necessária.

Além dessa indicação, esse lugar social de locutor-político está marcado também por alguns enunciados presentes no texto, em que o locutor, ao falar do lugar de locutor-político, apoia e sustenta a posição do governo e se inclui nessa posição, como, por exemplo, (onde o *de fato* significa a assunção da posição do governo pelo Locutor):

“o chefe do Estado, indicando esse caminho às ambições econômicas e à sedução dos homens, não o fez por simples palpite nem por considerações sentimentais de indianista ou sertanista. Fê-lo porque esse é, **de fato**, o sentido da brasilidade, porque aí é que está o coração da Pátria, o seu futuro, o seu desenvolvimento. [...] O caminho para Oeste é a marcha que se impõe à nossa cultura, à nossa economia e ao nosso progresso, porque é aí que encontramos, de par com uma raça nacional, os elementos naturais para podermos fazer uma vida autônoma e inteiramente nossa”.

E mais adiante em (quando o *como bem disse o Presidente*, faz o mesmo):

“o caminho do Oeste, **como bem disse o Presidente** Getúlio Vargas, é o caminho do Brasil, o grande tronco que formará o eixo da civilização brasileira e por onde se expandirá em grandes conquistas, o gênio comercial, industrial, econômico, enfim, da raça”.

Como se vê, esse locutor, ao falar do lugar da política brasileira e sustentar a posição do governo, o faz de um lugar social autorizado, como autoridade na política brasileira e/ou no governo.

Nesta medida, ao enunciar, o Locutor constitui para o texto o lugar do Alocutário. Esse lugar, constituído na enunciação, está marcado pelo emprego do “nós”. Além disso, as relações apresentadas nos permitem dizer que ao enunciar o Locutor, enquanto locutor-político, estabelece, neste acontecimento, o lugar de um duplo alocutário. Sendo que, por exemplo, ao dizer que “**precisamos nos** abasileirarmos”, “a marcha para Oeste é, assim, a marcha significativa da **nossa** verdadeira independência econômica, o caminho natural em que **deveremos** fazer o percurso histórico que **nos** está destinado”, o Locutor estabelece uma identidade brasileira, que pode marcar o lugar de um alocutário-povo brasileiro; e, ao dizer “é nesse trilho que **construiremos** o fundo territorial econômico que dará assento às grandes formações demográficas” o Locutor pode estar estabelecendo o lugar de uma classe brasileira que tem uma ação política, podendo ser um alocutário-político, que seria o responsável pelo desenvolvimento de meios para se assentar a população que se dirigirá ao Oeste. Nessas relações, observamos que em alguns momentos

o Locutor se dirige a um grupo mais restrito de Alocutários, outras vezes se dirige a todos, ao falar de modo mais geral.

O emprego do “nós”, neste acontecimento, produz uma ambiguidade, pois marca a inclusão do Locutor entre os Alocutários, mas não define qual dos Alocutários. Ou seja, é um “nós” locutor-político + alocutário-político e é um “nós” locutor-político + alocutário-povo brasileiro. Nessa medida, a enunciação deste texto pode estar sendo apresentada como ocorrendo do lugar do político para o político e do lugar do político para o povo brasileiro, mas, especialmente, do lugar de um Locutor que se coloca nas duas categorias de Alocutário. Isso significa uma igualdade entre Locutor e Alocutário. O que pode ser observado nos enunciados que são marcados pelo emprego do pronome pessoal, sempre na primeira pessoa do plural “nós”, ao longo de todo o texto.

Além disso, ao se colocar na posição de Locutor e Alocutário teríamos, conforme Guimarães (2011), um Enunciador-universal; aquele que diz do lugar da verdade, pois toma o lugar social de locutor-político que fala para um alocutário-político, se significando como um igual aos seus iguais; mas ao falar ao alocutário-povo brasileiro é estabelecido um enunciador-genérico, pois a enunciação representa o Locutor como difuso num todos em que o indivíduo fala consigo e com outros indivíduos.

Desse modo temos:

$$\text{Locutor} - \text{locutor-político} \left\{ \begin{array}{l} \text{alocutário-povo brasileiro} - \text{Alocutário} \\ \text{alocutário-político} - \text{Alocutário} \end{array} \right.$$

Nessa direção o locutor-político sustenta a importância do alocutário-político brasileiro desenvolver/criar condições para que a “civilização brasileira” possa se dirigir ao Oeste e realizar a “marcha para Oeste”; e que é necessário que o alocutário-povo brasileiro se dirija para o Oeste realizando a “marcha para Oeste”.

### 8.1.2 O DSD de marcha para Oeste e progresso

O acontecimento que estamos analisando apresenta como destaque a expressão “Para o Oeste”. Essa expressão traz a indicação de uma direção a ser seguida, em sentido Oeste. Pelas relações observadas neste acontecimento enunciativo, essa expressão “para o Oeste” é uma reescrituração, por condensação, de “marcha para Oeste”.

A expressão “marcha para Oeste” ocorre reescriturada diversas vezes ao longo do texto, por **repetição**: A marcha para Oeste, para Oeste (repetição por redução); por **especificação**: O caminho para Oeste, O caminho do Oeste, o caminho do Brasil, para o progresso e a civilização; por **expansão**: marcha significativa da nossa verdadeira independência econômica, o caminho natural em que deveremos fazer o percurso histórico que nos está destinado; por **substituição**: nesse trilho, para o Oeste brasileiro. Nessas relações, a “marcha para Oeste” é apresentada, várias vezes, como sinônimo de “caminho” e predicada pelas vantagens que a exploração desse caminho possibilitará: o progresso e a civilização.

São muitas as reescriturações de “marcha para Oeste” nesse texto que estamos analisando, mas escolhemos apenas algumas, que acreditamos serem suficientes, para compreendermos o sentido dessa “marcha” presente no texto. Segue abaixo os recortes selecionados:

1. “**O caminho para Oeste** é a marcha que se impõe à nossa cultura, à nossa economia e ao nosso progresso porque é aí que encontramos, de par com uma raça nacional, os elementos naturais para podermos fazer uma vida autônoma e inteiramente nossa”.
2. “**A marcha para Oeste** é o povoamento econômico do solo, o inteligente traçado da linha de penetração que terá de desbravar os recônditos desvãos da nossa terra ao homem nacional”.
3. “**A marcha para Oeste** é, assim, a marcha significativa da nossa verdadeira independência econômica, o caminho natural em que deveremos fazer o percurso histórico que nos está destinado”.
4. “**O caminho do Oeste**, como bem disse o Presidente Getúlio Vargas, é o caminho do Brasil, o grande tronco que formará o eixo da civilização brasileira e por onde se expandirá em grandes conquistas, o gênio comercial, industrial, econômico, enfim, da raça”.

5. “Marchemos, pois, para o Oeste brasileiro, porque desse modo marcharemos para o progresso e a civilização”.

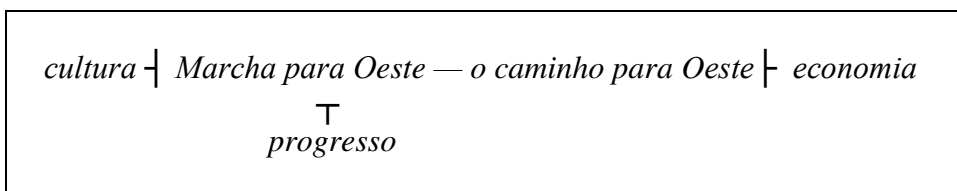
Entre esses recortes, nos primeiros quatro, a marcha para Oeste está sempre numa relação de predicação. Nessas relações ela é apontada como uma direção que se impõe e que é necessário seguir.

Conforme podemos observar no primeiro recorte, “a marcha para Oeste” está sendo reescrita por “o caminho para Oeste” e definida por “é a **marcha** que se impõe à nossa cultura, à nossa economia e ao nosso progresso”.

1. “**O caminho para Oeste é a marcha** que se impõe à nossa cultura, à nossa economia e ao nosso progresso porque é aí que encontramos, de par com uma raça nacional, os elementos naturais para podermos fazer uma vida autônoma e inteiramente nossa”.

Nessas relações, se “a marcha” reescreve por especificação “o caminho”, então “para Oeste” está sendo reescrito por “que se impõe à nossa cultura, à nossa economia e ao nosso progresso”. Desse modo, ir para Oeste é algo “que se impõe” à cultura, à economia e ao progresso do Brasil.

Nesse recorte a marcha para Oeste é reescrita por *substituição* (GUIMARÃES, 2009) por “o caminho para Oeste” e, “o caminho para Oeste” é reescrito por *expansão* (GUIMARÃES, *ibidem*) por “é a marcha que se impõe à nossa cultura, à nossa economia e ao nosso progresso”. Nesses casos, temos na *substituição* a produção do sentido de uma *especificação* (GUIMARÃES, *ibidem*), em que dizer “o caminho para Oeste” especifica “a marcha para Oeste”; e no segundo caso, na *expansão*, temos uma *definição* (GUIMARÃES, *ibidem*), desse modo a “marcha para Oeste” é determinada pela cultura, pela economia e pelo progresso do Brasil. Então temos a seguinte relação de determinação:



No recorte (2) ocorrem outras duas reescrituras da marcha para Oeste. A primeira por *repetição* “a marcha para Oeste” e a segunda por *expansão* “é o povoamento econômico do solo”. Essa *expansão* aponta uma nova *definição* para a marcha, que se trata de um “povoamento econômico”, a partir da predicação apresentada pelo verbo *ser*, como segue:

2. “**A marcha para Oeste** é o povoamento econômico do solo, o inteligente traçado da linha de penetração que terá de desbravar os recônditos desvãos da nossa terra ao homem nacional”.

Nessa direção, o Oeste é despovoado e “a marcha” é a responsável por povoá-lo e de modo “econômico”, logo “a marcha” está determinada por “povoamento econômico”, conforme representamos no DSD a seguir:

|                                                        |
|--------------------------------------------------------|
| <i>Povoamento econômico</i> — <i>Marcha para Oeste</i> |
|--------------------------------------------------------|

No recorte (3) interessa-nos observar a reescritura da marcha para Oeste que ocorre por *expansão* em “é [...] a marcha significativa da nossa verdadeira independência econômica”.

3. “**A marcha para Oeste** é, assim, a marcha significativa da nossa verdadeira independência econômica, o caminho natural em que deveremos fazer o percurso histórico que nos está destinado”.

Desse modo, temos como sentido uma *definição* em que “a marcha para Oeste” está sendo determinada por “independência econômica”.

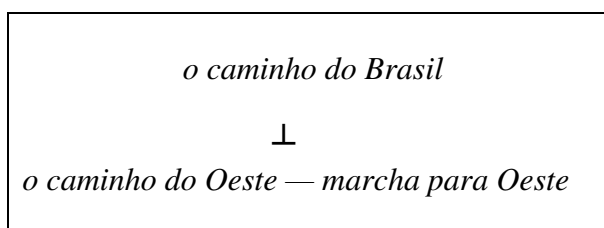
|                                                           |
|-----------------------------------------------------------|
| <i>Independência econômica</i> — <i>Marcha para Oeste</i> |
|-----------------------------------------------------------|

Desse modo, o Brasil não é independente economicamente e a marcha para Oeste é importante para a conquista dessa independência. Nessa direção, assim como foi apontado na relação de determinação do recorte (1) o sentido da marcha está determinado pela economia do Brasil.

Assim como nos recortes anteriores, no (4) também são apresentas duas reescrituras de marcha para Oeste.

4. “**O caminho do Oeste**, como bem disse o Presidente Getúlio Vargas, é o caminho do Brasil, o grande tronco que formará o eixo da civilização brasileira e por onde se expandirá em grandes conquistas, o gênio comercial, industrial, econômico, enfim, da raça”.

Ambas as reescrituras da marcha ocorrem por *especificação*, a primeira por “o caminho do Oeste” e a segunda por “é o caminho do Brasil”. Nessas relações ao se referir a “o caminho do Oeste” o Locutor está se referindo à “marcha para Oeste” por um efeito de *sinonímia*; e ao predicar a marcha por “é o caminho do Brasil” é produzida uma nova *definição* em que temos uma determinação da seguinte forma:



Nessas relações a marcha é ainda predicada como lugar de suporte futuro para a “civilização brasileira” e para a evolução econômica e humana. Desse modo, está sendo marcado, nesse acontecimento, que o Oeste é um espaço povoado apenas por primitivos.

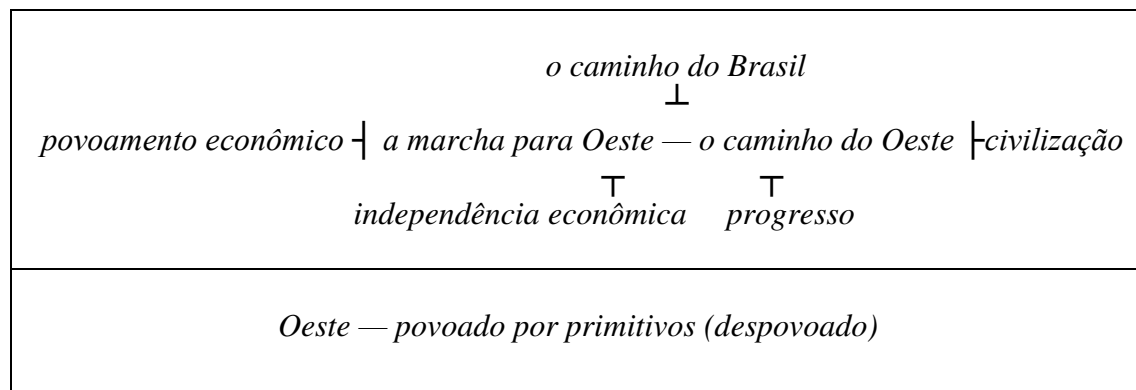
Já no recorte (5) a marcha para Oeste deixa de ser apresentada como nome e, passa a ser empregada como um verbo no modo imperativo “marchemos”. Desse modo, podemos observar que, se ao longo do texto está sendo dito o que é a marcha para Oeste e que é preciso marchar para Oeste, nesse momento é apresentada uma convocação “marchemos”:

5. “Marchemos, pois, para o Oeste brasileiro, porque desse modo marcharemos para o progresso e a civilização”.

Desse modo, é importante observarmos que a expressão “Marchemos [...] para o Oeste brasileiro” está reescrita por *substituição* por “marcharemos para o progresso e a civilização”. Por essas relações, “marchar para Oeste” é determinado por “marchar para o progresso e a civilização”. Essas relações apontam a seguinte determinação:

|                                                                                    |
|------------------------------------------------------------------------------------|
| $\text{marchar para o progresso e a civilização} \vdash \text{marchar para Oeste}$ |
|------------------------------------------------------------------------------------|

As relações apresentadas neste acontecimento apontam para a marcha para Oeste uma relação em que a marcha é determinada por caminho, povoamento independência econômica, civilização e progresso. Podendo já ser observada uma oposição entre o Oeste (primitivo) e a civilização do litoral (civilização oceânica). Diante dessas considerações podemos apresentar o seguinte DSD, onde o sentido da marcha para Oeste aparece num domínio de antonímia relativamente ao Oeste:



### 8.1.3 A construção da argumentação para “é preciso marchar para Oeste”

Analisaremos, no mesmo acontecimento enunciativo, como vai se constituindo uma orientação argumentativa em torno da “marcha para Oeste” e de que modo essa argumentação se relaciona ao sentido da marcha apresentado na designação acima. Para a análise dessa argumentação consideraremos, no agenciamento enunciativo, como ao falar do lugar social de locutor-político se argumenta para o alocutário-povo brasileiro em relação à necessidade de “marchar para Oeste” e, para tanto, argumenta-se para o alocutário-político em relação ao que é preciso criar/construir para dar “assento às grandes formações demográficas” que se constituirão no Oeste. Nesse sentido, as relações indicam a necessidade de realização da marcha para Oeste. Por essas relações há, em (1) **“O caminho para Oeste é a marcha** que se impõe à nossa cultura, à nossa economia e ao nosso progresso porque é aí que encontramos, de par com uma raça nacional, os elementos naturais para podermos fazer uma vida autônoma e inteiramente nossa”, um Locutor que se divide nos seguintes enunciadores:

E. Individual – (1a) Marchar para Oeste é necessário para a nossa cultura, a nossa economia e o nosso progresso.

E. Genérico – (1b) É no Oeste que encontramos, juntamente com os primitivos, os elementos naturais para podermos fazer uma vida autônoma e inteiramente nossa.

Ao enunciar enquanto enunciador Individual, em (1a), o Locutor aponta a marcha para Oeste como necessária; e enquanto enunciador Genérico (1b) o Locutor apresenta como razão para a realização da marcha para Oeste a união entre a “raça nacional/primitiva” e a “civilização brásilica/brasileira”.

Nessa direção, observamos que todo esse texto aponta para a direção de uma única conclusão (r), de que “é preciso marchar para Oeste” agora/imediatamente. A *orientação* das articulações argumentativas é constituída pelas afirmações apresentadas pelo Locutor e marcadas pela presença dos operadores argumentativos: *porque*, *assim*, *pois*, que apresentam uma explicação ou razão para uma conclusão. Esses argumentos se

relacionam da seguinte forma *X é Y, porque Z; X é, assim, Z; X é Y, porque W; X, pois, Y, porque Z*. E toda a argumentatividade destas articulações acaba por sustentar a conclusão da necessidade da Marcha. Nessas afirmações analisaremos os argumentos e a forma como eles se articulam nesses enunciados. Desse modo, temos o enunciado (1):

1. “**O caminho para Oeste é a marcha** que se impõe à nossa cultura, à nossa economia e ao nosso progresso porque é aí que encontramos, de par com uma raça nacional, os elementos naturais para podermos fazer uma vida autônoma e inteiramente nossa”.

Podemos parafrasear esse recorte da seguinte forma:

- (1a) É no Oeste que encontramos os elementos naturais para podermos fazer uma vida autônoma e inteiramente nossa, de par com uma raça nacional.
- (1b) Sem marchar para Oeste não encontramos os elementos naturais para podermos fazer uma vida autônoma e inteiramente nossa, de par com uma raça nacional.
- (1c) Marchar para Oeste é necessário para podermos fazer uma vida autônoma e inteiramente nossa, de par com uma raça nacional.

Essas relações, observadas no enunciado (1), apontam que marchar para Oeste é necessário. Diante dessa afirmação é apresentado um argumento colocado pelo “porque” que incide sobre essa afirmação e a justifica: “porque é aí [no Oeste] que encontramos [...] os elementos naturais para podermos fazer uma vida autônoma e inteiramente nossa”. Desse modo, ao incidir sobre o enunciado (1), o “porque” argumenta para “é preciso marchar para Oeste”. Nessa relação temos um Enunciador Genérico que diz “da marcha para Oeste” e um enunciador Individual que argumenta em relação à importância dessa marcha, à necessidade de realizá-la. Nessa mesma direção temos o enunciado (3), que diz:

3. “**A marcha para Oeste** é, assim, a marcha significativa da nossa verdadeira independência econômica, o caminho natural em que deveremos fazer o percurso histórico que nos está destinado”.

Nesse enunciado temos a presença da conclusiva “assim” que incide sobre os enunciados anteriores (reescriturados por a Marcha para Oeste) que afirmam a necessidade de “penetrar o ínvio sertão onde mora a raça primitiva” e de “criar uma base territorial para a civilização brasileira”. Nessa medida, o Oeste é o sertão habitado por primitivos e para onde a civilização brasileira deve penetrar. Essas relações apontam a oposição entre o Oeste habitado por primitivos e o litoral habitado pela civilização<sup>33</sup>. Essa oposição é observada nas relações de sentido analisadas na designação da marcha para Oeste apresentada no DSD acima.

Nessas relações, se o argumento é a marcha para Oeste, este argumento significa pela designação desta expressão, conforme apresentada no DSD acima. Assim, esse argumento inclui caminho, povoamento, independência econômica, civilização e progresso.

Esses enunciados trazem o argumento de que é preciso que a civilização adentre o sertão, mas que é preciso, primeiramente “criar uma base territorial” para a civilização. Ainda conforme o enunciado (3), a marcha para Oeste é significativa e predeterminada, ou seja, independente da vontade humana em algum momento ela ocorrerá. Nesse caso o que este acontecimento propõe é a realização imediata da marcha para Oeste.

Na sequência, temos o enunciado (4.1) que podemos representar da seguinte forma: X é Y *porque* Z.

4.1 “**a marcha para Oeste** é o de que precisamos, porque, sem cortar a ligação natural com a civilização da orla marítima, teremos o contato da terra virgem que nos dará e firmará a personalidade patriótica e nos inspirará o sentido cívico da nossa civilização”.

Nesse enunciado o Locutor apresenta a marcha como necessidade, a partir do Enunciador-Individual que diz que “a marcha para Oeste é o de que precisamos”. Ele apresenta um argumento para a realização dessa marcha, “porque teremos o contato da terra virgem que nos dará e firmará a personalidade patriótica e nos inspirará o sentido cívico da

---

<sup>33</sup> Essa relação também aparece nas análises 1 e 2 desta tese.

nossa civilização” e um segundo argumento que é “sem cortar a ligação natural com a civilização da orla marítima”.

Nesse enunciado (4.1), como nos anteriores, sustenta-se uma razão para a necessidade da marcha para Oeste. Esta razão é introduzida pelo operador argumentativo “porque” que apresenta como argumento “o contato da terra virgem” que é acrescentado ao da “civilização”; sendo a “terra virgem” a responsável por “firmar a personalidade patriótica e inspirar o sentido cívico da nossa civilização”. Nessas relações é apresentada como conclusão que é preciso marchar para Oeste, pois marchar para Oeste é aproximar/ligar o sertão e a civilização.

Enfim, temos o enunciado (5), em que a necessidade da marcha é apresentada como razão para o imperativo “marchemos”.

5. “**Marchemos, pois, para o Oeste brasileiro**, porque desse modo marcharemos para o progresso e a civilização”.

Esse enunciado se inicia com um verbo em sua forma imperativa “marchemos” e apresenta uma conclusão introduzida pela conclusiva “pois”. Essa conclusiva, mais a forma imperativa, apresenta este enunciado como a conclusão da qual não se pode escapar (realizar a marcha). Além desse operador argumentativo há ainda, nesse enunciado, a explicativa “porque” que justifica a importância de se marchar para Oeste, a razão apresentada pela orientação argumentativa é “o progresso e a civilização”. Desse modo, esses operadores apontam para a conclusão de que é preciso marchar para o Oeste brasileiro. Ao mesmo tempo, mesmo que o argumento da “terra virgem” tenha sido apresentado, o argumento decisivo é a “civilização” e o “progresso”.

#### **8.1.4 Algumas considerações**

As relações observadas nas análises acima apontam para o DSD de marcha para Oeste uma relação de sentidos em que a marcha é determinada por povoamento, economia, civilização e progresso. Esses são valores sociais que somente serão desenvolvidos com a

realização da marcha para Oeste, que nesse caso representa uma grande evolução para o Brasil.

Além disso, as relações apresentadas nesse acontecimento estabelecem uma oposição entre a civilização oceânica (do litoral) e a raça primitiva (do sertão). Nessas relações temos, enquanto sentido, o memorável da colonização do Brasil a partir do litoral. Nessa medida, temos o litoral civilizado e o Oeste primitivo, habitado por selvagens. Nessa direção, o que se projeta como futuro, nesse acontecimento é que essa oposição apresentada entre essas regiões do Brasil (Sudeste e Oeste) poderá ser desfeita quando o civilizado adentrar o sertão, isso deverá ocorrer com a realização da marcha para Oeste. Desse modo, a marcha é a responsável por desfazer essa oposição.

As relações observadas na análise argumentativa reafirmam a importância e a necessidade da marcha para Oeste que para ocorrer precisa de algumas realizações como a construção de uma “base territorial” e de um “fundo territorial econômico” para receber a civilização que adentrará o Oeste. Nessa direção, como vimos, o locutor-político, do lugar de enunciador genérico apresenta vários argumentos que apontam para o sentido da necessidade do alocutário-povo brasileiro se dirigir ao Oeste, penetrar o sertão levando a civilização, ampliando a economia e produzindo progresso. Esses argumentos apontam também a oposição entre o civilizado e o primitivo e a necessidade do civilizado adentrar o sertão. Nessa medida, podemos observar que a orientação argumentativa apresenta como conclusão que todos os civilizados “precisam marchar para Oeste” imediatamente.



## **CAPÍTULO IX**

### **A MARCHA PARA OESTE E A NECESSIDADE DE SER PATRIOTA**

Embora tratando-se de um texto de jornal, neste capítulo vamos analisar uma notícia publicada em *O Estado de Mato Grosso em 05 de julho de 1942*. Tal como nos capítulos anteriores, analisaremos o funcionamento enunciativo-argumentativo da expressão *marcha para Oeste*. Essa notícia tem como título: *Concluídas e entregues ao governo federal as obras do aprendizado agrícola de s. Vicente (sic)*. Juntamente com esta notícia interessa-nos observar outras duas que, assim como esta, tratam da construção do “Aprendizado Agrícola” em Mato Grosso e que, de alguma forma, apresentam questões que se entrelaçam. Desse modo, interessa-nos analisar como a notícia publicada em 1942 aborda a *marcha para Oeste* na relação com as palavras *progresso, moderno e desenvolvimento* e de que forma essas questões se entrecruzam nas demais notícias.

Essas outras duas notícias têm como título: “*A Mato Grosso está reservado um papel de grande futuro*” e *O Aprendizado Agrícola “Gustavo Dutra” Marcha resoluto para o adimplemento de sua função educativa*. Elas foram publicadas, respectivamente, em: 23 de novembro de 1944; e 05 de agosto de 1945. Desse modo temos três notícias publicadas, cada uma em um ano, entre 1942, 1944 e 1945. Todas essas notícias<sup>34</sup>, de alguma forma, abordam a *marcha para Oeste* na relação com as palavras *progresso, moderno e desenvolvimento*. Relações que constituem o foco de nossa análise.

#### Texto 4

### CONCLUÍDAS E ENTREGUES AO GOVÊRNO FEDERAL AS OBRAS DO APRENDIZADO AGRÍCOLA DE S. VICENTE<sup>35</sup>

Uma verdadeira cidade agrícola a magnífica obra realizada pelo Estado Novo em Mato Grosso<sup>36</sup>

Não foi em vão que o Presidente Getúlio Vargas atirou aos quatro ventos da pátria o brado renovador de *Rumo ao Oeste*.

A princípio os pessimistas e os que nutriam ainda a saudade amarga dos velhos tempos julgaram que a frase Brasília, viril e patriótica do Chefe Nacional resumia-se só e só numa

<sup>34</sup> Considerando a extensão dos textos e a semelhança entre as suas discussões, apresentamos no corpo da análise somente a primeira notícia publicada e abordaremos, ao longo da análise, os recortes das outras duas notícias.

<sup>35</sup> Corresponde à manchete apresentada no jornal, conforme descrita na análise.

<sup>36</sup> Esse é o título do texto que no jornal aparece em letras menores que as da manchete da notícia.

encenação de mero espanto. Mas veio depois o célebre discurso pronunciado na Bolívia, no qual o Presidente apontou o erro de outrora e a visão falha dos antigos estadistas brasileiros que se contentaram apenas com a colonização e o desenvolvimento do litoral e não puderam ou não quiseram compreender que a nação necessitava de um progresso uniforme, que aproveitasse todas as suas riquezas e se estendesse por todas as suas regiões.

Atestando a sinceridade e o verdadeiro sentido da marcha para o Oeste temos em Goiás a realização surpreendente de Goiânia, desta cidade que surgiu como por encanto, ao milagre da renovação material e espiritual do Brasil, e que hoje se ostenta à ribalta do palco imenso do progresso colossal do país.

Em Mato Grosso o sentido da marcha para o Oeste reponta e afirma-se gloriosa e esplendorosamente na renovação maravilhosa de Cuiabá, na prosperidade ascendente de todo o Estado e na grande ponte internacional que se vai levantando e atirando majestosa e arquitetônica sobre o rio Paraguai.

Uma prova a mais – e esta diante mesmo dos nossos olhos – do verdadeiro e genuíno e autêntico sentido da marcha para o Oeste temo-la agora com a entrega, por parte da companhia construtora “Pederneiras”, ao representante do Ministério da Agricultura, Engenheiro Ângelo Murgel, das obras gigantescas e verdadeiramente magníficas do Aprendizado Agrícola, de São Vicente a poucas léguas desta capital.

Nenhum reparo apresentou o representante do Ministério da Agricultura, sendo as obras julgadas perfeitas e de inteiro acordo com os planos e o contrato firmados pelo Ministério e aquela conceituada companhia construtora.

As construções do Aprendizado Agrícola ora entregues ao Governo constam de 17 edifícios, inclusive residências e instalações escolares, aviário e apiário.

Além dessas construções todas de estilo moderno, confortáveis e higiênicas, o Aprendizado possui importante usina hidro-elétrica para fornecimento de luz e força para os seus diversos estabelecimentos.

O serviço telefônico do Aprendizado é moderno e perfeito ligando todos os seus vários departamentos, nada deixando a desejar as suas estradas de acesso, estando as ruas e avenidas da importante cidade agrícola calçadas e protegidas de meios fios de granito.

O reservatório d'água é de grande capacidade, podendo recolher 40.000 litros do líquido precioso. As instalações escolares foram construídas para comportar 250 alunos.

Está, portanto, de parabéns o Estado de Mato Grosso com este novo e importantíssimo benefício do fecundo governo do Presidente Getúlio Vargas.

Estamos informados de que a cerimônia de entrega oficial das obras realizar-se-á dentro em breve, no Rio de Janeiro, e que o Departamento Agrícola do Ministério da Agricultura está providenciando a instalação imediata do Aprendizado. Oxalá isso aconteça para maior desenvolvimento de Mato Grosso e maior progresso do Brasil.

Apresentamos ao Dr. Paulo de Araújo Coriolano, que veio do Rio para representar a Companhia “Pederneiras” no ato da inspeção e ao Dr. Araldo Paula Ribas, engenheiro residente de aludida empresa, os nossos cordiais e entusiásticos parabéns, pela conclusão e entrega da magnífica obra, uma das mais notáveis realizações do Estado Novo em Mato Grosso, e cujo custo ficou em cerca de 4.000 contos de réis (*sic*).

## 9.1 A análise

### 9.1.1 A constituição da cena enunciativa

Neste acontecimento, observamos que o texto é uma notícia e que, como não há quem o assine, quem responde por ele são os responsáveis pelo jornal “O Estado de Mato Grosso”. Como todo acontecimento enunciativo há um Locutor que o produz e, pelo menos, um locutor-x como lugar social de enunciação. Lugar social que, nesse acontecimento, é ocupado por um locutor-jornalista que se posiciona favorável ao trabalho do governo Getúlio Vargas e dos outros políticos que compõem o governo juntamente com Getúlio.

Esse lugar do locutor-jornalista é marcado, nesse texto, pela manifestação do Locutor enquanto aquele que é responsável por levar a informação e formar opinião, por isso precisa manter-se informado. Nessa direção há um enunciado que faz menção ao lugar de informante ocupado pelo jornalista que, em relação à inauguração do Aprendizado Agrícola, diz:

Estamos informados de que a cerimonia de entrega oficial das obras realizar-se-á dentro em breve, no Rio de Janeiro, e que o Departamento Agrícola do Ministério da Agricultura está providenciando a instalação imediata do Aprendizado (*sic*).

Em relação ao jornalista enquanto “locutor do texto”, ou seja, “aquele que narra um texto”, conforme Guimarães (2011), esse jornalista cita o que as personagens da vida política disseram, ou seja “a enunciação do jornalista traz a enunciação da personagem de sua notícia” (p. 28). Nessa direção, consideramos que o lugar de locutor-jornalista, também é marcado por essas retomadas como forma de sustentar a informação que está transmitindo e argumentar, “formando” opinião. Essa retomada realizada pelo locutor-jornalista pode ser observada neste acontecimento na menção ao pronunciamento do presidente Getúlio Vargas, nos seguintes enunciados:

Não foi em vão que o Presidente Getúlio Vargas atirou aos quatro ventos da pátria o brado renovador de Rumo ao Oeste [...]. A princípio os pessimistas e os que nutriam ainda a saudade amarga dos velhos tempos julgaram que a frase brasílica, viril e patriótica do Chefe Nacional resumia-se só e só numa encenação de mero espavento. [...] Mas veio depois o célebre discurso pronunciado na

Bolívia, no qual o Presidente apontou o erro de outrora e a visão falha dos antigos estadistas brasileiros.

Esse Locutor ao enunciar estabelece o lugar do Alocutário que pode ser observado nos seguintes enunciados:

A princípio os pessimistas e os que nutriam ainda a saudade amarga dos velhos tempos julgaram que a frase brasílica, viril e patriótica do Chefe Nacional resumia-se só e só numa encenação de mero espanto. Mas veio depois o célebre discurso pronunciado na Bolívia, no qual o Presidente apontou o erro de outrora e a visão falha dos antigos estadistas brasileiros que se contentaram apenas com a colonização e o desenvolvimento do litoral e não puderam ou não quiseram compreender que a nação necessitava de um progresso uniforme, que aproveitasse todas as suas riquezas e se estendesse por todas as suas regiões.

Neste recorte ao se fazer referência aos “pessimistas e os que nutriam ainda a saudade amarga dos velhos tempos” é estabelecido um lugar de alocutário-x, que se trata de um grupo específico de brasileiros: os não patriotas para os quais se argumenta ao dizer daqueles que não acreditavam na realização da marcha para Oeste. A esse alocutário-x chamaremos “alocutário-não patriota”.

Neste acontecimento é instalado ainda o lugar de outro alocutário-x: o alocutário- patriota. Esse lugar de alocutário-patriota é marcado por ele acreditar no discurso de Vargas, na “a frase brasílica, viril e patriótica do Chefe Nacional”. E, desse modo, poder acreditar na necessidade de crescimento, de evolução do Oeste. Esse crescimento é apontado ao longo de todo o texto, nas construções que estão sendo realizadas em Mato Grosso e em Goiás. Construções que são sempre qualificadas positivamente e que precisam ser continuadas para intensificar o crescimento desses lugares. Em relação a essas construções, são apresentadas, em especial, as obras do Aprendizado Agrícola, conforme segue:

Uma prova a mais [...] do verdadeiro e genuíno e autêntico sentido da marcha para o Oeste temo-la agora com a entrega [...] das obras gigantescas e verdadeiramente magníficas do Aprendizado

Agrícola, de São Vicente a poucas léguas desta capital.[...] As construções do Aprendizado Agrícola ora entregues ao Governo constam de 17 edifícios, inclusive residências e instalações escolares, aviário e apiário. Além dessas construções todas de estilo moderno, confortáveis e higiênicas, o Aprendizado possui importante usina hidro-elétrica para fornecimento de luz e força para os seus diversos estabelecimentos. O serviço telefônico do Aprendizado é moderno e perfeito [...]. O reservatório d'água é de grande capacidade (*sic*).

O lugar do alocutário-patriota é marcado pela possibilidade de acreditar no discurso patriótico do Presidente Getúlio Vargas e ainda por se interessar pelas condições sociais, políticas e econômicas “do Oeste” e, por isso, pelas construções e vantagens oferecidas naquela e por aquela região. Nessa direção o locutor-jornalista aponta, como construção principal, o Aprendizado Agrícola, que tem sido apontado como o grande feito do presidente Getúlio Vargas para o Estado de Mato Grosso. Nessas relações temos no texto:

*Locutor – locutor-jornalista*  $\left\{ \begin{array}{l} \text{alocutário-não patriota – Alocutário} \\ \text{alocutário-patriota – Alocutário} \end{array} \right.$

Nessa direção, temos um *locutor-jornalista* que sustenta a necessidade de que os seus alocutários, sejam eles *não patriota* ou *patriota*, acreditem no discurso do presidente Getúlio Vargas e na realização da marcha para Oeste e, desse modo, invistam nessa marcha e no Oeste.

### 9.1.2 O DSD de marcha para Oeste: o sentido da marcha e o progresso

Nessa análise observaremos alguns recortes selecionados nas três notícias em que, como dissemos mais acima, são abordadas, como questões centrais, as construções realizadas pelo presidente Getúlio Vargas em Mato Grosso. Essas construções são apresentadas como reflexo da realização da marcha para Oeste.

Ao longo desses textos são apresentadas algumas reescrituras de marcha para Oeste, da seguinte forma:

6. “Atestando a sinceridade e o **verdadeiro sentido da marcha para o Oeste** temos em Goiás a realização surpreendente de Goiânia”.
7. “Em Mato Grosso o **sentido da marcha para o Oeste** reponta e afirma-se gloriosa e esplendorosamente na renovação maravilhosa de Cuiabá, na prosperidade ascendente de todo o Estado e na grande ponte internacional que se vai levantando e atirando majestosa e arquitetônica sobre o rio Paraguai”.
8. “Uma prova a mais – e esta diante mesmo dos nossos olhos – do verdadeiro e genuíno e autêntico **sentido da marcha para o Oeste** temo-la agora com a entrega [...] das obras gigantescas e verdadeiramente magníficas do Aprendizado Agrícola, de São Vicente a poucas léguas desta capital.
9. O Aprendizado Agrícola “Gustavo Dutra” constitui uma prova de que a **“Marcha para Oeste” não é uma legenda decorativa** [...]. Com a inauguração do Aprendizado Agrícola “Gustavo Dutra”, que será assistida pelo Sr. Apolônio Sales e presidida pelo Sr. Getúlio Vargas, o Governo levará ao Oeste brasileiro, particularmente a Mato Grosso, a concretização da “marcha para o Oeste” (*sic.*)<sup>37</sup>.
10. A próxima inauguração do Aprendizado Agrícola “Gustavo Dutra” [...] trará para aquele Estado o influxo de uma civilização nova em meio às selvas matogrossenses (*sic.*).
11. [É o] Aprendizado Agrícola “Gustavo Dutra”, [...] obra grandiosa, cheia de patriotismo e radiante de brasilidade do Presente Getúlio Vargas, que plantou ali na bocaina rústica e fértil que se abre para o Norte de Mato Grosso o marco da civilização brasileira do futuro: - a Civilização do Oeste<sup>38</sup>.

Nessas reescrituras a marcha para Oeste está sempre articulada à palavra “sentido”, da seguinte forma: “a sinceridade e o verdadeiro sentido da marcha para o

---

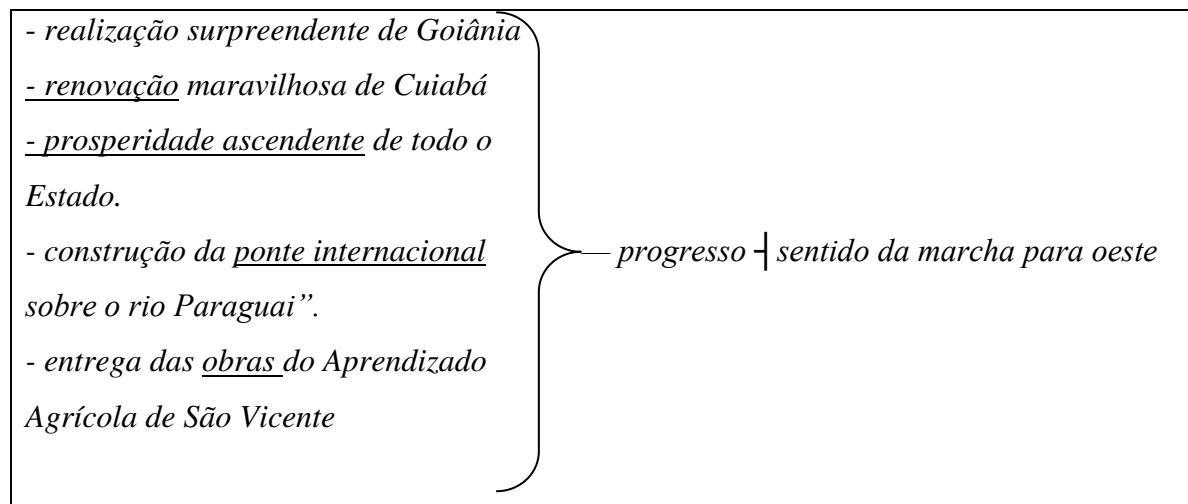
<sup>37</sup> Os recortes 6 e 7 foram retirados do texto 2: “A Mato Grosso está reservado um papel de grande futuro” – publicado em 23-11-1944 (Ver anexo).

<sup>38</sup> O recorte 8 foi retirado do texto 3: O Aprendizado Agrícola “Gustavo Dutra” Marcha resoluta para o adimplemento de sua função educativa – publicado em 05-08-1945 (Ver anexo).

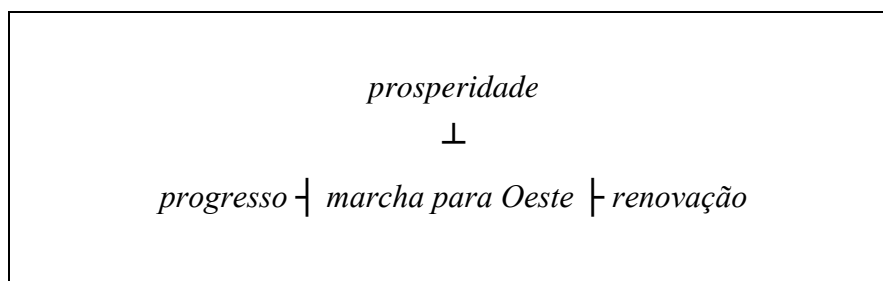
Oeste”; “o sentido da marcha para o Oeste”; “o verdadeiro e genuíno e autêntico sentido da marcha para o Oeste”. Desse modo, a articulação da marcha para Oeste com a palavra “sentido”, ocorre em forma de reescritura por *enumeração*, em que a expressão marcha para Oeste é retomada, algumas vezes, na enumeração das obras desenvolvidas no Oeste a partir da realização dessa marcha. Desse modo, temos:

3. “Atestando a sinceridade e **o verdadeiro sentido da marcha para o Oeste** temos em Goiás a realização surpreendente de Goiânia, desta cidade que surgiu como por encanto, ao milagre da renovação material e espiritual do Brasil, e que hoje se ostenta à ribalta do palco imenso do progresso colossal do país”.
4. “Em Mato Grosso **o sentido da marcha para o Oeste** reponta e afirma-se gloriosa e esplendorosamente na renovação maravilhosa de Cuiabá, na prosperidade ascendente de todo o Estado e na grande ponte internacional que se vai levantando e atirando majestosa e arquetônica sobre o rio Paraguai”.
5. “Uma prova a mais – e esta diante mesmo dos nossos olhos – do **verdadeiro e genuíno e autêntico sentido da marcha para o Oeste** temo-la agora com a entrega [...] das obras gigantescas e verdadeiramente magníficas do Aprendizado Agrícola, de São Vicente a poucas léguas desta capital.

Nessas três ocorrências da expressão *marcha para Oeste* ela está articulada a *sentido*, de modo que a marcha tem sentido, sendo que o sentido da marcha é predicado pelas construções realizadas no Oeste. Logo, essas obras determinam o sentido da marcha para Oeste, então temos:



Nessas relações, a construção dessas obras produz um sentido de progresso que é determinado por renovação e prosperidade, enquanto aquisições de bens materiais, pela construção de um patrimônio público. Desse modo, a marcha para Oeste está determinada por renovação e por progresso.



Ainda em relação às construções apresentadas acima, temos como destaque a do Aprendizado Agrícola que, conforme vimos, é uma construção desenvolvida em Mato Grosso e que determina a marcha para Oeste, sendo essa obra representada como o maior sentido da marcha para Oeste. As obras do Aprendizado Agrícola ainda são colocadas em destaque nos textos (2) e (3) em que, conforme podemos observar nos enunciados (7) e (8), a seguir, a construção dessa obra está articulada à palavra civilização. No texto (2), por exemplo, temos:

7. A próxima inauguração do Aprendizado Agrícola “Gustavo Dutra” [...] trará para aquele Estado o influxo de uma civilização nova em meio às selvas matogrossenses (*sic*).

Nessas relações o “Aprendizado Agrícola” que é apresentado como “o verdadeiro sentido da marcha para Oeste” é o que levará para o Estado de Mato Grosso “uma civilização nova”. Desse modo, “uma civilização nova” é uma especificação do sentido da marcha para Oeste, que é representado por todas as obras realizadas no Oeste. Nessa direção, o verdadeiro sentido é o de “uma civilização nova” para Mato Grosso, que nesse caso está determinando a marcha.

*uma civilização nova ⊥ a marcha para Oeste*

Essas relações marcam que há uma civilização em meio à selva de Mato Grosso. Além dessas relações temos no enunciado (8) uma construção em que o Aprendizado Agrícola é especificado por “marco da civilização brasileira do futuro”:

8. [É o] Aprendizado Agrícola “Gustavo Dutra”, [...] obra grandiosa, cheia de patriotismo e radiante de brasilidade do Presente Getúlio Vargas, que plantou ali na bocaina rústica e fértil que se abre para o Norte de Mato Grosso o marco da civilização brasileira do futuro: - a Civilização do Oeste.

Desse modo, a “civilização nova” é a “civilização brasileira do futuro: - a Civilização do Oeste”. Sendo essa “civilização brasileira do futuro” constituída a partir da construção do Aprendizado Agrícola. Desse modo, “civilização” que especifica o Aprendizado Agrícola tanto nas relações apresentadas nesse texto (3) como nas relações apresentadas no texto (2), determina a marcha para Oeste:

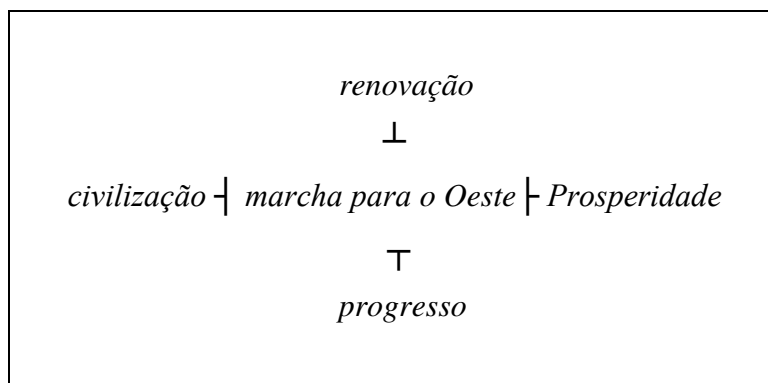
*civilização*

$\perp$

*A marcha para Oeste*

Em relação à obra do Aprendizado Agrícola, neste acontecimento, são comentadas as suas características e evidenciada a *modernidade* das suas construções e do seu serviço telefônico. O termo *modernidade* é evidenciado somente nessas características, sendo, portanto, neste acontecimento, apresentado residualmente em relação às obras construídas em Mato Grosso.

As observações desenvolvidas até o momento nos permitem apresentar o seguinte DSD:



### 9.1.3 A construção da argumentação para: marchar para Oeste é civilizar

Nesta análise observaremos na cena enunciativa como ao falar do lugar de *locutor-jornalista* é desenvolvida uma argumentação para o *alocutário-não patriota* em relação à importância de se acreditar no discurso do presidente Getúlio Vargas e na realização da marcha para Oeste; e se argumenta para o *alocutário-patriota* em relação à realização da marcha Oeste e aos investimentos já feitos para a sua realização. Nessa direção é construída uma *orientação argumentativa* para a sustentação da importância e da grandiosidade da marcha para Oeste e, portanto, da importância da colaboração na realização da marcha e na realização de investimentos no Oeste. Desse modo, todo esse texto está articulado na direção que aponta para a conclusão de que “é preciso acreditar no discurso de Getúlio Vargas e nas vantagens da marcha para Oeste”.

Os argumentos apresentados nesse acontecimento se relacionam da seguinte forma: *X, contraposto a Y, mas Z, portanto W*. Nessa direção vamos analisar a seguir como esses argumentos se articulam para produzir a argumentação a favor da marcha para Oeste. Temos, então, no recorte (1):

1. “Não foi em vão que o Presidente Getúlio Vargas atirou aos quatro ventos da pátria o brado renovador de *Rumo ao Oeste*”.<sup>39</sup>

<sup>39</sup> Os recortes de 1 a 5 foram retirados do texto 1: Concluídas e entregues ao governo federal as obras do aprendizado agrícola de s. Vicente (*sic*) – publicado em 05/07/1942

Esse enunciado pode ser parafraseado da seguinte forma:

(1a) O Presidente Getúlio Vargas bradou de modo renovador para todo o Brasil que é preciso rumar para Oeste, esse brado produziu resultados.

Esse enunciado apresenta como pressupostos que “o Presidente Getúlio Vargas disse veementemente de modo renovador para todo o Brasil que é preciso rumar para Oeste” e que “o brado de rumo ao Oeste, dado pelo Presidente Getúlio Vargas, foi útil”. Esses pressupostos apontam para o enunciado (1) uma divisão de enunciadores da seguinte forma:

E. Genérico – (1a) O presidente Getúlio Vargas bradou para todo o Brasil que é preciso rumar para Oeste;

E. Individual – (1b) O brado atirado pelo Presidente Getúlio Vargas a todo o Brasil foi útil.

Nessa divisão, o Locutor ao falar do lugar de Enunciador Genérico afirma “o brado atirado pelo Presidente” e do lugar de Enunciador Individual, afirma “a utilidade do brado atirado pelo Presidente Getúlio Vargas”. Nesse enunciado o locutor-jornalista ao falar do lugar de Enunciador Individual aponta que *a marcha para Oeste* está ocorrendo, pois o brado que é “renovador” e que o presidente “atirou aos quatro ventos da pátria” produziu resultados, ou seja, os patriotas se dirigiram ao Oeste.

O enunciado (1) aponta para a conclusão da importância da marcha para Oeste e de sua realização, mas na sequência é apresentado um argumento que se constitui como um contra-argumento a essa conclusão ( $\sim r$ <sup>40</sup>). Esse enunciado é um contra-argumento, pois apresenta uma adversidade em relação ao argumento (1). Desse modo, temos o enunciado (2) que diz:

---

<sup>40</sup> Que conforme Ducrot significa “não r”, ou seja, um argumento contrário à conclusão proposta.

2. “A princípio os pessimistas e os que nutriam ainda a saudade amarga dos velhos tempos julgaram que **a frase brasílica, viril e patriótica** do Chefe Nacional resumia-se só e só numa encenação de mero espanto”.

Nesse enunciado há uma negação da importância da marcha. Essa negação está relacionada ao pessimismo e à incredulidade em relação à proposta de realização da marcha para Oeste. Porém, na sequência, é introduzido pelo operador argumentativo *mas*, um argumento que, ao se opor ao enunciado (2), favorece a argumentação apresentada em (1):

- 2.1. “Mas veio depois o célebre discurso pronunciado na Bolívia, no qual o Presidente apontou o erro de outrora e a visão falha dos antigos estadistas brasileiros que se contentaram apenas com a **colonização e o desenvolvimento do litoral** e não puderam ou não quiseram compreender que **a nação necessitava de um progresso uniforme**, que aproveitasse todas as suas riquezas e se estendesse por todas as suas regiões”.

Esse argumento apresentado no enunciado (2.1) traz o discurso do presidente Getúlio Vargas em que é mostrado que Getúlio condena a colonização e o desenvolvimento apenas do litoral e sustenta a necessidade da colonização de todas as regiões do Brasil, o que ocorrerá com a “marcha para Oeste”. Assim, de acordo com o discurso de Getúlio é preciso realizar a marcha para Oeste para produzir um “progresso uniforme” para o Brasil.

Além do discurso de Getúlio Vargas são apresentadas, como argumento à necessidade da marcha para Oeste, as realizações descritas nos enunciados (3), (4) e (5) a seguir:

3. “Atestando a sinceridade e **o verdadeiro sentido da marcha para o Oeste** temos em Goiás a realização surpreendente de Goiânia”.
4. “Em Mato Grosso **o sentido da marcha para o Oeste** reponta e afirma-se gloriosa e esplendorosamente na renovação maravilhosa de Cuiabá, na prosperidade ascendente de todo o Estado e na grande ponte internacional que se vai levantando e atirando majestosa e arquitetônica sobre o rio Paraguai”.
5. “Uma prova a mais – e esta diante mesmo dos nossos olhos – do verdadeiro e genuíno e autêntico **sentido da marcha para o Oeste** temo-la agora com a

entrega [...] das obras gigantescas e verdadeiramente magníficas do Aprendizado Agrícola, de São Vicente a poucas léguas desta capital.

Esses enunciados apresentam a “realização de Goiânia” e a “renovação de Cuiabá” como argumentos de força para a realização da marcha, mas, mais do que esses é apresentado o “Aprendizado Agrícola” como “uma prova a mais”, ou seja, o argumento mais forte para que o alocutário, seja ele *patriota* ou *não patriota*, acredite na importância da marcha para Oeste e nas vantagens proporcionadas ao país com a sua realização, sendo, portanto, necessário “marchar para Oeste”.

#### 9.1.4 Algumas considerações

As relações observadas no acontecimento que analisamos, produzem para o DSD acima um sentido de renovação para o Brasil, produzido a partir da realização da marcha para Oeste, que já está ocorrendo, enquanto uma proposta política do Presidente Getúlio Vargas. O sentido da marcha para Oeste, que está determinada por *progresso* e por *civilização* apontam para a marcha um movimento de evolução material e cultural que pode ser observado especialmente a partir das obras construídas no Oeste.

Nessa direção, as relações observadas na análise argumentativa em que são apresentados argumentos em relação à importância do discurso do Presidente Getúlio Vargas no que se refere à marcha para Oeste e à realização de investimentos no Oeste, corroboram os sentidos compreendidos na análise do DSD. Desse modo, os sentidos apresentados para a marcha reforçam a argumentação estabelecida nesse acontecimento, em que o locutor-jornalista argumenta para o *alocutário-não patriota* em relação à importância de acreditar no discurso do Presidente e, desse modo, favorecer a marchar para Oeste; e argumenta para o locutor-*patriota* em relação à importância de se dirigir ao Oeste e até investir no Oeste, que está em um momento de grande desenvolvimento. Desse modo, a orientação argumentativa apresentada é reforçada em direção à “necessidade de dar continuidade à marcha para Oeste”.

## **CAPÍTULO X**

### **RELATÓRIO: A MARCHA PARA OESTE E A CIVILIZAÇÃO**

Vamos agora tomar um texto que se apresenta de uma outra perspectiva, que não a da imprensa, trata-se de um relatório do **Conselho Nacional de Proteção aos Índios**, do Ministério da Agricultura. De acordo com os dados apresentados na capa, trata-se de um **“RELATÓRIO DOS TRABALHOS REALIZADOS EM 1941-1942”** que aborda o “Levantamento do rio Jaucuara e de outros trechos do Estado, destinados à conclusão da Carta<sup>41</sup> de Mato Grosso”. Esse relatório foi apresentado ao “Exmo. Sr. General Cândido Mariano da Silva Rondon, *Diretor do Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso*, pelo 2º Tenente Luiz Moreira de Paula *do quadro Auxiliar da Arma de Engenharia*”. Ele foi escrito em 1943, mas publicado em 1952.

Esse relatório está configurado em três partes, constando de 117 páginas, com exceção das fotografias anexas. Dessas três partes, as duas primeiras são reservadas apenas às descrições do espaço físico do Estado para a composição da “carta de Mato Grosso” e a terceira trata da importância do *Rumo ao Oeste* e aborda as condições do Oeste para receber a *marcha para Oeste*. Dessas três partes apenas a última, que é intitulada “Rumo ao Oeste”, interessa à nossa pesquisa, pois é apenas nela que encontramos as palavras “marcha para Oeste”, “progresso”, “moderno”, “desenvolvimento” que são as informações necessárias à nossa análise.

## Texto 5

### RUMO AO OESTE VIAGEM AO SERTÃO DO ESTADO DE MATO-GROSSO

Muito simples na aparência, o lema que nos serve de epígrafe [...] é a síntese do maior programa de desenvolvimento econômico proposto aos brasileiros que não sintam necessidade de pedir desculpas a ninguém, por terem nascido neste país. Aos outros, [...] para os quais é um grande transtorno o Brasil ser no Brasil (?), não interessa o programa, que é simplesmente a ocupação desta terra. Dizemos programa de desenvolvimento econômico por ser o fator *economia* o motor de toda a atividade humana (p.95).

Neste momento histórico sem precedentes [...] é até alarmante falar em ocupação do território brasileiro. Mas, é evidente, o nosso país precisa e deve ser ocupado, sem demora, não se lhe deixando nem um centímetro quadrado fora da ação do dominador. Ocupado por poderoso exército, aparelhado com os mais eficientes e mortíferos engenhos de guerra, em combate contra a

---

<sup>41</sup> O mesmo que mapa.

improdutividade! Um exército sob a direção de técnicos brasileiros, formado por legiões de trabalhadores brasileiros; a se empenhar na maior ofensiva de todos os tempos contra os campos não cultivados, despovoados de criação; contra as inesgotáveis jazidas de minérios ainda inexploradas e florestas virgens, cujas variedades não sejam totalmente aproveitadas; não de esperar durante muitos anos o aperfeiçoamento ainda não atingido pela técnica industrial e o desenvolvimento das redes rodoviárias e ferroviárias, bem como os meios de transporte fluviais e marítimos. (p. 95)

## O SERTÃO

É tão verdadeira e urgente a necessidade dessa ocupação, que o Exmo. Sr. Presidente Getúlio Vargas lançou o desafio à nossa capacidade de trabalho, instituindo o lema: RUMO AO OESTE. (p. 96) [...].

## CHEGAR, VER E VENCER

Por que, então, só agora - *Rumo ao Oeste?* (\*) - Se o progresso deste país dependia da aplicação duma fórmula tão simples, é espantoso que se tardasse tanto em aplicá-la. Talvez por falta de atenção no manuseio da bússola: um *ligeiro* engano de 180 graus fazia com que fosse procurar mar em fora, por empréstimo ou cópia, aquilo que só nós poderemos criar: brasilidade, pelo conhecimento do Brasil (p. 96).

[...]

O Presidente *Vargas* [...] resolveu então mostrar a simplicidade do que se julgava complicado, provando que, com seus próprios meios, desvendando-se a si próprio, o Brasil acharia, como achou, o roteiro certo. E toda a oratória que se devia desencadear em torno do estudo comparativo das maneiras de servir e desservir ao Brasil, foi condensada em três palavras, que lembram o laconismo do comando militar: RUMO AO OESTE (p. 97).

## PAN-AMERICANISMO

Pairavam no ar as incógnitas do problema, invisíveis e amorfas.[...]Só o Presidente Vargas conseguiu plasmá-las quando enunciou não ser ao longo da costa, mas no interior do país que devemos implantar os alicerces da nossa economia, do nosso trabalho e civilização.

Independente do sentido legitimamente brasileiro que o belo programa encerra, há a considerar, além de outras razões de suma relevância, duas outras que merecem ser colocadas no mesmo plano: fraternidade e estímulo, em relação às nações vizinhas, nossas amigas. Fraternidade - porque, desenvolvendo as nossas indústrias, fixando os centros de produção e melhorando as vias de comunicação, ampliando-as, no interior do país - e dali fronteiras além - levaremos todos esses elementos de progresso para mais perto de nossos vizinhos facilitando-lhes assim o intercâmbio conosco. Estímulo — considerando que êsses nossos vizinhos têm, de certo modo, análogo problema a encarar, isto é, canalizar do litoral para o interior a energia que se esmera e adormece nos retoques duma civilização costeira (p. 97).

[...]

## RODOVIAS

Na ponte aqui mencionada, começa a esplêndida rodovia, [...] a qual medirá algumas centenas de quilômetros atravessando sertões virgens, terras auríferas e florestas de seringais em

plena e rendosíssima exploração, e, nessa audaciosa arrancada RUMO AO OESTE, talvez só se detenha nas praias do Pacífico.

Por aquela mesma ponte não demorará a passar a grandiosa RODOVIA PAN-AMERICANA, que partindo desta Capital, já se move em busca do OESTE, ultrapassando-o (pan - americanamente) numa demonstração convincente de espírito de cooperação internacional, predominante em todos os atos do moderno governo brasileiro (p. 99).

### PIONEIRO

Há já alguns anos, ilustre patricio nosso se esforça por enriquecer o grande Estado de Mato-Grosso e o Brasil com uma carta geográfica que mostre claramente ao brasileiro, no que se refere àquele Estado, a grande tarefa que lhe toca na realização do programa: RUMO AO OESTE. E note-se que essa carta é apenas um pormenor da atividade onímoda desse nosso patricio exemplar: O General Rondon. (p. 99).

### A SERRANIA

[...] Atendendo ao sentido Leste-Oeste de nossa marcha, o primeiro planalto começa na altura das cabeceiras do rio Sangradourozinho e termina nas escarpas onde tem origem nas nascentes do ribeirão dos Macacos, pertencente à bacia do rio Cuiabá (p. 101).

[...]

### O SEGUNDO BOQUEIRÃO

[...]

E o trabalho prossegue para o Poente. Somos soldados. A turma é composta de civis, mas todo civil é um soldado do Brasil. Estamos atendendo à voz do Chefe que comandou - RUMO AO OESTE! Avante, pois. [...] A nossa caderneta registra: Dia 06 de julho de 1942 (p. 106).

[...]

### O JAUCOARENSE

[...]

Talvez, sem o querer, estivéssemos comparando aqueles nossos bravos patricios a uma vanguarda ou posto de vigilância, empenhado numa batalha desigual contra os inimigos da civilização e do progresso...

Inimigos disfarçados na falta de ferramentas e instrumentos de trabalho, mesmo ou mais rudimentares, falta de assistência técnica de qualquer espécie; falta de sementes, reprodutores, crédito, fiscalização de preços para compra e venda, estradas, meios de transporte, assistência médica, dosagem na religiosidade, elementos sadios e estranhos ao meio (com vistas à eugenia) e de alfabetização!

[...] A MARCHA PARA O OESTE representa, para aqueles bravos, os desejados reforços, sem os quais sucumbirão (p. 113).

Mostramos a um sertanejo o retrato do Presidente Vargas e perguntámo-lhe se conhecia aquela personagem, Com a calma tradicional ele pegou no retrato, olhou-o bem e respondeu nessa linguagem pitoresca que todos já têm ouvido: “*Num conheço não sinhô, mais a mode que representa sê um grande home*”(p. 113).

Com prazer rendemos homenagem à acuidade de espírito daquele nosso bom patrício e explicámo-lhes que retrato era de alguém dedicado, de corpo e alma, ao bem-estar do povo brasileiro e que a marcha RUMO AO OESTE era a assistência fraterna de todos os patriotas sinceros, a ele, caipira, analfabeto, sem sapatos nem cobertor, perdido nas brenhas sertanejas, cem por cento apegado à terra pela qual dá a vida e por isso mesmo merecedor do carinho e amparo do grande homem cujo retrato lhe fora mostrado (p. 114).

[...]

## CONCLUINDO

O Jaucoara é um símbolo e um exemplo. Rio pequeno, agiganta-se quando um obstáculo se lhe opõe à marcha. Por que? Por ser o seu curso tendente para o Oeste (p. 115).

A tudo ele vence para mostrar que à palavra de ordem: RUMO AO OESTE, nenhum óbice é bastante forte para se considerar invencível e que este lema não é simples arranjo de palavras: está milenarmente gravado na rocha, insculpido pela Natureza na própria terra do Continente brasileiro.

Mostra ao homem desta terra, o que lhe cumpre fazer: vencer todos os tropeços, mudo e pertinaz como esse rio e, com a tranqüilidade de consciência de quem cumpre o DEVER - seguir, seguir sempre

RUMO AO OESTE (*sic*).

Rio — Novembro de 1943.

## 10.1 A análise

### 10.1.1 A constituição da cena enunciativa

Na cena enunciativa produzida neste acontecimento, o Locutor ao apresentar um relatório elaborado sob a solicitação do governo, o faz do lugar social de locutor-governo. Isso pode ser observado, por exemplo, no enunciado em que o locutor-x fala do lugar de quem governa, pois se insere no conjunto daqueles que são responsáveis pela segurança do país. Nesse sentido ele relata a importância de se ocupar todo o Oeste evitando a possibilidade de invasão por parte dos povos de outros países:

“Neste momento histórico sem precedentes, quando se combate o quintacolonismo e os *quisilings* afloram com a exuberância de cogumelos, é até alarmante falar em ocupação do território brasileiro. Mas é evidente, **o nosso país precisa e deve ser ocupado, sem demora, não se lhe deixando nem um centímetro quadrado fora da ação do dominador**” (grifo nosso).

Nesta direção, o locutor-governo, se coloca em acordo com a proposta da “marcha para Oeste” apresentada pelo presidente Getúlio Vargas, e enuncia que,

“Muito simples na aparência, o lema que nos serve de epígrafe (ele nada tem de invenção nossa, conhecido como é o brilhante nome do seu ilustre criador e por já empregado como título em publicações de autoria destacada), é a síntese do maior programa de desenvolvimento econômico proposto aos brasileiros que não sintam necessidade de pedir desculpas a ninguém, por terem nascido neste país”.

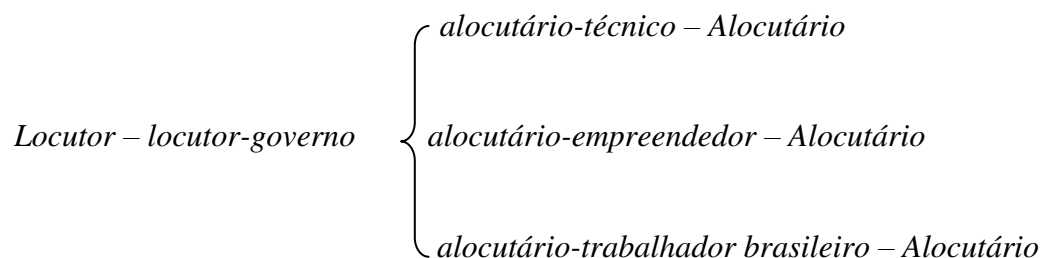
Desse modo, ao falar do lema o locutor se refere ao título “RUMO AO OESTE” que foi apresentado pelo presidente Vargas com o qual esse locutor-governo concorda e, por isso o enaltece.

Nessa direção, esse locutor-governo, ao ser agenciado a falar da marcha para Oeste, diz da importância de se ocupar todo o território evitando a possibilidade de invasão por parte dos povos de outros países e apresenta propostas para facilitar a ocupação do Oeste, a realização da “marcha para Oeste”. Desse modo, é estabelecido o lugar do Alocutário que é o interlocutor para quem o locutor-governo argumenta:

“o nosso país precisa e deve ser ocupado [...] por poderoso exército, aparelhado com os mais eficientes e mortíferos engenhos de guerra, em combate contra a improdutividade! Um exército sob a direção de técnicos brasileiros, formado por legiões de trabalhadores brasileiros; a se empenhar na maior ofensiva de todos os tempos contra os campos não cultivados, despovoados de criação; contra as inesgotáveis jazidas de minérios ainda inexploradas e florestas virgens, cujas variedades não sejam totalmente aproveitadas; hão de esperar durante muitos anos o aperfeiçoamento ainda não atingido pela técnica industrial e o desenvolvimento das redes rodoviárias e ferroviárias, bem como os meios de transporte fluviais e marítimos” (grifo nosso).

O alocutário estabelecido pela enunciação do locutor-governo são os “técnicos brasileiros”, aqueles que podem comandar os trabalhadores no cultivo do solo, na criação de animais e na exploração dos minérios e das florestas virgens. Esse alocutário-técnico pode ainda desenvolver a técnica industrial. Além desse alocutário é estabelecido o lugar do alocutário-empREENDEDOR que pode desenvolver as redes rodoviárias e ferroviárias, bem

como os meios de transporte fluviais e marítimos; e ainda o alocutário-trabalhador brasileiro que sob a orientação dos técnicos cultivará o solo, criará animais e explorará os minérios e as florestas virgens. Desse modo, temos neste acontecimento a seguinte configuração de locutores:



Nessa direção, ao longo de todo este acontecimento, o *locutor-governo* sustenta a necessidade de que os *alocutários: técnico, empendedor e trabalhador brasileiro* acreditem na importância da realização desse “programa de desenvolvimento econômico” que é o Rumo ao Oeste/marcha para Oeste, e ainda na forma como esse programa precisa ser desenvolvido, quais investimentos precisam ser realizados. Desse modo, o *locutor-governo* propõe que é “no interior do país que devemos implantar os alicerces da nossa economia, do nosso trabalho e civilização”.

## 10.2 O DSD de Rumo ao Oeste: programa de desenvolvimento econômico ou ocupação?

É importante considerarmos que estamos desenvolvendo a análise de um documento oficial do governo, um Relatório. Sendo que apenas um capítulo desse documento interessa-nos, pois apresenta como tema o “Rumo ao Oeste”. Esse assunto apresenta como principais duas questões, que são as características (qualidades) do Oeste e as necessidades do Oeste. Nessa direção encontramos as seguintes reescrituras de Rumo a Oeste para comporem nossa análise:

1. RUMO AO OESTE [...] o lema que nos serve de epígrafe [...] é a síntese do maior programa de desenvolvimento econômico proposto aos brasileiros (p. 95); - expansão: definição
2. o programa, que é simplesmente a ocupação desta terra. Dizemos programa de desenvolvimento econômico por ser o fator *economia* o motor de toda a atividade humana (p. 95); - expansão: definição
3. É tão verdadeira e urgente a necessidade dessa ocupação, que o Exmo. Sr. Presidente Getúlio Vargas lançou o desafio à nossa capacidade de trabalho, instituindo o lema: RUMO AO OESTE (p. 96); - condensação: generalização
4. Por que, então, só agora - *Rumo ao Oeste?* (\*) - Se o progresso deste país dependia da aplicação duma fórmula tão simples, é espantoso que se tardasse tanto em aplicá-la (p. 96); - substituição- sinonímia
5. Pairavam no ar as incógnitas do problema [...] só o Presidente Vargas conseguiu plasmá-las quando enunciou não ser ao longo da costa, mas no interior do país que devemos implantar os alicerces da nossa economia, do nosso trabalho e civilização (p. 97); - substituição- sinonímia

As reescrituras acima apresentam como características principais a repetição do nome *Rumo ao Oeste*, que aparece enquanto nome do texto por retomar uma enunciação do Presidente Getúlio Vargas que o texto apresenta como um lema. E a expansão desse nome produz definições. Nessa direção observamos que o nome *Rumo ao Oeste* é uma proposta que serve como motivação aos brasileiros, e está sendo reescriturado nos enunciados (1) e (2) por *programa de desenvolvimento econômico*. Desse modo, a marcha para Oeste é uma proposta cujo objetivo é desenvolver a economia. Assim, temos a seguinte determinação para Rumo ao Oeste:

*programa de desenvolvimento econômico* — *Rumo ao Oeste*

Além disso, nos enunciados (2) e (3), o nome *Rumo ao Oeste* está sendo determinado também por *ocupação desta terra*, do Oeste. Desse modo temos:

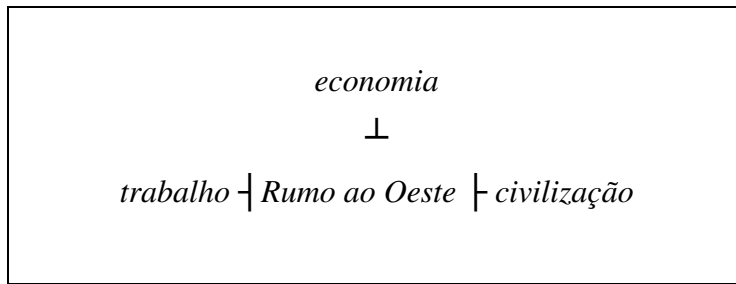
$$\text{ocupação} \dashv \text{Rumo ao Oeste}$$

Por essas relações o Oeste, então, não só não apresenta um crescimento econômico, como também é visto como uma região que “precisa ser ocupada”.

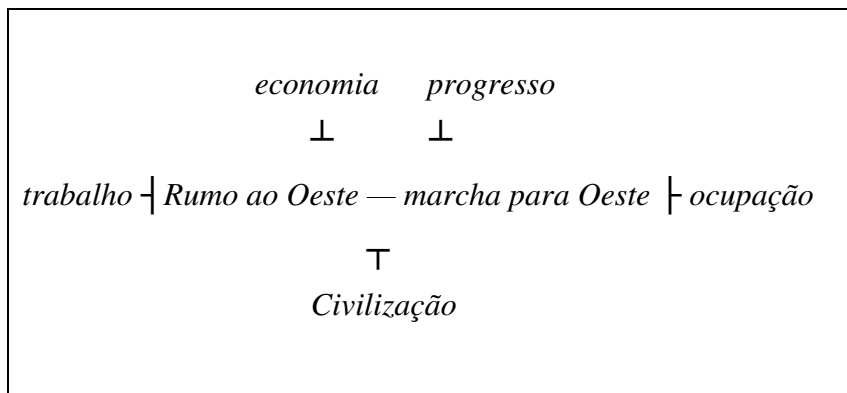
Já no enunciado (4) o *Rumo ao Oeste* está sendo reescriturado por *fórmula* numa relação de determinação em que *fórmula* está sendo determinada por *progresso deste país*. Desse modo, o que determina *fórmula* determina também o que ela reescreve, então, *progresso deste país* determina *Rumo ao Oeste*:

$$\text{progresso deste país} \dashv \text{Rumo ao Oeste}$$

Nessa direção, o progresso do Brasil depende somente da aplicação da marcha para Oeste, o que só ocorrerá após essa proposta do presidente Getúlio Vargas. Desse modo, temos no enunciado (5) que até então, o crescimento do Brasil era uma *incógnita*, um enigma que somente foi resolvido por Getúlio Vargas ao determinar a investida para o interior, *Rumo ao Oeste*. Somente *no interior do país que devemos implantar os alicerces da nossa economia, do nosso trabalho e civilização*. Sendo assim, no enunciado (5), o nome *Rumo ao Oeste* está determinado por *economia, trabalho e civilização*:



Por essas relações o sentido de *marcha para o Oeste/Rumo ao Oeste* é o de um projeto que está em andamento e que produzirá para o Brasil o progresso a partir do desenvolvimento da economia e da civilização do Oeste, ainda incivilizado. Desenvolvimentos que serão alcançados com a *ocupação* do Oeste, que está ocorrendo com a *marcha para Oeste*. Essas relações possibilitam-nos apresentar o seguinte DSD:



### 10.3 A construção da argumentação para: é preciso ocupar o Oeste para produzir o progresso e a civilização

Observaremos na sequência, como, em um documento oficial do Estado, um relatório, ao falar sobre o Rumo ao Oeste/marcha para Oeste, do lugar de *Locutor-governo* é estabelecida uma argumentação para o *alocutário-técnico* e para o *alocutário-trabalhador brasileiro* em relação à importância da realização dessa marcha, e para o *alocutário-*

*empreendedor* em relação ao modo como essa marcha precisa ser realizada; quais os investimentos necessários a sua realização.

Desse modo, a orientação argumentativa presente nesse acontecimento aponta para a conclusão de que é preciso avançar para o Oeste/sertão e realizar a marcha para Oeste. Nesse sentido é apresentada uma relação entre os argumentos da seguinte forma: X (rumo ao Oeste - lema) *é* Y, *é simplesmente* Z, *mas é preciso* Z, *é tão necessário* Z *que instituiu-se* X, *por que só agora* X? *se* W *dependia de* X, A *comandou* X, *Avante, pois*. Além dessa configuração da argumentação presente nesse relatório, é apresentada, como argumento de força, uma metáfora em que o rio Jaucoara é personificado e apresentado como exemplo a ser seguido pelos brasileiros, “povo desta terra”.

Considerando essa sequência analisaremos como esses argumentos se articulam para produzir a argumentação favorável à realização da marcha para Oeste/Rumo ao Oeste. Nessa direção, temos no recorte (1) o seguinte enunciado:

1. O lema [Rumo ao Oeste] que nos serve de epígrafe, é a síntese do maior **programa de desenvolvimento econômico** proposto aos brasileiros.

Podemos parafrasear esse enunciado da seguinte forma:

(1a) Há o lema Rumo ao Oeste que nos serve de motivação.

(1b) O Rumo ao Oeste é o resumo do maior programa de desenvolvimento econômico proposto aos brasileiros.

Por essas relações esses enunciados apontam como pressupostos que “há um lema, que é o Rumo ao Oeste e que serve de motivação” e que é também “um programa de desenvolvimento econômico ofertado aos brasileiros”. Esses pressupostos indicam para o enunciado (1) uma divisão de locutores da seguinte forma:

E. Genérico – (1a) Há o lema Rumo ao Oeste que nos serve de motivação;

E. Individual – (1b) O lema de Rumor ao Oeste é o resumo do maior programa de desenvolvimento econômico proposto aos brasileiros.

Por essa divisão, o Locutor ao falar do lugar de Enunciador Genérico afirma que “Há o lema Rumor ao Oeste que nos serve de motivação” e do lugar de locutor-governo, enquanto Enunciador Individual, afirma que “Rumor ao Oeste é um grande programa de desenvolvimento econômico proposto aos brasileiros”. Nesse enunciado, o locutor-governo afirma que a marcha para Oeste, o Rumor ao Oeste ainda não é real, pois trata-se de uma proposta “aos brasileiros”.

Na sequência temos o enunciado (2) que se refere ao programa de Rumor ao Oeste como sendo “apenas uma ocupação”:

(2) É simplesmente a **ocupação** desta terra.

Nesse enunciado o Rumor ao Oeste que anteriormente é apresentado como “um grande programa de desenvolvimento econômico proposto aos brasileiros” é apresentado como sendo apenas “a ocupação” do Oeste. Assim, ao utilizar o modo “simplesmente”, é facilitada a realização da marcha para Oeste que, é um “programa de desenvolvimento”, mas que se fácil realizá-lo, pois se trata apenas uma “ocupação desta terra”.

(3) É até alarmante falar em **ocupação** do território brasileiro. Mas, é evidente, o **nosso país precisa e deve ser ocupado**, sem demora, não se lhe deixando nem um centímetro quadrado fora da ação do dominador.

Esse enunciado (3) sustenta a importância da “ocupação do território brasileiro” que, é algo simples, mas que ainda precisa ser realizado. Desse modo, o “mas”, que é utilizado com função opositiva, argumenta na direção de que é preciso ocupar o Brasil.

Nessa direção, o recorte (4), na sequência, reforça a necessidade de ocupação do território brasileiro, que é “urgente”.

- (4) É tão verdadeira e urgente a necessidade dessa **ocupação**, que o Exmo. Sr. Presidente Getúlio Vargas lançou o desafio à nossa capacidade de trabalho, instituindo o lema: **RUMO AO OESTE**.

Nesse enunciado o Locutor afirma que a ocupação do Oeste é tão “urgente” e “verdadeira” que Getúlio instituiu o lema “Rumo ao Oeste”. Desse modo, ao falar do lugar de locutor- governo é instituído um enunciador individual que diz:

E. Individual – (1) Getúlio fez o certo, o necessário.

Nessa direção há um locutor-governo que ao enunciar do lugar de Enunciador individual afirma que Getúlio fez o certo, o necessário. Nessa enunciação a urgência e a decisão de Getúlio são apresentadas como indissociadas. Isso reforça o argumento da necessidade de realização da marcha, pois Getúlio decide/institui o lema: Rumo ao Oeste devido à necessidade dessa realização. Além disso, esse lema é apresentado ao alocutário: *-técnico, -trabalhador brasileiro* ou *-empreendedor* como um desafio instituído pelo Presidente Getúlio Vargas.

Na mesma direção temos no recorte (5) uma argumentação introduzida pelo “por que”, que apresenta um questionamento em relação à demora em propor o “Rumo ao Oeste”:

- (5) Por que, então, só agora - **Rumo ao Oeste**? (\*<sup>42</sup>) - Se o **progresso** deste país dependia da aplicação duma fórmula tão simples, é espantoso que se tardasse tanto em aplicá-la.

A análise da pergunta apresentada pelo “por que” requer primeiramente a compreensão de que ela antecede a um argumento proposto pelo “se”, que no mesmo recorte (5) afirma que o progresso do Brasil depende do Rumo ao Oeste. Desse modo,

---

<sup>42</sup> A fls. 22 das nótulas biográficas do livro: “Rondon – Uma Relíquia da Pátria”, o autor desta obra lembra que o grande sertanista, 20 anos antes, proclamara a mesma fórmula, por outras palavras: “Rumo ao Sertão” ... “Em busca do Oeste... etc.” – Nota da Secretaria do C. N. P. I.

podemos analisar esse recorte na seguinte direção: “Se o progresso deste país dependia da aplicação duma fórmula tão simples, por que, então, só agora - *Rumo ao Oeste?*?”. Nessa direção temos o argumento introduzido pela condicional “se” que expõe a realização do Rumo ao Oeste como uma necessidade para que o Brasil possa progredir, sendo o “por que, só agora” utilizado como um argumento para a urgência na realização da marcha para Oeste que, de acordo com esse argumento, já tarda a ser realizada. Isso sustenta que os antecessores de Getúlio erraram.

Além dos argumentos apresentados acima, o recorte (6), a seguir, apresenta como argumento para a realização do “Rumo ao Oeste” o comando do Chefe Nacional.

(6) Estamos atendendo à voz do Chefe que comandou - **RUMO AO OESTE!**  
Avante, pois.

Nessa direção o “Rumo ao Oeste” já está sendo realizado em atendimento ao Chefe que ordena “avante”. Essa conclusão “Avante” é, portanto, sustentada pela enunciação do Getúlio: “Rumo ao Oeste”, ou seja, a enunciação do Getúlio é a razão decisiva para fazer a marcha.

Na mesma direção argumentativa da importância e da necessidade de realização da marcha para Oeste, apresentada nos argumentos acima, segue o argumento (7) apresentado na conclusão do relatório. Esse argumento se diferencia dos demais, pois é realizado por meio de uma metáfora em que é estabelecida uma comparação entre um rio, o Jaucoara, e os brasileiros.

(7) O Jaucoara é um símbolo e um exemplo. Rio pequeno, agiganta-se quando um obstáculo se lhe opõe à marcha. Por que? Por ser o seu curso tendente para o Oeste.

A tudo ele vence para mostrar que à palavra de ordem: RUMO AO OESTE, nenhum óbice é bastante forte para se considerar invencível [...] Mostra ao homem desta terra, o que lhe cumpre fazer: vencer todos os tropeços, mudo e

pertinaz como esse rio e, com a tranqüilidade de consciência de quem cumpre o DEVER - seguir, seguir sempre RUMO AO OESTE (*sic*).

Neste enunciado é utilizada como argumento a metáfora do rio que suplanta seus obstáculos. Nessa direção, o rio é personificado e apresentado como exemplo ao brasileiro “homem desta terra” que assim como o rio deve agigantar-se “quando um obstáculo se lhe opõe à marcha” em curso para o Oeste; e ainda que, assim como esse rio, o homem desta terra deve “com a tranqüilidade de consciência de quem cumpre o DEVER - seguir, seguir sempre RUMO AO OESTE” (*sic*). Desse modo, é apresentada, no relatório, a argumentação em direção à importância do “homem desta terra”, assim como o rio Jaucoara, não desistir de continuar a marcha para Oeste, que deve continuar “sempre”.

#### 10.4 Algumas considerações

A análise do DSD desenvolvida acima apresenta uma relação em que a designação de *Rumo ao Oeste* é constituída como se tratando de um projeto de ocupação em andamento, que reflete o progresso, o desenvolvimento da economia e a civilização do Oeste. Essas ações somente serão realizadas com a *ocupação* do Oeste, que está sendo proposta com a realização da *marcha para o Oeste*.

Nessa direção, a análise argumentativa mostra que os argumentos apresentados pelo *locutor-governo*, enquanto Enunciador Individual, aos seus alocutários: *alocutário-técnico*; *alocutário-empresendedor*; *alocutário-trabalhador brasileiro* seguem na direção da importância, da necessidade e da urgência na ocupação do Oeste por esses alocutários. Nesse sentido é apresentado ainda um argumento instituído pela fala do presidente Getúlio Vargas que determina o lema Rumo ao Oeste e institui a marcha devido à “urgência” da ocupação do Oeste. Sendo a enunciação de Getúlio, como vimos, a razão principal para se realizar a marcha.

Somente nessas condições será produzido o desenvolvimento da economia e o progresso para o Brasil e a civilização para o Oeste. Desse modo, importa que essa ocupação seja realizada e de modo contínuo como faz o leito do rio.



## COSIDERAÇÕES FINAIS

### A MARCHA PARA OESTE ENQUANTO UM PROJETO DE CIVILIZAÇÃO E PROGRESSO

Nas análises que desenvolvemos, sobre a significação da expressão “marcha para Oeste”, na relação com as palavras “desenvolvimento”, “progresso” e “moderno”, em textos de jornais e em um documento oficial do Estado, tomamos como referencial teórico a Semântica da Enunciação ou Semântica do Acontecimento. Essa teoria possibilitou-nos tomar esses textos como acontecimentos linguísticos, o que nos permitiu considerar que as divisões do espaço linguístico são políticas, por isso a apenas alguns é permitido ocupar determinadas posições.

São esses locutores que observamos na análise da cena enunciativa falando das posições que são autorizados: locutor-geógrafo, locutor-cientista social, locutor-político, locutor-jornalista, locutor-governo e, ao enunciar dessas posições, pelo agenciamento enunciativo, estabelecer os lugares dos alocutários: alocutário-político, alocutário-povo brasileiro, alocutário-não patriota e alocutário-patriota, alocutário-técnico, alocutário-empresendedor e alocutário-trabalhador brasileiro.

Ao observarmos essas posições pudemos compreender que, embora com algumas diferenças, que mostraremos na sequência, todos esses locutores eram agenciados a tomar a marcha para Oeste enquanto um importante **projeto** do governo brasileiro e argumentavam em direção à importância desse projeto e à necessidade de realizá-lo. Nessa direção, a marcha para Oeste era apresentada constituindo, quase sempre, a mesma significação, normalmente como um processo civilizador e progressista.

Ao analisarmos a significação da expressão “marcha para Oeste” na relação com as demais palavras, se colocou para nós como necessário observarmos, além da divisão de enunciadores na cena enunciativa, as relações de determinação representadas no DSD, que evidenciam a designação dessa expressão; e o modo como se constitui, a partir dos enunciadores da cena enunciativa, a argumentação em torno dessa expressão.

Pela análise da designação, observamos que a expressão “marcha para Oeste” e as palavras que a determinam circulavam estabelecendo dois espaços: o Leste e o Oeste do Brasil, ou seja, evidenciando uma fronteira entre duas regiões brasileiras. Esses espaços são apresentados como opostos, mas é a realização da “marcha para Oeste” que apagará a antonímia, entre o Leste civilizado e progressista e o Oeste selvagem e estagnado, que os constitui, extinguindo também a fronteira entre ambos. Esta antonímia é apresentada em cada um dos acontecimentos analisados.

No texto I, **Como tornar prática a marcha para o Oeste**, a “marcha para Oeste” é determinada por “objetivo cívico”, além disso, ela é significada por “progresso” e “civilização”. Sendo que, nesse acontecimento, o progresso está determinado por civilização e a marcha para Oeste está determinada pelo progresso, desse modo, a civilização é uma condição para que haja o progresso e, conseqüentemente para que haja a marcha para Oeste. Em contrapartida a marcha se encontra em oposição às condições do Oeste enquanto “remoto” e “incivilizado”. Isso configura para a marcha para Oeste, nesta análise, um sentido de tensão entre o civilizado e o não civilizado. Sendo que a significação da marcha projeta um futuro de sentido em que desapareceria essa antonímia.

Uma outra questão que é importante, em relação ao sentido da marcha para Oeste, é a posição do locutor enquanto locutor-geógrafo e que ao falar estabelece o lugar de dois alocutários: alocutário-governante e alocutário-empresendedor. Por essas configurações, a argumentação da marcha é apresentada como relacionada à geografia do país e à necessidade de acessar o Oeste. Sendo configurada uma argumentação em relação à solução para a realização da marcha que até esse momento está significada como sendo apenas “um objetivo”. A solução para a realização da marcha é facilitar o acesso ao Oeste ligando as “duas imensas bacias fluviais do Amazonas e do Prata”. Sendo esta apresentada como a única solução para que a marcha seja realizada.

Na análise do texto dois, **A marcha para Oeste**, a marcha é representada como não sendo uma realidade, mas é indicada uma possibilidade para realizá-la. Nessas relações a “marcha para Oeste” está sendo determinada por “economia”, “riqueza”, “cultura” e “progresso”, sendo que a marcha depende dessas condições para se tornar realidade. Por outro lado a marcha está determinando “um Brasil poderoso”. Nesta medida, há um duplo

sentido determinando a marcha, sendo que é projetado um futuro de sentido em que essa duplicidade poderá ser desfeita com a realização da marcha para Oeste. Ainda enquanto designação de marcha para Oeste, nesse acontecimento, temos a oposição que se mantém entre Leste e Oeste, assim como foi observado no acontecimento anterior, sendo que o Oeste é significado enquanto “incivilizado”, “estagnado”, mas repleto de “riquezas naturais” e o Leste é o oposto disso. Por essa análise, são a falta de transportes e a escassez da civilização que levam à ausência do progresso, essas características do Oeste são o que dificulta a realização da marcha para Oeste, sendo que são apresentadas as “riquezas em potencial” existentes no Oeste como o que favorece a sua realização, entretanto essas “riquezas em potencial” são significadas enquanto opostas ao progresso e à civilização do Leste. O memorável apresentado nesse acontecimento é o da colonização do Brasil que ocorreu no litoral e o futuro de sentido apontado é o da igualdade entre as regiões Leste e Oeste, sendo superadas as fronteiras econômicas que separam essas regiões do país.

A cena enunciativa, nesse acontecimento, estabelece como lugar social de enunciação um locutor-cientista social que ao falar dos lugares de enunciador-genérico e enunciador-individual argumenta para o alocutário-empREENDEDOR em direção à necessidade de desenvolver ações, como a construção de estradas de ferro, que são necessárias à realização da marcha para Oeste. A orientação argumentativa presente nesse acontecimento nos leva à conclusão de que é necessário realizar a marcha para Oeste e de que é possível realizá-la, sendo que a sua realização sustenta o sentido de progresso, civilização e expansão, reafirmando o sentido apresentado no DSD de que a marcha para Oeste é determinada por progresso, civilização e expansão. Pelas relações observadas há ainda um sentido de que a marcha para Oeste sustenta também a posição do governo Getúlio Vargas enquanto presidente.

O texto três, **Para o Oeste**, apresenta a “marcha para Oeste”, muitas vezes, como sinônimo de “caminho”, sendo que ela está predicada pelas vantagens que a exploração desse caminho possibilitará: o “progresso” e a “civilização”. Por essa, e algumas outras reescrituras, a marcha para Oeste é significada como algo “que se impõe” à cultura, à economia e ao progresso do Brasil. Nesse acontecimento, a marcha para Oeste está determinada por “cultura”, “economia” e “progresso” do Brasil. Sendo ainda

determinada por definição por “povoamento econômico”. Desse modo, a marcha significa esse povoamento. Há também uma determinação de marcha para Oeste por “independência econômica” e por “caminho do Brasil”, o que significa que o Brasil não é independente economicamente e é a marcha para Oeste que indicará o caminho do Brasil, tornando-o independente. Desse modo o sentido da marcha está determinado pela economia do Brasil. Há ainda uma reescrituração em que a marcha para Oeste está determinada por “marchar para o progresso e a civilização”, o que indica para o Oeste um sentido de “despovoado”, “incivilizado” e “estagnado”. Sentido que é apontado desde o início do texto quando é apresentada uma oposição entre o Oeste (primitivo) e a civilização do litoral (civilização oceânica). Nessas relações o sentido de marcha para Oeste é estabelecido como uma oposição ao Oeste que é primitivo e despovoado e, por isso, representa para o Brasil o “despovoamento econômico” e a “dependência econômica” que serão superadas com a realização da marcha para Oeste e a civilização do Oeste, até então “incivilizado”, “estagnado” e, por isso, oposto ao Leste que é “civilizado”, “economicamente povoado” e “independente”. Por essas relações, assim como nos textos 1 e 2, as fronteiras entre essas duas regiões serão superadas com a marcha para Oeste, pois, assim como o Leste, o Oeste se tornará civilizado, povoado e independente.

Nesse acontecimento, a orientação argumentativa apresenta como direção que “é preciso marchar para Oeste” imediatamente. Para afirmar essa relação temos um locutor-político que fala enquanto enunciador-individual e diz “da marcha para Oeste” e enquanto enunciador-genérico que argumenta em relação à importância dessa marcha, à necessidade de realizá-la. Ao enunciar, esse locutor-político estabelece um lugar de alocutário-x e, ao utilizar o “nós” se inclui também nessa categoria, produzindo uma equivocidade ao marcar o lugar do Locutor entre os Alocutários, não marcando o lugar do Alocutário a que participa, sendo ao mesmo tempo locutor-político e alocutário-político e locutor-político e alocutário-povo brasileiro. Sendo que esse locutor-político argumenta para o alocutário-político em relação à necessidade de criar condições para que a “civilização brasileira” possa se dirigir ao Oeste e realizar a “marcha para Oeste”; e ao alocutário-povo brasileiro que é necessário se dirigir para o Oeste realizando a “marcha”.

Nas relações analisadas, o Oeste é o sertão habitado por primitivos e para onde a civilização brasileira deve seguir. Essas relações estabelecem que, sendo o argumento a realização da marcha para Oeste, observamos que este argumento significa pela designação desta expressão, conforme apresentada na designação da marcha. Desse modo, o argumento, assim como o DSD, inclui caminho, povoamento, independência econômica, civilização e progresso. Sendo a “civilização” e o “progresso” apresentados como os principais argumentos para a realização da marcha.

No texto quatro, diferentemente dos anteriores que eram artigos assinados, analisamos três notícias, mas adotamos como destaque a primeira delas<sup>43</sup> intitulada: **“Concluídas e entregues ao Governo Federal as obras do Aprendizado Agrícola de S. Vicente”** (*sic*). As três notícias abordam a mesma questão: as obras realizadas no Estado de Mato Grosso, especialmente a construção do Aprendizado Agrícola de São Vicente, em Cuiabá. Nesses três acontecimentos, observamos que a palavra “sentido” ocorre articulada a “marcha para Oeste” quando a marcha é reescriturada na enumeração das obras desenvolvidas no Oeste, sendo o sentido da marcha predicado pelas construções realizadas no Oeste. Essas construções representam para a marcha um sentido de “progresso” que é determinado, nesses acontecimentos, por “renovação” e “prosperidade” a partir da construção de um patrimônio público. Esses sentidos determinam também o sentido de marcha para Oeste, que nesse caso está sendo determinada por “prosperidade”, “renovação” e “progresso”. Entre as construções realizadas no Oeste, uma é destacada: O Aprendizado Agrícola de São Vicente. Essa obra é significada, nesses acontecimentos, como a que levará para Mato Grosso “uma civilização nova”, sendo que essa “civilização nova” aparece como uma especificação do sentido da marcha para Oeste, que é representado por todas as obras realizadas no Oeste. Além dessa especificação, o Aprendizado Agrícola é especificado por “marco da civilização brasileira do futuro”, sendo que a “civilização nova” é a “civilização brasileira do futuro: - a Civilização do Oeste”. Desse modo, observamos que a “civilização” que especifica o Aprendizado Agrícola determina a marcha. Nesses acontecimentos a designação de marcha para Oeste é produzida pelos sentidos do que vem a ser “prosperidade”, “renovação”, “civilização” e “progresso”.

---

<sup>43</sup> De acordo com o ano de publicação.

Observamos também, nesses três acontecimentos, como, pela cena enunciativa em que são apresentados: um locutor-jornalista que argumenta para o alocutário-patriota e o alocutário-não patriota, é estabelecida a orientação argumentativa em relação à marcha para Oeste. A sustentação da argumentação apresentada pelo locutor-jornalista que se divide em enunciado-genérico e enunciador-individual, tem como base a importância e a grandiosidade da marcha para Oeste e os argumentos apresentados por Getúlio Vargas, sendo, portanto, importante a colaboração na realização dessa marcha e na realização de investimentos no Oeste. Desse modo, observamos que esses acontecimentos se articulam na direção que aponta para a conclusão de que “é preciso acreditar no discurso de Getúlio Vargas e nas vantagens da marcha para Oeste”. Foi-nos possível observar que Getúlio condena a colonização e o desenvolvimento apenas do litoral e sustenta a necessidade da colonização e do progresso para todas as regiões do Brasil, e mostra que isso somente ocorrerá com a “marcha para Oeste”. Sendo que é a realização da marcha para Oeste que produzirá um “progresso uniforme” para o Brasil. As relações apresentadas afirmam que esta uniformidade será alcançada quando as fronteiras entre o Leste e o Oeste deixarem de existir e essas duas regiões se tornarem iguais em civilização e progresso. Nesta medida o que estabelece a uniformidade do Brasil é a uniformidade entre o Leste e o Oeste. Como se o Brasil fosse compreendido apenas por essas duas regiões.

À diferença dos acontecimentos anteriores, que eram textos jornalísticos, analisamos também uma parte do RELATÓRIO DOS TRABALHOS REALIZADOS EM 1941-1942, cujo título é **Rumo ao Oeste: viagem ao sertão do Estado de Mato-grosso**. Esse relatório constitui um documento oficial do Estado. Essa parte do relatório que analisamos trata especificamente da “marcha para Oeste”. Nesse acontecimento observamos que, enquanto determinação a “marcha para Oeste” é reescriturada por “Rumo ao Oeste” e esta reescritura ocorre algumas vezes ao longo desse acontecimento. A primeira ocorrência da expressão Rumo ao Oeste é como nome do texto que retoma uma enunciação do Presidente Getúlio Vargas que está apresentada como um lema. A expansão dessa expressão produz definições. Desse modo, Rumo ao Oeste está determinado, primeiramente, por “programa de desenvolvimento econômico”, sendo a marcha para Oeste significada como uma proposta cujo objetivo é desenvolver a economia. O “Rumo ao

Oeste” está também determinado por “ocupação”, tendo como sentido a necessidade de ocupação do Oeste. Além dessas determinações essa expressão aparece determinada também por “progresso deste país” e por “economia”, “trabalho” e “civilização”. As relações que observamos nesse acontecimento produziram para a marcha para Oeste o sentido de um projeto de ocupação do Oeste que está em andamento e que poderá produzir o progresso para o Brasil a partir do trabalho, do desenvolvimento da economia e da civilização do Oeste, até então incivilizado.

A cena enunciativa produzida nesse acontecimento traz para o sentido da marcha para Oeste a argumentação de um *Locutor-governo* que ao enunciar enquanto enunciador-individual fala da existência do lema “Rumo ao Oeste” e enquanto enunciador-genérico diz da importância desse lema; ainda ao dizer do lugar de enunciador-individual afirma e justifica a posição de Getúlio Vargas apresentando-a como argumento à realização da marcha. Esse *locutor-governo* argumenta para o *alocutário-técnico* e para o *alocutário-trabalhador brasileiro* sobre a importância de que a marcha para Oeste seja realizada e, para o *alocutário-empendedor* sobre os investimentos necessários à realização dessa marcha. Para tanto é apresentada uma orientação argumentativa que aponta para a conclusão da necessidade de avançar para o sertão e realizar a marcha para Oeste. Na orientação argumentativa observada nesse acontecimento, além dos operadores que introduzem os argumentos, é apresentada uma metáfora do rio que suplanta seus obstáculos e que assim como o homem deve manter o seu curso em direção ao Oeste; além desses argumentos é apresentada a enunciação de Getúlio Vargas como razão decisiva para se fazer a marcha para Oeste. O relatório analisado, por se tratar de um documento, apresenta-se como um argumento de maior força em relação à realização da marcha para Oeste. Isso, especialmente, por se tratar de um documento cujo objetivo é a realização da “carta de Mato Grosso”, ou seja, a constituição do mapa do Estado, destinado ao governo, o que torna ainda mais evidente a importância da realização dessa marcha, que passa a ser reforçada pelos próprios órgãos governamentais.

Esses textos que analisamos, embora tenham características distintas, como é o caso principalmente do Relatório, como pudemos observar, apresentam aspectos de sentido que se mantêm em todos eles ou em apenas alguns. Exemplos desses aspectos são: o

sentido de “progresso” e “civilização” que determina a “marcha para Oeste”; e a oposição apresentada entre o Leste tomado como civilizado e progressista e o Oeste como incivilizado, remoto, despovoado e estagnado, sendo que o Oeste somente se tornará civilizado e progressista com a realização da marcha para Oeste. Somente assim, as fronteiras, sejam elas políticas, econômicas ou culturais, existentes entre o Leste e o Oeste, poderão ser reduzidas. Esses são aspectos que se mantêm em todos os textos. Em alguns deles é evidenciado que a marcha deve partir do Leste em direção ao Oeste. Além dessas questões os textos dois, quatro e cinco tomam o discurso de Getúlio Vargas como argumento para a realização da marcha para Oeste e/ou, ainda, como forma de sustentar a sua posição de governo.

Em todos esses textos a designação da marcha para Oeste se mantém e, de certo modo, as relações de argumentação também, pois mesmo que ao argumentar cada texto procure sustentar a necessidade de ações diferentes como, por exemplo: no texto 1 em que a argumentação é relacionada à necessidade de ligação entre duas bacias fluviais; no texto 2 a argumentação toma como direção a necessidade de construir linhas férreas; o texto 3 argumenta para a necessidade de se criarem condições para se chegar ao Oeste; o texto 4 argumenta para a necessidade de investimentos no Oeste e, por fim, o texto 5 que argumenta para a necessidade de ocupação do Oeste, a direção da argumentação é sempre no sentido de que é preciso realizar o projeto da marcha para Oeste, pois somente a partir dessa realização as oposições entre o Leste e o Oeste poderão ser superadas e o Brasil poderá se tornar mais progressista e civilizado. Além disso, esses textos apresentam como sentido a necessidade de aproximação econômica e cultural dentro do país, e o estabelecimento de fronteiras políticas tanto dentro do espaço geográfico do país (divisas) como na delimitação do espaço com os países vizinhos (fronteiras).

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AUROUX, Sylvain. A revolução tecnológica da gramatização. Tradução Eni Orlandi, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*: tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luísa Néri: revisão do prof. Isaac Nicolau Salum – 5ª edição – Campinas, SP. Pontes Editores, 2005.

BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BÔAS, Orlando Villas e Bôas, Cláudio Villas. *A marcha para o Oeste*. 4 ed. São Paulo, SP: Globo, 1994.

BRÉAL, Michel. Leis intelectuais da linguagem: fragmento de semântica, 1883 (Trad. Eduardo Guimarães) In. GUIMARÃES (Org.), *História e sentido na linguagem*. Campinas, 2 ed. aumentada, Editora RG, 2008.

\_\_\_\_\_. *Ensaio de semântica*. São Paulo, EDUC/ Pontes, 1992.

DUCROT, Oswald. As escalas argumentativas. In: DUCROT, O. *Provar e dizer*: leis lógicas e leis argumentativas. São Paulo: Global Editores, 1981. 178-228pp.

\_\_\_\_\_. In *O dizer e o dito*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas, SP, Pontes, 1987. 161-222 pp.

\_\_\_\_\_. *Princípios de semântica linguística (dizer e não-dizer)*. São Paulo: Cultrix, 1977.

\_\_\_\_\_. Argumentação e “Topoi” argumentativos. (in.) GUIMARÃES, Eduardo (org.). *História e Sentido na linguagem*. 2.ed. Campinas, SP: Editora RG, 2008.

ELIAS DE OLIVEIRA, Sheila. *Cidadania: história e política de uma palavra*. 2004. 144p. (Tese de Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

\_\_\_\_\_. *Cidadania: história e política de uma palavra*. Campinas: Pontes Editores, RG Editores, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1997.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GUIMARÃES, Eduardo. (1995). *Os Limites do sentido: um estudo histórico enunciativo da linguagem*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

\_\_\_\_\_. Língua e Enunciação, *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, SP: 1996.

\_\_\_\_\_. O Sujeito e os estudos da significação na década de 70 no Brasil (in.) BRAIT, Beth (org.) *Estudos enunciativos no Brasil: Histórias e perspectivas*. Campinas, SP: Pontes: São Paulo: Fapesp, 2001.

\_\_\_\_\_. (org.) O acontecimento para a grande mídia e a divulgação científica, In: *Produção e circulação do conhecimento: Estado, Mídia, Sociedade*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2001.

\_\_\_\_\_. *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. Campinas, SP: Pontes, 3ª edição, 2002a.

\_\_\_\_\_. *História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. Bairro: a especificidade de um nome abstrato. (in) MORELLO, Rosângela (org.) *Giros na Cidades: saber urbano e linguagem*. Campinas, SP: LABEUB/NUDECRI - UNICAMP, 2004a.

\_\_\_\_\_. Civilização na Linguística brasileira no século XX. In: *Matraga*. Rio de Janeiro: UERJ, 2004b.

\_\_\_\_\_. Semântica e Pragmática In: *Introdução às Ciências da Linguagem: A palavra e a frase*. GUIMARÃES, Eduardo e ZOOPI-FONTANA, Mônica (orgs.). Campinas, SP. Pontes Editores, 2006.

\_\_\_\_\_. Domínio Semântico de Determinação (in.) GUIMARÃES, Eduardo e MOLLICA, Maria Cecília (orgs.) *A palavra forma e sentido*. Campinas, SP: Pontes Editores, RG Editores, 2007.

\_\_\_\_\_. Enunciação e história. (in.) GUIMARÃES, Eduardo (org.). *História e Sentido na linguagem*. 2.ed. Campinas, SP: Editora RG, 2008.

\_\_\_\_\_. A Enumeração: Funcionamento Enunciativo e Sentido. In. GUIMARÃES, Eduardo e ZOPPI-FONTANA, Mônica G. (orgs.). *Caderno de Estudos Linguísticos*. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem – Campinas, SP, nº. 1 (ago. 1978 – ) Publicação Semestral. 2009.

\_\_\_\_\_. *Análise de texto: procedimentos, análises, ensino*. Campinas, SP, Editora RG, 2011.  
HORTA NUNES, José. Dicionário, ciência e desenvolvimento nos tempos JK. (in.)  
MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise (orgs.). *Ideias Linguísticas: formulação e circulação no período JK*. Rio de Janeiro, Faperj – Campinas: Editora RG, 2010.

LE GOF, Jacques. Antigo/Moderno, In: *História e memória*, tradução Bernardo Leitão [et al.]. – 5ª ed. – Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2003.

\_\_\_\_\_. Progresso/Reação, In.: *História e memória*, tradução Bernardo Leitão [et al.]. – 5ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

IANNI, Octávio, Pensamento social no Brasil. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. 2ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 1986.

MACHADO, Carolina de Paula. *A designação da palavra preconceito em dicionários atuais*. 2007. 134p. (Tese Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP. UNICAMP, 1998.

\_\_\_\_\_. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Discurso fundador*. Campinas, SP: Pontes 2ª edição, 2001.

OLIVEIRA, Rosimar Regina Rodrigues de. “O “progresso” e a significação da sociedade em alguns dos primeiros dicionários monolíngues brasileiros”. *Revista Rua – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade*. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/home/capaArtigo.rua?id=148>.

ORLANDI, Eni P. *Terra à Vista: Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 1990.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In. *História das ideias linguísticas*. Campinas – SP: Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2. ed. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 1995.

RANCIÈRE, Jaques, *Os nomes da História: ensaio de Poética do saber* – trad. Eduardo Guimarães, Eni Puccinelli Orlandi. São Paulo: EDUC/ Pontes, 1992.

SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Linguística Geral.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SODRÉ, Nelson Wernec. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Nelson Melo e. *Modernidade: a estratégia do abismo*. 2.ed. ver. ampl. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

STAROBINSKI, Jean. *As máscaras de civilização: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. *Ação e reação: vida e aventuras de um casal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TAUILE, José Ricardo. *Para (re)construir o Brasil contemporâneo: trabalho, tecnologia e acumulação*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

## BIBLIOGRAFIA DO JORNALISMO

ARAÚJO, Artur. **Jornalismo impresso**. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/28361563/Jornalismo-informativo-investigativo-e-interpretativo-aspectos-gerais>>. Acesso em: 02 de julho de 2012.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980. p.64-66.

MELO, J. M. de. **A Opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.